

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

ALOIZA DELURDE REALI DE JESUS

**DE PORTA ADENTRO A PORTA AFORA:
TRABALHO ESCRAVO NAS FREGUESIAS DO ESPÍRITO SANTO
(1850-1871)**

VITÓRIA
2009

ALOIZA DELURDE REALI DE JESUS

**DE PORTA ADENTRO A PORTA AFORA:
TRABALHO ESCRAVO NAS FREGUESIAS DO ESPÍRITO SANTO
(1850-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos.

VITÓRIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Jesus, Aloiza Delurde Reali de, 1970-

J58d De porta adentro a porta afora : trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871) / Aloiza Delurde Reali de Jesus. – 2009.

172 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Escravidão - Espírito Santo (Estado). 2. Trabalho escravo - Espírito Santo (Estado). 3. Família. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ALOIZA DELURDE REALI DE JESUS

**DE PORTA ADENTRO A PORTA AFORA:
TRABALHO ESCRAVO NAS FREGUESIAS DO ESPÍRITO SANTO
(1850-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em _____ de agosto de 2009

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Diz um ditado popular que para iniciar uma jornada é necessário dar o primeiro passo. Dei o primeiro passo quando entrei para o grupo de iniciação científica coordenado pela Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos. Por meio do contato com os arquivos históricos e das reuniões do grupo de pesquisa, eu pude aprender o que significava o ofício do historiador. Nasceu, assim, a vontade de prosseguir nessa jornada, e, após a graduação, finalizada no ano de 2007, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em nível de Mestrado, mais uma vez, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos.

Aprendi, igualmente, que a pesquisa constitui-se de um ato coletivo, motivo pelo qual agradeço a todos os professores e funcionários do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFES, porque lhes devo minha formação acadêmica. Estendo meus agradecimentos aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e do Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV), que me ensinaram os meandros da identificação das fontes nos inúmeros catálogos e prateleiras de um acervo arquivístico.

Há ainda os amigos com os quais me reuni nessa jornada, compartilhando as angústias geradas durante a estruturação de uma dissertação. Lembro-me, especialmente, de minhas colegas de turma e orientação, Fabíola e Mariana, e em seus nomes agradeço o carinho e solicitude. Nessa jornada pude contar com as orientações e a mão firme da Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos, sempre pronta ao incentivo e às correções de rumo. Sou grata, também, aos professores da Banca de Qualificação e Defesa, Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman e Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino, pelas valorosas orientações. Outro apoio fundamental, na forma de bolsa de mestrado, recebi do Fundo de Amparo à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (FACITEC), instituição municipal empenhada em desenvolver e incentivar a pesquisa acadêmica.

Deixo para o final, mas certa de poder colocar no início, o agradecimento aos meus familiares, que suportaram minhas ausências mesmo quando estava em casa absorta no empreendimento de escrever uma dissertação. Sem eles, certamente, haveria menos motivação e força de prosseguir nessa jornada.

RESUMO

A presente dissertação, *De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)*, possui o objetivo de apresentar os principais aspectos do trabalho realizado por escravos em freguesias do Espírito Santo, em especial Vitória, Capital da Província, e vilas vizinhas, no período de 1850 a 1871. Os principais grupos de fontes analisados foram os autos criminais da Comarca de Vitória (divisão judiciária da Província) e os periódicos jornalísticos Correio da Victoria, Jornal da Victoria e o Espírito-Santense. Analisou-se, também, o 1º Livro de classificação de escravos para serem libertos do município de Vitória e os ofícios enviados por autoridades públicas à Câmara Municipal de Vitória. Por meio do estudo desses documentos, verificou-se, primeiramente, que as escravarias locais eram, em sua maioria, pequenas e médias, formadas por um número equilibrado de homens e mulheres e uma significativa quantidade de crianças. Esses aspectos levaram à constatação da importância fundamental do arranjo familiar na formação e ampliação das escravarias localizadas no município de Vitória e vizinhanças. Essa conformação dos plantéis de cativos possibilitou, também, verificar que o trabalho escravo desenvolvido nessa região contava com a intensa participação das mulheres e de crianças em todos os tipos de ocupações. O cotidiano de trabalho desses cativos revelou, inclusive, que eles desenvolviam quase indistintamente tarefas tipicamente rurais e urbanas, apontando para certa ausência de diferenciação ou especialização entre os cativos ou seu emprego exclusivo nessas modalidades. Finalmente, percebemos com esta dissertação, que a modalidade de trabalho do escravo jamais impediu a viva sociabilidade entre os cativos e outros estratos sociais, marcada por larga mobilidade espacial e laços que ultrapassavam frequentemente os limites do cativo.

Palavras-chave: Escravidão, Trabalho escravo, Família escrava, Espírito Santo.

ABSTRACT

This dissertation, *From door to door within: slave labor in the parishes of the Espírito Santo (1850-1871)*, has the objective of presenting the main aspects of the work performed by slaves in the parish of the Espírito Santo, in particularly Vitória, principal of the province, and villages neighbors in the period 1850 to 1871. The main groups of sources were analyzed for District Criminal Court of Vitória (Judicial Division of the Province) and the regular newspaper of Victoria, Victoria and the official The Espírito Santense. Consideration was also the 1st Book of the classification of slaves to be freed of the City of Vitória and the letters sent by authorities to City of Vitória. Through the study of these documents, there was, first, that the slaves were local, mostly, small and medium, formed by a balanced number of men and women and a significant number of children. These findings led to the fundamental importance of family arrangement in the formation and expansion of slaves located in Vitória and neighborhoods. This configuration of the captive stocks has also found that slave labor had developed in this region with the intense participation of women and children in all types of occupations. The daily work of these captives showed even they developed almost indiscriminately tasks typically rural and urban areas, pointing to a lack of differentiation or specialization among captive or exclusive in their employment arrangements. Finally, we notice with this dissertation, that the method of work of the slave never prevented the strong sociability among the captives and other social strata, marked by great mobility and spatial relations that often exceeded the limits of captivity.

Key-words: Slavery, Slave work, Slave family, Espírito Santo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa populacional da Província do Espírito Santo no ano de 1824, 1827, 1856 e 1872	64
Tabela 2 - Estimativa populacional da Capital de Vitória e localidades vizinhas do ano de 1856	67
Tabela 3 - Estimativa populacional da Capital de Vitória e localidades vizinhas do ano de 1872	71
Tabela 4 - Estrutura de posse de cativos segundo faixas de tamanhos de plantéis - Município de Vitória -1876	72
Tabela 5 - Relação parcial de fábricas de açúcar de Viana do ano de 1852	75
Tabela 6 - Tipo de trabalho	82
Tabela 7 - Tipo de trabalho por tamanho de plantéis	83
Tabela 8 - Proprietários com maiores escravarias – Município de Vitória – 1876	83
Tabela 9 - Sexo dos escravos	86
Tabela 10 - Faixa etária dos escravos	89
Tabela 11 - Frequência de pessoas na família	90
Tabela 12 - Estado civil dos cativos por tamanho de plantéis	91
Tabela 13 - Aptidão para o trabalho.....	96
Tabela 14 - Ocupação do escravo	97
Tabela 15 - Distribuição populacional da Capital de Vitória e das localidades vizinhas do ano de 1872	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quatro maiores plantéis da região	84
Gráfico 2 - Senhor de escravos: João Batalha Ribeiro.....	85
Gráfico 3 - Faixa etária dos escravos	95
Gráfico 4 - Trabalho doméstico	116
Gráfico 5 - Trabalho rural.....	116
Gráfico 6 – Trabalho: vários.....	117
Gráfico 7 - Sexo do escravo - masculino	125
Gráfico 8 - Sexo do escravo - feminino	126
Gráfico 9 - Mão-de-obra: escravo	127
Gráfico 10 - Mão-de-obra: livre ou escravo	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESCRAVIDÃO: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS	26
2.1 A ESCRAVIDÃO DISPENSA ADJETIVOS.....	26
2.2 HISTORIOGRAFIA E ESCRAVIDÃO CAPIXABA.....	37
2.3 NOVAS PERSPECTIVAS INVESTIGATIVAS.....	45
3 RIQUEZAS E ESCRAVIDÃO	50
3.1 INTRODUÇÃO.....	50
3.2 TODOS OS CAMINHOS LEVAM A VITÓRIA.....	53
3.3 UNS COM POUCOS E OUTROS COM TANTO.....	61
3.4 ALÉM DAS PLANTAÇÕES.....	78
3.5 TRABALHO E FAMÍLIAS ESCRAVAS.....	86
3.6 O TRABALHO DE INFANTES E CATIVAS.....	94
4 TRABALHO E COTIDIANO ESCRAVO	101
4.1 O ESCRAVO, O TRABALHO E A CIDADE.....	101
4.2 ORELHA POR ORELHA.....	114
4.3 ALUGA-SE UM ESCRAVO?	122
4.4 TRANSGRESSÃO E PROTEÇÃO.....	129
4.5 O DIAMANTE DE MAXIMIANO.....	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
6 REFERÊNCIAS	153
FONTES PRIMÁRIAS.....	153
LIVROS.....	156
CAPÍTULOS DE LIVROS.....	159
ARTIGOS E REVISTAS	160
SUGESTÃO DE LEITURAS.....	161

ANEXOS	163
---------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Renovações historiográficas européias, principalmente as referentes à Escola dos *Annales*¹, introduzidas no meio acadêmico brasileiro a partir dos anos 1970 e 1980, possibilitaram mudanças historiográficas profundas em relação ao estudo da escravidão brasileira. A obra *Ser escravo no Brasil*², de Kátia Mattoso, foi considerada por Jacob Gorender³ como um marco dessa nova corrente historiográfica. Seguindo esses novos direcionamentos, estudos posteriores⁴ abordaram regiões anteriormente preteridas e elencaram diferenciados temas como a família escrava, resistência negra e cotidiano escravo. Contrariando os pressupostos existentes na historiografia tradicional brasileira⁵, trouxeram à tona o perfil de uma escravidão, em muitos pontos, diferenciada dessa visão clássica, baseada no enfoque econômico.

Entre esses temas surgiu a escravidão nas cidades. Segundo Mary Karasch⁶ tornou-se necessário impor a formulação de uma série de questões específicas no que se refere ao estudo da consciência, organização, relações sociais e controle social das massas escravizadas dos centros citadinos, pois possuíam aspectos diferentes quando comparadas à situação rural. Assim, além dos grandes engenhos e suas senzalas, ganhou destaque o ambiente das cidades, mesmo as menores e remotas como a cidade de Vitória e suas adjacências.

¹ Em 15 de janeiro de 1929 Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Essa revista veio a se tornar referência básica para a chamada Escola dos Annales. Os direcionamentos propostos por essa nova corrente historiográfica primavam, num primeiro momento, por um enfoque sociológico e pela interdisciplinaridade. Ver: BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002. SOARES, Geraldo Antônio. **História e vida cotidiana**: o programa da escola francesa dos Annales. Publicações CCJE, UFES, Revista Interface, ano II, nº5, set./1999, p.51.

² MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

³ GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

⁴ Alguns desses autores e obras foram abordados no primeiro capítulo da presente dissertação no subtópico 2.1 - A ESCRAVIDÃO DISPENSA ADJETIVOS.

⁵ São autores expoentes dessa historiografia econômica tradicional: JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Martins, 1942. FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1968. CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁶ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**: 1808-1850. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 259 a 291.

Um ponto em comum elencado por alguns autores⁷, presente na historiografia sobre o cotidiano dos cativos nas grandes cidades imperiais brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro, afirma que os escravos trabalhadores desses ambientes possuíam mobilidade espacial maior que o escravo rural. Tanto os cativos que desenvolviam alguma ocupação especializada quanto aquele carregador (o transporte em geral tornou-se uma das principais funções escravas em uma cidade), devido às suas ocupações, gozavam de maior liberdade, muitas vezes, também, porque se encontravam longe da vigilância senhorial. Mesmo os domésticos, vivendo e trabalhando na casa de seus senhores, por causa de seus afazeres, como a lavagem de roupas em fontes públicas, necessitavam circular pelas cidades. Além da mobilidade espacial a cidade oferecia condições para o cativo amealhar economias, comprar sua alforria e permanecer, constantemente, em contato com outros grupos sociais. Cabe destacar que a distância dos olhos senhoriais não significava uma falta total de vigilância, o Estado procurava cumprir o papel de feitor buscando controlar e limitar os passos dos cativos pelas ruas e vielas das cidades.⁸ Por outro lado, cabe elencar o pressuposto por Hebe Maria Mattos⁹, ou seja, as áreas rurais e suas propriedades também ofereciam aos cativos certa mobilidade espacial, a possibilidade de acumular economias e de construir seus “espaços de liberdade” com a venda de produtos retirados de suas roças (pequenos lotes de terra cedidos pelo senhor) e a constituição de famílias. Inferimos, então, que essas características da escravidão não deixavam de ocorrer tanto em espaços mais afastados das cidades quanto nos seus ambientes centrais, mesmo que em maior ou menor medida.

Da mesma forma, quanto à conformação das cidades no século XIX, observamos as premissas de Mattoso, que afirma:

[...] nos séculos XVII, XVIII e mesmo no XIX, no Brasil, cidade e campo eram estreitamente inter-relacionados. No espaço, seus limites eram imprecisos; economicamente, viviam em estreita simbiose. Seus habitantes não hesitavam em deslocar-se de um para o outro num contínuo vaivém de

⁷ Sobre a vida do escravo na cidade ver, entre outros: KARASCH, 2000, p. 259 a 291. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1988.

⁹ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

cavalos, mulas, palanquins e pedestres. As cidades eram “pomares”, “hortas”, campos urbanizados.¹⁰

Trazendo a presente discussão para a Província do Espírito Santo destacamos que a imprecisão apontada por Mattoso, entre cidade e campo no século XIX, também foi observada no espaço físico da cidade de Vitória e suas adjacências. Sítios e pomares faziam parte do setor central da cidade. De acordo com Merlo¹¹, grande parte dos moradores de Vitória, apesar de possuírem bens fora da capital, morava em seu âmbito citadino.¹²

Quanto à economia dessa região, como já comprovado por meio de recente análise¹³, apesar de estar afastada das principais rotas, se integrava ao comércio colonial como exportadora de produtos agrícolas para outras províncias brasileiras. Essa análise contradiz o fracasso econômico abordado pela historiografia tradicional capixaba, pois ela sempre avaliou a lucratividade da região em relação ao seu comércio com a Metrópole portuguesa e não considerou a produção para o abastecimento interno como fator de inserção na economia mercantil colonial. Por outro lado, esse estudo corrobora com as análises tradicionais por abordar a dependência da região pela mão-de-obra escrava.

Contudo, apesar de constatada a dependência regional da mão-de-obra escrava, demonstrada também por outros autores¹⁴, não faz parte dessas análises discutirem, especificamente, sobre as formas do trabalho escravo desenvolvidas no cotidiano da cidade de Vitória e adjacências. Assim, acreditando contribuir com a historiografia da escravidão produzida no Espírito Santo, constitui-se objeto desta dissertação,

¹⁰ MATTOSO, 1982, p.13.

¹¹ MERLO, 2003, p. 23 a 40.

¹² Como área urbana de Vitória, nesse período, pode-se considerar os quarteirões que ficavam de frente para o mar e o morro do Penedo e se estendiam até a Santa Casa de Misericórdia e o Campinho. A ocupação do espaço continental deu-se somente após a instauração da República. Ver: BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1871. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, UFES, Vitória, 2009, p.20.

¹³ CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo - 1790 a 1822**. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, UFES, Vitória, 2008.

¹⁴ Entre outros trabalhos ver: ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo, 1850/1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 64 a 74. SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**: 1888-1930. Vitória: EDUFES, 1996, p.45. BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro/ Vitória: Cátedra/DEC, 1987.

precisamente, analisarmos o trabalho escravo realizado na cidade de Vitória, e nas freguesias (termo que designava a divisão dos municípios) de Viana, Cariacica, Vila do Espírito Santo, Queimado, Serra, Nova Almeida e Santa Cruz (conforme anexo 1). Procuramos caracterizar sua formação quanto ao gênero, à idade, aos espaços e às sociabilidades. Acreditamos ter encontrado um cotidiano escravo que não afasta Vitória das grandes cidades do Império brasileiro em relação às principais características do trabalho escravo, como a mobilidade espacial, a possibilidade de angariar economias e as relações diversas com outros grupos sociais, guardando as devidas proporções. Buscamos, então, elencar os aspectos constitutivos da formação dessas escravarias e do trabalho escravo realizado no cotidiano desse espaço social.

Em primeiro lugar, discutimos os caminhos percorridos pela historiografia da escravidão brasileira, que permitiu a emergência de análises como a da presente pesquisa. Em segundo lugar, especificamos a posse e a composição das escravarias da região, as principais ocupações e ofícios dos escravos e identificamos qual o papel da mulher e da criança na formação dessas escravarias e no trabalho realizado nessa região. Por último, investigamos alguns aspectos do trabalho escravo realizado no cotidiano da cidade de Vitória e suas adjacências, especificamente o espaço no qual se desenvolvia esse trabalho. Abordamos, também, o comércio de venda, compra e aluguel de cativos, e a relação desses com seus senhores e com outros grupos sociais. A realização desses propósitos teve como objetivo principal caracterizar, sob os aspectos relacionados acima, o trabalho escravo desenvolvido na cidade de Vitória e adjacências, no período de 1850 a 1871.

Ao elencarmos o período para a delimitação desse estudo consideramos, primeiramente, a importância da proibição definitiva do tráfico de escravos em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós, apesar de certo incremento do tráfico ilegal de escravos após essa data, com desembarques em algumas províncias brasileiras, entre elas, o Espírito Santo.¹⁵ O ano de 1850 sinalizou, finalmente, um possível fim da escravidão no Brasil. O preço do escravo tornou-se elevado, dificultando ainda

¹⁵ RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas/SP: UNICAMP/CECULT, 2000, p.216.

mais o acesso à mão-de-obra escrava. Outros elementos considerados nessa delimitação inicial da temporalidade do objeto foram as mudanças econômicas e o aumento populacional advindos da imigração e da produção do café, que trouxeram grandes transformações para a Província do Espírito Santo.¹⁶ Quanto ao ano de finalização, ou seja, 1871, deveu-se aos novos direcionamentos impostos à escravidão brasileira, trazidos pela Lei do Ventre Livre, data em que o fim da escravidão pareceu mais plausível. Sidney Chalhoub¹⁷ esclareceu que as alforrias dos escravos pelos senhores era uma decisão complexa, envolvendo tanto questões de consciência individual quanto de percepções e avaliações críticas da sociedade. O direito consuetudinário dava aos cativos a possibilidade de angariar economias e comprar sua liberdade. Mas após o ano de 1871 os senhores perderam a exclusividade das alforrias, ficando sujeitos aos acontecimentos, pois os cativos passaram a angariar suas economias e utilizar o poder público para conquistar a liberdade por meio de processos. Importou, então, considerar, na presente dissertação, o período anterior a essas novas perspectivas, 1850 a 1871, no qual, mesmo que o escravo angariasse pecúlio, não possuía um amparo legal para essa prática. Quanto às fontes documentais utilizadas, o período proposto revelou um conjunto de fontes homogêneo e de fácil acesso, facilitando a realização dos objetivos da presente pesquisa.

Cabe esclarecer, também, que tomamos como referência para a delimitação do espaço geográfico da presente análise a região da Província do Espírito Santo, denominada pelos documentos de época como Central (conforme anexo 1). A divisão da Província capixaba em região Norte, Sul e Central aparecem nos relatórios presidenciais quando se referem à Comarca de Vitória localizada no Centro, Comarca de São Mateus, ao Norte, e Comarca de Itapemirim, ao Sul da Província do Espírito Santo. A divisão policial da Província também mantinha essa mesma diferenciação espacial.¹⁸ Utilizamos, assim, a configuração espacial exposta na obra de José Marcellino Pereira de Vaconcellos, em 1856, segundo a qual Vitória se constituía em uma cidade que encabeçava outras freguesias, tais como

¹⁶ ALMADA, 1984, p. 64 -74.

¹⁷ CHALHOUB, 1990, p.95 -173.

¹⁸ Por exemplo, ver o Relatório do Presidente de Província Antônio Alves de Souza Carvalho de 1861, p. 9, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Cariacica, Viana, Carapina e os distritos de paz de Itapoca e Mangaraí.¹⁹ Somaram-se ainda as localidades de Serra, Queimado, Nova Almeida e Santa Cruz, pois se encontravam estreitamente ligadas, econômica e socialmente, à Vitória. Não se congregou as colônias de imigrantes estrangeiros, primeiramente por possuírem uma soma irrisória de braços cativos e, em segundo lugar, pelo tema necessitar de análises que fugiriam do enfoque desta dissertação, tal como a dinâmica da imigração.

Quanto aos conceitos de espaços e agentes sociais, utilizamos, para o embasamento teórico da pesquisa, as premissas da história comparada, tal como proposto por Pierre Bourdieu²⁰, cujo objetivo consiste em tomar como referência o invariante na variante observada. Portanto, escolhemos, dentre as inúmeras possibilidades de atuação dos escravos nos espaços sociais, estudá-los em relação às atividades produtivas por eles realizadas. A delimitação, porém, considerou outra premissa teórica enunciada por Bourdieu, segundo a qual cada sociedade, em cada momento, possui um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades ou de bens, eles próprios relacionalmente definidos. Buscamos, assim, compreender as diversas posições sociais do escravo, no cotidiano, em afinidade com o conjunto das relações produtivas da Província do Espírito Santo. O conjunto relacional deste estudo obrigou-nos a considerar o pequeno tamanho da economia provincial em relação ao Brasil e a perda de importância da região central da província para a região sul, que crescia em decorrência da expansão do norte fluminense e absorvia um número cada vez maior de escravos em propriedade maiores do que as localizadas em Vitória. Tomando ainda Bourdieu como referência, procuramos esclarecer que o espaço social da escravidão na Província do Espírito Santo baseava-se tanto no capital econômico, quanto no capital cultural e os agentes se posicionavam de acordo com o peso de cada um. Neste estudo, portanto, além das relações produtivas, tentamos destacar as sociabilidades que marcavam as relações do mundo da liberdade com o cativo, proporcionadas, sobretudo, pela estreitas relações entre vizinhanças muito próximas

¹⁹ VASCONCELLOS, Jose Marcellino Pereira de. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Victoria, Typographia de P. A D'Azeredo, Rua da Praça Nova nº. 3, 1858, p.99.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papirus, 1996, p.15.

ou pela existência de escravarias extensas, do ponto de vista parental. Consideramos as diferenciações sociais entre escravos, libertos e livres como fruto de construções cotidianas. Como cotidiano entendemos a própria passagem do tempo e uma dimensão fundamental da história. É nesse cotidiano que se constroem os hábitos e os costumes, as igualdades e as diferenciações sociais.²¹ Assim, na caracterização do trabalho de escravos, atentamos para os mecanismos ou práticas sociais de diferenciação que delimitavam os espaços de liberdade do cativo.

Cabe especificar que ao buscarmos traçar o cotidiano de trabalho dos cativos dessa região capixaba, procuramos analisar não apenas o perfil econômico da produção escravista, mas também e especificamente o processo social e o percurso dos indivíduos no interior desse ambiente, como afirma Simona Cerutti “partindo dos indivíduos, recompondo-lhes o percurso social e tentando reconstituir-lhes as escolhas, o pesquisador se interroga [...], esforça-se por desenhar seu horizonte, e para isso define seus interesses muito além da profissão ou do estatuto oficial”²².

Para o alcance dos objetivos da presente dissertação utilizamos entre outras fontes o 1º Livro de classificação dos escravos a serem libertos pelo fundo de emancipação do município de Vitória, do ano de 1876 (conforme anexos 2 e 3), localizado no Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). A Lei do Ventre Livre, de 28 de agosto 1871, além de libertar os filhos nascidos de mulheres escravas, entre outras disposições, criou o Fundo de Emancipação de escravos. O artigo 3º dessa Lei é o seguinte:

Art. 3º: Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação.

§1º: O fundo da emancipação compõe-se:

1º: Da taxa de escravos.

2º: Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos.

3º: Do produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e da décima parte das que forem concedidas d'ora em diante para correrem na capital do Império.

4º: Das multas impostas em virtude desta lei.

²¹ SOARES, 1999, p.51.

²² CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Tradução: Marcella Mortara & Annamaria Skinner. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, [1988] 1995, pág.240.

5º: Das quotas que sejam marcadas no orçamento geral e nos provinciais e municipais.

6º: De subscrições, doações e legados com esse destino.

§2º: As quotas marcadas nos orçamentos provinciais e municipais, assim como as subscrições, doações e legados com destino local, serão aplicadas à emancipação nas províncias, comarcas, municípios e freguesias designadas.²³

O artigo 8º da referida Lei obrigava a matrícula de escravos em todos os municípios do Império. No município de Vitória, abriu-se o 1º Livro de classificação em 23 de agosto de 1876, sob as ordens do inspetor da Província do Espírito Santo - Torquato Caetano Simões, conforme abaixo:

Há de servir este livro para a classificação dos escravos que possam ser libertados pelo fundo de emancipação, no município desta capital, e leva no fim o competente termo de encerramento. E para constar, lavrei o presente termo que assino. Tesouraria de Fazenda da Província do Espírito Santo, em 23 de agosto de 1876.

O Praticante

João Pinto das Neves²⁴

Todos os escravos, sem exceção, teriam de ser matriculados sob pena de multas e de os senhores serem obrigados a libertar os escravos caso não se verificasse o registro, após um ano do encerramento da matrícula. Os livros de classificação deveriam conter a declaração do número de matrícula, nome, sexo, estado civil, aptidão para o trabalho e filiação de cada cativo, se fosse conhecida. O Livro de classificação dos escravos do município de Vitória foi confeccionado informando matrícula, nome, cor, idade, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, quantidade de pessoas da família, nome do senhor e observações. Cabe esclarecer que não foi de interesse imediato da presente dissertação discutir a implantação do Fundo de emancipação, após a Lei do Ventre Livre de 1871, e seu provável impacto na sociedade escravista do município de Vitória. Coube a utilização dessa fonte visando, especificamente, elencar características quantitativas em relação a essas escravarias, para a caracterização da estrutura de posse e composição e do

²³ Sobre essa fonte: os dados sobre o período escravocrata foram baseados no "Inventário Analítico: A escravidão em São Carlos" do Prof. Álvaro Rizzoli, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com material e documentos cedidos pelo autor. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (USP) e da Comissão de Cultura e Extensão Universitária do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP - São Carlos (ICMC-USP). Disponível em: www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolição-e-a-vinda-dos-imigrantes-europeus/lei-do-ventre-livre. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

²⁴ Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

emprego da mão-de-obra escrava. Pois consideramos que, mesmo pertencendo ao ano de 1876, pôde contribuir para demonstrar esses contornos.

Os escravos existentes na região de Vitória no ano de 1876 perfaziam um total de 5.839 indivíduos.²⁵ O Livro 1º de Classificação de escravos é do mesmo ano e apresenta um total de 2.908 escravos, isto é, 49,80% dos escravos da região. Assim, a fonte citada possibilitou levantar as características de quase metade das escravarias e dos escravos existentes na cidade de Vitória e ao seu redor no ano de 1876. São os resultados do levantamento desses dados e posterior cruzamento deles que serão demonstrados a seguir, além de serem, também, confrontados com pesquisas relacionadas ao tema em questão.

O segundo corpo documental constituiu-se por um total de 53 autos criminais (conforme anexo 4) de variados tipos de crimes, pertencentes à Comarca de Vitória. Após a Independência do Brasil, em 1827, a denominação de Comarca devia-se a uma divisão judiciária que reunia duas ou mais vilas ou cidades, sob a jurisdição de um juiz de direito que presidia o Tribunal do Júri.²⁶ Inicialmente existia a Comarca do Espírito Santo, estabelecida em 15 de janeiro de 1732.²⁷ No ano de 1828 essa comarca abrangia a cidade de Vitória e seis vilas, a saber: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Espírito Santo (atual Vila Velha) e Nova Almeida. Abrangia também o aldeamento de São Pedro D'Alcântara, em Comboios, no Rio Doce. Em 1828, a Comarca do Espírito Santo englobava também as vilas de São Salvador e São João da Barra, que foram, posteriormente, desanexadas pela lei de 31 de agosto de 1832 e incorporadas ao Rio de Janeiro.²⁸

A Lei Provincial de 23 de março de 1835 dividiu a antiga Comarca do Espírito Santo em Comarca de Vitória, de São Mateus e de Itapemirim. A Comarca de Vitória incluía, nesse período, os municípios de Serra, Nova Almeida, Espírito Santo, Vitória, Santa Cruz, e as freguesias de Carapina, Queimado, Cariacica, Viana e

²⁵ ALMADA, 1984, p.116.

²⁶ VASCONCELLOS, J. M. P. de. **Cathecismo Histórico e Político seguido de Máximas e Pensamentos de Diversos Autores**. Victoria, Typografia de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859, p.10.

²⁷ VASCONCELLOS, 1858, p.75.

²⁸ Ver: VASCONCELLOS Ignácio Accioli de. **Memória Statistica da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé, Arquivo Público Estadual, Vitória, 1978. OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008, p.328.

Linhares.²⁹ A vila da Vitória era a cabeça da Comarca e foi elevada à categoria de cidade em 1823. Compunham a Comarca de Itapemirim as vilas de Itapemirim, Benevente e Guarapari. Da Comarca de São Mateus participavam a cidade de São Mateus e a vila da Barra de São Mateus.³⁰

Essa mesma divisão, formada por três comarcas, perdurou até o ano de 1860, quando foi criada, pela Lei Provincial nº. 21, de oito de julho, a Comarca de Santa Cruz, que passou a se denominar Reis Magos pela Lei Provincial de nº. 22, de julho de 1862. Na divisão judiciária registrada por Brás da Costa Rubim³¹, no ano de 1862, havia, dessa forma, quatro comarcas: Vitória, que compreendia a cidade de mesmo nome e as vilas de Viana, Espírito Santo e Serra; a Comarca de Itapemirim compreendia as vilas de Itapemirim, de Guarapari e de Benevente; a Comarca de Reis Magos englobava as vilas de Santa Cruz, de Linhares e de Nova Almeida; e a de São Mateus representava a cidade de São Mateus e a vila da Barra de São Mateus. Essa é a mesma divisão apresentada no relatório provincial do presidente José da Costa Pereira Junior no ano de 1861.³² Percebe-se que as vilas de Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares, anteriormente pertencentes à Comarca de Vitória, passaram a pertencer, em 1862, à Comarca dos Reis Magos.

No fim do ano de 1871 a província capixaba mantinha as mesmas quatro comarcas. Basílio Damon³³, jornalista dos Oitocentos, que escreveu a história do Espírito Santo em 512 páginas, explica em sua obra que no ano de 1879, a Província já contava com um total de sete comarcas: Vitória, Conceição da Barra, Santa Cruz, São Mateus, Iritituba, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro. Cabe inferir, portanto, que as divisões judiciárias variavam de acordo com o aumento populacional e a necessidade de desafogar os serviços das antigas comarcas.

²⁹ VASCONCELLOS, 1858, p.81.

³⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Relatório com que o Exm. Snr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da província do Espírito Santo, entregou a administração ao Exm. Snr. Dr. Jose Mauricio Fernandes Pereira de Barros no dia 8 de março de 1856, Vitoria, Typografia Capitaniense de P A d' Azeredo, 1856.

³¹ RUBIM. Brás da Costa. Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1862, tomo XXV, p.597-648.

³² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo No Dia da Abertura da Sessão Ordinária de 1861 pelo Presidente Jose Fernandes da Costa Pereira Junior, p.8.

³³ DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo, sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística**. Vitoria: Typografia do Espírito Santense, 1879 (cópia do Arquivo Público Estadual), p.484.

Após essas explicações, compreende-se melhor a região escolhida para os estudos aqui propostos. A Comarca de Vitória, encabeçada pela Capital, abarcava em grande parte as freguesias onde os escravos realizavam as atividades analisadas nesta dissertação. Os autos criminais dessa comarca compõem um dos principais grupos de fontes primárias destacados para a análise. Nesse conjunto de fontes documentais transcreviam-se os depoimentos e todas as fases processuais pertencentes aos trâmites judiciais de um crime. Por intermédio desses documentos, as autoridades realizavam a investigação e o julgamento dos delitos. Analisamos os autos criminais de forma prioritariamente qualitativa e partes consideradas relevantes para o estudo foram transcritas. Esses documentos se encontram no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Analizamos como terceiro grupo de fontes, os periódicos jornalísticos (conforme anexos 5 e 6) localizados no APEES. Quanto ao nascimento da Imprensa nas terras capixabas, podemos inferir, inicialmente, que representou um fator de extrema importância social. De acordo com Maria Helena Capelato³⁴, a Imprensa surgiu tardiamente no Brasil devido aos esforços da Coroa portuguesa em impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem. A dispersão populacional dos centros urbanos coloniais representava outro obstáculo. Contudo, apesar das dificuldades, diários e panfletos circularam nos pequenos e grandes centros urbanos. O analfabetismo era contornado pela comunicação oral. Por meio de leituras em voz alta, nas esquinas, nas farmácias ou nos serões familiares se fazia a divulgação das mensagens, muitas vezes de cunho político. O período que antecedeu a Independência do Brasil cristalizou a luta entre a imprensa oficial e a de oposição, e na segunda metade do século XIX, começaram a aparecer os jornais republicanos.

O primeiro jornal a circular no Espírito Santo foi “O Estafeta”, fundado em 15 de setembro de 1840 pelo alferes Ayres Vieira de Albuquerque Tovar. Ele circulou somente uma vez e em 1848 sua tipografia foi vendida a Pedro Antonio de Azeredo. De 1849 a 1899 foram publicados 33 jornais em toda a Província capixaba, chegando a 34 devido à Coleção da “Folha da Victoria”, que se encontra na

³⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998, p.38.

Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A maioria desses jornais era da cidade de Vitória. Apenas 13 foram publicados no interior da Província do Espírito Santo, destacando-se “O Cachoeirano”, o qual existiu entre 1877 e 1923.³⁵

Utilizamos nessa presente dissertação os dados elencados na análise de três periódicos jornalísticos do período, isto é, o Correio da Victoria, o Jornal da Victoria e o Espírito-Santense. Em 1849 publicou-se o Correio da Victoria, segundo jornal capixaba, propriedade de Pedro Antonio de Azeredo, que marca, de fato, o aparecimento do jornalismo na Província capixaba. Segundo Daemon, outro periódico de relevância foi o Jornal da Victoria, fundado no dia 2 de abril de 1864, pertencia a uma associação composta de membros do partido liberal, possuía como principal redator o engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, coadjuvado pelo Bacharel José Corrêa de Jesus, o engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello e Cunha e outros, e ainda pelo associado e diretor Delecarliense Drummond de Alencar Araripe.³⁶ A primeira edição do Espírito Santense surgiu em 08 de setembro de 1870. Seu fundador foi José Marcellino Pereira de Vasconcellos, e o gerente e editor era Manoel Antonio de Albuquerque Rosa.

Dos periódicos jornalísticos indicados, os exemplares utilizados como fontes nesta pesquisa foram os referentes ao Correio da Victoria dos anos de 1849, 1850, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1864, 1869, 1870 e 1871. Os exemplares referentes ao Jornal da Victoria dos anos de 1864, 1867, 1868 e 1869 e os exemplares referentes ao Espírito Santense dos anos de 1870 e 1871. Desses exemplares analisados foram transcritos um total de 481 anúncios, geralmente inseridos na página conservada apenas para esse tipo de publicação, sendo esse quantitativo dividido entre 66 anúncios de aluguel, 86 de fuga, 19 de compra e 86 de venda, todos esses referentes aos escravos, e 224 anúncios de temas variados. Os anúncios foram transcritos conforme a relevância para essa análise. Evitamos transcrever as repetições, pois, no caso dos negócios citados, isto é, aluguel, compra e venda, e, da mesma forma, nos casos de fugas, publicava-se o mesmo

³⁵ MESQUITA, Letícia Nassar Matos. **A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX**: a revelação de Adelina Lírio. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999, p.9.

³⁶ DAEMON, 1879, p.389.

anúncio, no mínimo, três dias seguidos. Num primeiro momento, em relação aos anúncios de compra, venda e aluguel de cativos realizamos uma análise quantitativa por meio da inserção dos dados coletados em um banco de dados. Posteriormente desenvolvemos uma análise qualitativa sobre o total de anúncios elencados buscando analisar as informações pertinentes sobre o trabalho escravo na cidade de Vitória e vizinhanças.

Como quarto grupo de fontes, utilizamos os ofícios e petições (conforme anexo 7), esses documentos continham temas e pedidos diversos enviados à Câmara Municipal de Vitória cobrando as devidas providências por parte do poder público. O ofício tratava-se de uma comunicação entre as autoridades públicas enquanto as petições se originavam dos pedidos de particulares. Desse grupo de documentos elencamos um total de 25 exemplares. Dedicamos a esse grupo de fontes uma análise preferencialmente qualitativa, mais uma vez com a transcrição de documentos considerados relevantes para esta pesquisa. Esses documentos fazem parte do AGMV.

Após a presente introdução, ao iniciarmos os capítulos da presente dissertação, destacamos, num primeiro momento, num imenso campo historiográfico, apenas alguns autores e obras e suas influências nos estudos sobre a escravidão brasileira e Espírito Santense. Abordamos os caminhos historiográficos percorridos pela escravidão brasileira, focando mudanças ocorridas na abordagem tradicional que tornou a grande propriedade escravista e monocultora o único referencial de desenvolvimento econômico na Colônia e no Império brasileiro. E, num segundo momento, analisamos a historiografia capixaba da escravidão com base em algumas obras e autores. Por fim analisamos o estudo da escravidão nas cidades brasileiras e em regiões afastadas das áreas de maior intensidade econômica do período Colonial e Imperial, como a cidade de Vitória e adjacências.

Dando seguimento à análise, no terceiro capítulo abordamos as características do ambiente urbanizado da cidade de Vitória e de seus arredores, de sua economia e população escrava, estabelecendo, assim, o reconhecimento do espaço econômico e social em que os escravos estavam inseridos. Pretendemos analisar, especialmente, a região Central da Província capixaba e para o alcance desse objetivo utilizamos as informações estatísticas e históricas encontradas em memórias oficiais e em pesquisas recentes que estão possibilitando uma abordagem

diferenciada para a história da escravidão e da sociedade capixaba. Analisamos da mesma forma a posse e composição da escravaria do município de Vitória por meio do 1º Livro de classificação de escravos, fonte já citada, comparando os resultados com as pesquisas recentes sobre o tema. Apontamos o emprego da mão-de-obra escrava e seus principais tipos de trabalho. Fizemos levantamentos e avaliações de dados como idade, sexo e profissões dos cativos através de gráficos e tabelas, proporcionando maior visibilidade do trabalho dos escravos no cotidiano da região, base de análise.

No quarto capítulo delimitamos os espaços sociais da cidade de Vitória e adjacências, ou seja, seu espaço central e seu entorno. Locais onde o escravo labutava e vivia seu cotidiano. Demonstramos também as formas utilizadas por essa sociedade para conviver, trabalhar e negociar seus cativos ou com seus cativos. Constatamos a prática do aluguel de mão-de-obra escrava e o cotidiano dos cativos “ao ganho” e a atuação deles em relação aos variados grupos sociais da região.

Enfim, após o último capítulo apresentamos as conclusões obtidas a partir das referidas análises, procurando cooperar com o fazer historiográfico capixaba em sua necessária ampliação e desenvolvimento.

2 ESCRAVIDÃO: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS

2.1. A ESCRAVIDÃO DISPENSA ADJETIVOS

A escravidão africana no Brasil ainda hoje revela inúmeras questões que suscitam muitas polêmicas nas diversas pesquisas dedicadas ao tema. O surgimento de tantos questionamentos, tanto no passado quanto no presente, deve-se, especialmente, à importância fundamental ostentada pela escravidão em sua implantação na colônia brasileira e nos desdobramentos políticos, econômicos, culturais e sociais advindos desse episódio.

Cabe esclarecer, inicialmente, que o objetivo destas limitadas páginas é sintetizar as discussões que surgiram em torno de conceitos, posteriormente tidos como limitados, utilizados pela historiografia brasileira para adjetivar a escravidão e, conseqüentemente, os escravos. Entre os conceitos estão, principalmente, os levantados pelo debate entre uma suposta escravidão que seria designada como

“amena” ou, por outro lado, “cruel”. Em relação aos cativos destacamos a teoria do escravo-coisa e a inserção posterior deles como agentes históricos ativos, mas sempre movidos pela violência exacerbada inerente à escravidão. Seria, segundo Chalhoub³⁷, a teoria do escravo-coisa na sua versão “progressista” de escravo-rebelde.

Formada por jovens historiadores e sociólogos de São Paulo, uma corrente historiográfica revisionista, denominada de Escola paulista, tornou-se fonte de grande parte dos estereótipos atribuídos aos escravos e à escravidão brasileira. Pode-se citar, como participantes desse movimento, entre outros, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Roger Bastide e Caio Prado Júnior.³⁸ O principal tema de estudo desses autores centra-se na formulação de um modo de produção existente no Brasil, envolvendo a análise do processo de acumulação do capital, no qual a escravidão era sempre considerada como fundamental e geradora de mercado e lucro. A compulsão ao trabalho era a garantia de lucratividade e, para obtê-la, o uso da violência era muito comum para o controle dos escravos. Equiparados às mercadorias, os cativos tornavam-se “coisas”, sendo seus atos de violência a única forma de expressarem a indignação ante a exploração do trabalho e perante os constantes castigos. Essas abordagens deram fruto a uma historiografia generalizada, calcada em uma análise predominantemente econômica, distante do cotidiano e do percurso de vida dos escravos. Mencionando em suas análises a coisificação do negro, a exploração ilimitada do trabalho escravo e o uso constante da violência, os autores citados se opuseram frontalmente às idéias de Gilberto Freyre.

No período no qual Freyre publicou sua obra, no ano de 1933, *Casa Grande e Senzala*³⁹, a miscigenação existente na sociedade brasileira era vista, como uma herança que inviabilizaria, definitivamente, o futuro do país. Uma segunda posição resgatava a miscigenação ocorrida no passado brasileiro, desde que, no futuro,

³⁷ CHALHOUB, 1990, p.251.

³⁸ Citados como partícipes da “Escola Paulista” por GORENDER, Jacob. **A escravidão Reabilitada**. Editora Ática S.A, São Paulo: 1990, p.14, e SCHUARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad: Jussara Simões-Bauru, SP: Edusc, 2001, p.25-26.

³⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1987.

houvesse um constante processo de branqueamento racial, buscando-se erradicar os traços da herança negra. Conforme Benzaquen Araújo,

[...] ambas as perspectivas avaliam de maneira profundamente negativa o relacionamento com essa herança, posto que a maior divergência entre elas parece consistir simplesmente em que a primeira julga os constrangimentos que supostamente daí derivaram como totalmente insuperáveis, enquanto a segunda, aparentemente, aposta na sua futura eliminação.[...] ⁴⁰

Em busca de uma terceira alternativa, Araújo destacou que Gilberto Freyre não conseguiu superar de forma definitiva o conceito de raça e separá-lo do conceito de cultura. Contudo, utilizando a definição neolamarckiana de raça (na qual o homem consegue se adaptar aos mais diversos meio-ambientes, além de incorporar, transmitir e herdar suas características), esses conceitos tornaram-se relativamente compatíveis entre si. Dessa forma, segundo Araújo, Freyre buscou valorizar a facilidade de adaptação física dos grupos formadores da sociedade brasileira (africanos, portugueses e índios) tentando se desvencilhar das concepções monogenistas e poligenistas, que, em última instância, cultivavam ideais racistas. ⁴¹

Mas podemos observar contribuições fundamentais de Freyre. Podemos destacar sua importante inovação metodológica, por exemplo. Pesquisando o cotidiano, hábitos, costumes e usando fontes como os anúncios de jornais, os relatos de viajantes estrangeiros, livros de receitas, fotografias e diários, entre outras, Freyre resgatou, de forma positiva a tradição cultural brasileira. Além disso, ao tentar percorrer os caminhos cotidianos de uma sociedade formada por famílias patriarcais, sem deixar de atentar para a existência de outros tipos de arranjos familiares ⁴², o autor revelou que as relações entre senhores e escravos não eram baseadas, exclusivamente, na dominação e na violência. Na vida diária o escravo se afirmava como pessoa e sua influência lingüística, religiosa e seu papel sexual na miscigenação era fundamental, e foi amplamente destacado pelo autor. Assim,

⁴⁰ ARAUJO, Ricardo B. **Guerra e paz**: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 29.

⁴¹ O monogenismo, visão dominante até meados do século XIX, congregou a maior parte dos pensadores que, conforme as escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una. O homem teria se originado de uma fonte comum. O poligenismo, a partir de meados do século XIX, tornou-se uma alternativa plausível com o avanço dos estudos biológicos e, sobretudo, diante das contestações ao dogma monogenista da Igreja. O homem seria originário de vários centros de criação que correspondiam às diferenças raciais observadas. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

⁴² FREYRE, 1987, p. 65.

Freyre demonstrou que o papel do escravo ia além da passividade e ultrapassava os limites do controle senhorial.⁴³

Consideramos que, mesmo não conseguindo se desvencilhar totalmente das concepções biológicas de raça, Freyre deu um grande passo para a percepção da cultura como uma entidade autônoma, enaltecendo, assim, a miscigenação brasileira e resgatando de forma positiva, a influência negra, indígena e portuguesa na formação da sociedade brasileira. Cabe salientar, então, a inversão praticada por Freyre quando destacou a importância do conjunto da influência negra, contrariando as idéias pseudo científicas do período. No entanto, ao descrever as influências sociais e culturais africanas, o relacionamento patriarcal e, principalmente, a aproximação sexual entre senhores e escravos, Gilberto Freyre foi considerado como conservador e propagador dos ideais saudosistas do século XIX.⁴⁴ Teria, dessa forma, criado o mito da “democracia racial”, imagem permanentemente criticada ou incorporada por nossa historiografia até os dias atuais. Ele foi responsabilizado por difundir a ideia da existência de uma escravidão brasileira “amena” em comparação com outras partes da América. Sua obra tornou-se um marco dessa suposta concepção e influenciou futuros trabalhos de diversos autores estrangeiros que buscavam comparar as formas de escravidão existentes nas Américas.⁴⁵ Têm-se, assim, os desdobramentos historiográficos que deram origem a visões antagônicas sobre a escravidão brasileira. Segundo Silvia Hunold Lara,

a partir da identidade entre paternalismo, benevolência da escravidão e democracia racial, o debate sobre o caráter da relação entre senhores e escravos no Brasil acabou se fixando em torno de binômios opostos e quase irreconciliáveis. Tratava-se, em alguns casos, de saber se a escravidão no Brasil tinha suas características essenciais ditadas pelas necessidades econômicas do processo de acumulação do capital ou [...] até mesmo a simples proximidade no contato entre cativos e senhores, levavam a amenizar a relação de exploração e a suavizar o cativeiro no Brasil.⁴⁶

⁴³ SOARES, Geraldo Antonio. Gilberto Freyre: historiador da cultura. In: **Afro-Ásia**, UFBA, nº 27, 2002, p. 223-248.

⁴⁴ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p.105.

⁴⁵ Como exemplos de autores estrangeiros, Queiróz cita TANNENBAUM, Frank. **El negro em las Américas. Esclavo e ciudadano**. Buenos Aires: Paidós, 1968. ELKINS, Stanley M. **Slavery: a problem in American Institutional and intelectual life**. Chicago: The University of Chicago Press, 1959. QUEIRÓZ, 1998.

⁴⁶ LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.99.

Seria, na visão de Lara, uma oposição entre uma leitura “econômica” e uma leitura “social” da escravidão brasileira. Outros autores, a partir dos anos 1970, mesmo de formas diferenciadas, procuraram uma maior proximidade entre os aspectos econômicos e sociais e um questionamento sobre o próprio conceito de paternalismo. Diante disso, novas influências teóricas foram fundamentando o estudo da história no Brasil. Consoante Maria Yedda Leite Linhares,

Naquele momento reativava-se, em novas bases, a disposição de rever as explicações relativas aos fundamentos da sociedade brasileira, como se estivéssemos tentando dar por encerrados o debate de idéias sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil, debate este que prevaleceu nos anos 50 e 60. No final dos anos 70, levavam-se em conta propostas concretas de investigação científica. As expansões então verificadas das universidades brasileiras e a criação dos setores de pós-graduação com amplo apoio das agências federais de financiamento deram o sinal de partida para a renovação da pesquisa nos variados campos do conhecimento [...].⁴⁷

Não se pode deixar de citar a crítica de Jacob Gorender, quem afirma ser esse procedimento “o prenúncio da virada de retorno à linha de Gilberto Freyre”⁴⁸. Gorender se referiu ao livro de Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*⁴⁹, com primeira edição em 1982, como o marco dessa nova orientação designada por ele como “neopatriarcalismo”⁵⁰. Segundo Gorender no período destacam-se as influências advindas dos Estados Unidos, Paris e Londres, principalmente acerca do culturalismo de Edward Thompson e da historiografia francesa dos *Annales*.

O revisionismo inglês, no qual se destacou Edward Thompson⁵¹, se deu pela introdução de propostas antropológicas ao fazer histórico, pois consoante o autor,

[...] o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção de modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de

⁴⁷ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁴⁸ GORENDER, 1990, p.14.

⁴⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁰ Essa nova orientação historiográfica repensaria o conceito de violência do sistema e admitiria uma escravidão de caráter consensual pela qual haveria a possibilidade de negociações entre senhores e cativos, tornando o cotidiano mais brando, aproximando-se da linha interpretativa de Gilberto Freyre. QUEIRÓZ, 1998, p.108.

⁵¹ THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: Antônio Luigi Negro & Sérgio Silva (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas/SP: UNICAMP, 2001. p. 305-352.

amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.⁵²

Para Thompson, importavam a possibilidade de reconstituir os estados passados de consciência e a textura das relações domésticas e sociais. O “ser” adquiriu, assim, maior significado do que o “tornar-se” com o aumento do interesse no próprio processo histórico e não apenas nas mudanças advindas dele. O autor afirma que a História é uma disciplina do contexto e do processo social. No entanto, ele resiste à influência da história social quando se diz inserido na tradição marxista e, sua posição, apenas continha críticas às versões reducionistas e economicistas atribuídas às teorias de Marx.

Quanto à escola francesa dos *Annales*, segundo André Burguière⁵³, por meio de fundos de arquivos públicos disponibilizados pelo Estado, os historiadores puderam desenvolver uma pesquisa positiva baseada nas fontes. A história das sociedades passou a se limitar à história da vida pública e das formações culturais, na medida em que o homem só adquiria dimensão social na vida pública. Esse quadro foi alterado por meio da influência da antropologia, quando os estudos das formas da vida cotidiana passaram a fazer parte do pensamento histórico que teve como preocupação principal reconstituir o itinerário e os progressos da civilização. Entretanto, no momento em que os Estados-nações recriaram a memória coletiva para justificar pelo passado sua dominação esse estudo tornou-se supérfluo. Então, contra uma concepção que reduzia o campo histórico ao domínio da vida pública, enquanto concepção redutora e centralizadora do devir histórico e também da sociedade, se constituiu a escola dos *Annales*. A partir dela passou-se a abordar a sociedade com mais profundidade e se buscou uma concepção multidimensional da realidade social, pois cada dimensão esboça sua própria história e procura um modo de articulação com os outros, com o intuito de construir o movimento de uma coletividade.

Assim sendo, Kátia Queirós Mattoso, em *Ser escravo no Brasil* ⁵⁴, abordou as diferentes visões de mundo concebidas pelos diversos grupos sociais presentes na

⁵² THOMPSON, 2001, p. 229.

⁵³ BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁵⁴ MATTOSO, 1982.

sociedade escravista e considerou a maior ou menor autonomia oferecida pelos vários contextos econômico-sociais encontrados no Brasil de então. Indo além, identificando estratégias empregadas pelos escravos para comprar a liberdade e para ascender socialmente, Mattoso evidenciou “o desejo de tomar o próprio ponto de vista do escravo” e “a vontade de acompanhar cada passo de sua vida intelectual e coletiva”.⁵⁵ E destacou em sua obra, uma abordagem com ênfase na leitura social da escravidão.

Em outro trabalho em que se abordou o cotidiano escravo, Silvia Hunold Lara, em *Campos da Violência, Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro*⁵⁶, analisou as várias formas de castigos impostas aos escravos e suas relações com a disciplina do trabalho e a dominação e exploração senhorial e estatal. Mesmo enfatizando o escravo como agente ativo de sua própria história, a autora não conseguiu se desfazer da visão de uma sociedade escravista cruel, tendo em vista a utilização de um conjunto de fontes primárias criminais do qual recortou relatos que primaram pela descrição de atos violentos, por parte dos senhores e dos escravos.

Em 1989, outra obra, de João José Reis & Eduardo Silva, *Negociação e Conflito: a resistência Negra no Brasil Escravista*⁵⁷ reforçou a necessidade de análise do contexto social e do dia-a-dia do escravo. Os autores procuraram demonstrar a limitação de estudos que deram ênfase à absolutização dos cativos, ora como agentes ativos de sua história, ora como vítimas passivas. De acordo com os autores,

Os escravos não foram vítimas ou heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias.⁵⁸

Desse modo, teve destaque a arte de negociar dos escravos como uma arma de resistência e sobrevivência cotidiana e buscou-se como sugere Mattoso, a observação da escravidão pela perspectiva do escravo, “um escravo real, não

⁵⁵ MATTOSO, 1982, p. 12.

⁵⁶ LARA, 1988.

⁵⁷ REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Cia das letras, 1989.

⁵⁸ REIS & SILVA, 1989, p. 7.

reificado e nem mitificado”⁵⁹. A negociação levada a um bom termo beneficiava tanto senhores como cativos. Por outro lado, a ruptura poderia surgir em consequência de uma má negociação ou mesmo da falta dela. Não obstante, os autores negaram enfaticamente a existência de relações harmoniosas entre escravo e senhor, apenas sugerindo que “ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos”⁶⁰. Os autores, portanto, não conseguiram se desvencilhar de pré-suposições sobre a escravidão já estabelecidas pela historiografia, que privilegiava o aspecto violento da escravidão, sempre cruel e desumano.

Os esforços para a compreensão da escravidão brasileira continuaram avançando. Em 1989, Sidney Chalhoub intencionou enfatizar, em seu trabalho *Visões da Liberdade*⁶¹, um fazer histórico dependente das lutas dos próprios agentes sociais, buscando “recuperar a indeterminação, a imprevisibilidade dos acontecimentos”⁶². Ele investigou o sentido que as próprias personagens históricas atribuíam às suas lutas. Usando a análise de indícios, conforme preconizado por Ginzburg, o autor apontou a necessidade de se atentar para a existência de várias formas de lutas em torno de diferentes visões e definições de liberdade.⁶³ O significado de liberdade teria se forjado na experiência individual do cativo. Os escravos, com visões próprias sobre a escravidão, influenciaram as transações de compra e venda e a transformação de costumes em Leis, como o direito ao pecúlio e à alforria por indenização de preço, ambos regulamentados pela Lei do Ventre Livre de 1871, e finalmente, contribuíram decisivamente, nas últimas décadas da escravidão, atuando no desmanche da instituição escravista. Chalhoub declara ainda que seu objetivo principal foi tentar recuperar aspectos de experiência dos escravos na Corte, conforme suas maneiras de pensar o mundo e atuar nele. Para tanto, o autor trabalhou basicamente no “campo da interpretação de interpretações: o importante era perceber o que os diferentes sujeitos históricos entendiam por escravidão e

⁵⁹ MATTOSO, 1982, p. 8.

⁶⁰ REIS & SILVA, 1989, p. 7.

⁶¹ CHALHOUB, 1990.

⁶² CHALHOUB, 1990, p. 20.

⁶³ CHALHOUB, 1990, p. 16.

liberdade, e como interagiam no processo de produção dessas visões ou percepções”⁶⁴.

Ao observar os escravos na interação de suas relações cotidianas o autor percebeu a movimentação deles na tentativa de conquistar benefícios e lutar contra a intrincada política de dominação escravista expressa pela justiça do período, “conseguindo politizar a rotina e, assim, transformá-la”⁶⁵. Além disso, Chalhoub conseguiu demonstrar que a ação dos escravos como agentes históricos ativos dava-se no dia-a-dia. Essa ação diária era tão importante quanto as tentativas de fugas, de rebeliões, a formação de quilombos, os assassinatos e os suicídios. A imagem de escravos “coisificados” pela violência da escravidão ou agindo irracionalmente contra essa violência foi contrabalançada pelo autor, que argumenta:

Algumas pessoas ficarão decepcionadas com as escolhas destes escravos que lutaram pela liberdade, resolutamente por certo, mas sem nunca terem se tornado rebeldes como zumbi. Essa é uma decepção que temos de absorver, e refletir sobre ela, pois para cada Zumbi com certeza existiu um sem-número de escravos que, longe de estarem passivos e conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. [...] afinal, combater no campo de possibilidades largamente mapeado pelos adversários é exatamente o que fazem ao insistirem em Zumbi e na rebeldia negra.⁶⁶

Seguindo o mesmo caminho de Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos, em sua obra *Das Cores do Silêncio, Os significados da liberdade no Sudeste escravista*⁶⁷, de 1998, afirma que escravos e senhores possuíam concepções individuais do que era ser escravo e da escravidão. As práticas políticas eram protagonizadas no cotidiano, tanto pelos escravos como pelos senhores. Os primeiros tentando conquistar espaços de liberdade para viverem melhor ou, quem sabe, conquistar a liberdade definitiva, enquanto os segundos tentavam, de todas as formas, manterem o poder. Para a autora, a noção de bom ou mau cativo deve ser analisada através da visão dos próprios escravos, que percebiam essa diferenciação no seu cotidiano. Como Chalhoub, Mattos assevera que por meio da politização das suas ações cotidianas os escravos buscavam manter e conquistar espaços de autonomia que proporcionavam uma vivência de liberdade, mesmo que limitada. Esses espaços de

⁶⁴ CHALHOUB, 1990, p. 251.

⁶⁵ CHALHOUB, 1990, p. 253.

⁶⁶ CHALHOUB, 1990, p. 253.

⁶⁷ MATTOS, 1998.

autonomia se apresentavam como uma desvinculação do cativeiro relativizando o significado da escravidão e da liberdade.

O final da escravidão, segundo Mattos, além de representar determinações políticas do Estado Imperial tomadas de cima para baixo, foi fruto, também, da luta cotidiana dos escravos, a qual forçou mudanças jurídicas por parte do poder instituído, como a Lei do Ventre Livre de 1871. As determinações legais, junto com a reivindicação diária por parte dos escravos destruíram, aos poucos, as bases que sustentavam o regime escravista.

Concordamos, seguindo os caminhos sugeridos por Sidney Chalhoub e Hebe Maria Mattos, com a busca por uma história multifacetada fugindo de modelos e conceitos pré-supostos. Uma história do cotidiano escravo e de suas relações sociais, dando nova configuração ao individual e ao coletivo. Além do escravo passivo ou ativo, vítima ou herói, o que deve ser buscado, no contato exaustivo com as fontes históricas, são os diversos processos realizados por eles para a obtenção de autonomia e liberdade.

Esses novos caminhos trilhados pelos estudos sobre a escravidão demonstraram que dentro das intrincadas teias de relações sociais, nas quais os escravos eram absorvidos no seu dia-a-dia, uma se destacava, a familiar e seu desvendamento descortinou um novo enfoque para os estudiosos da escravidão. Com a utilização do instrumental desenvolvido pela demografia histórica, tornou-se possível esmiuçar um novo conjunto de fontes que revelaram muitas nuances sobre os casamentos, as relações familiares e de parentesco escravo.

Podemos destacar como exemplo a obra de Manolo Florentino & José Roberto Góes, *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*⁶⁸, de 1997. Nessa obra os autores analisaram como a formação e manutenção de famílias escravas trazia a paz para os senhores e suas senzalas ao criar laços de pertencimento e comprometimento entre os escravos. Por outro lado, os cativos podiam usufruir de uma renda política derivada dessas relações de parentesco que ampliavam seus horizontes sociais e até econômicos.

⁶⁸ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c.1790-c 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Outra importante pesquisa sobre famílias escravas é *Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava*⁶⁹, de 1999, do autor Robert Slenes. Apesar de não acreditar na família escrava como um pilar para a sustentação do escravismo, como defendem Florentino & Góes, Slenes considera que essa faceta da vida escrava, como várias outras, contribuiu para a formação de uma identidade escrava diferenciada em relação aos senhores, e compartilhada por um grande número de cativos.

Concomitantemente ao crescimento vertiginoso dos estudos sobre arranjos familiares escravos, ascenderam as análises sobre as relações entre cidadania e escravidão, hierarquização social, e, nos últimos anos, apreciações envolvendo identidade étnica e gênero. Diante disso, abordamos outras três obras, escritas nos últimos anos que apontam mais alguns caminhos percorridos pela historiografia brasileira da escravidão.

A primeira obra, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*⁷⁰, de 1999, de Hebe Maria Mattos, elenca as relações entre escravidão e cidadania nos oitocentos. A autora estuda como as noções de raça e de cidadania foram articuladas no Império para dar conta de duas realidades demográficas essenciais da época, ou seja, uma das maiores populações escravas das Américas e a maior população de descendentes livres de africanos do continente. Mattos verificou que a discussão sobre cidadania, apesar de existente, nunca colocou em risco o direito à propriedade privada, chegando, no limite, ao favorecimento dos vários grupos de descendência escrava, mas sem colocar em “xeque” a própria escravidão.

A segunda obra aborda a identidade étnica e religiosa de um grupo de africanos, procedentes da Costa da Mina, os quais fundaram uma irmandade na igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia, na rua da Alfândega, no Rio de Janeiro. Trata-se da obra *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*⁷¹, de Mariza de Carvalho Soares. A autora informa como foi construída uma nova modalidade de identidade étnica por essa irmandade, reinterpretando, dentro dos

⁶⁹ SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁷⁰ MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

⁷¹ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro: século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

limites permitidos, o que sobrou da cultura de sua terra natal e apropriando-se, também de forma limitada, da cultura da nova terra. A formação de irmandades pelos cativos tornou-se uma forma de viver uma liberdade limitada, proporcionada, inicialmente, pelo distanciamento do senhor e, posteriormente, pela autonomia e auto-gestão derivadas da formação e manutenção de uma associação.

A terceira obra mencionada é *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*⁷², de 2005, de Sandra Lauderdale Graham. Discutindo escravidão e gênero, ela analisa o caso de uma escrava chamada Caetana que na obrigação de se casar com um escravo escolhido por seu senhor, preferiu dizer não. É possível perceber, com base nessa obra, os limites impostos pelos cativos às vontades de seus senhores. Códigos de conduta e valores sociais tornavam essa sociedade eivada por intrincadas redes de relações sociais nas quais os escravos, cotidianamente, buscavam mecanismos para obtenção de uma vida melhor.

Percebemos, assim, que o ponto em comum encontrado nas obras atuais sobre a escravidão brasileira provém da vontade de compreender a escravidão pela visão dos próprios atores sociais, sem nenhuma pré-determinação de adjetivações limitadoras. Como assevera Mattos, “Não há escravidão ‘suave’ ou ‘cruel’, ela dispensa adjetivos”⁷³. Para complementar essa citação, basta citar Chalhoub, o qual acredita que não há como qualificar previamente a atuação dos escravos como sujeitos históricos em termos de dualidades como passividade e atividade, conformismo e resistência, coisificação e rebeldia. Vai-se de um discurso de denúncia de uma extrema violência da escravidão e conseqüente vitimização do negro, à reação escrava irracional por meio de fugas, assassinatos ou suicídios, ou, à louvação dos feitos heróicos de alguns deles.⁷⁴ Não se podem tomar esses adjetivos como absolutos. Mesmo afirmando a atuação do escravo em seu cotidiano como agente ativo na transformação de sua história, cabe, principalmente, analisar as várias formas de ocorrência desse processo. Para perceber o processo social sem concepções históricas pré-determinadas, foi imprescindível a adoção de múltiplos objetos de pesquisa e a alteração do olhar em relação ao papel das fontes

⁷² GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

⁷³ MATTOS, 1998, p.143.

⁷⁴ CHALHOUB, 1990, p.250.

primárias, problematizando-as, primeiramente, com a introdução do percurso de vida e das intrincadas relações sociais cotidianas ao fazer histórico. Uma vez que, antes de tudo, os cativos eram seres-humanos, escravizados num determinado período histórico, e não podem ser reduzidos a uma mera dualidade ou complementos de adjetivos.

2.2. HISTORIOGRAFIA E ESCRAVIDÃO CAPIXABA

Escrever sobre a historiografia da escravidão no Espírito Santo é, realmente, um agradável desafio. Principalmente, pelo fato de que uma historiografia voltada para a escravidão como tema principal foi abordada por poucos autores. Devido a isso, elencamos alguns autores e obras que contribuíram para a atual conjuntura da historiografia capixaba da escravidão.

Cabe citar, inicialmente, o autor capixaba Afonso Cláudio e sua obra *Insurreição de Queimados: um episódio da história da Província do Espírito*⁷⁵. Nascido em 1859, Afonso Cláudio conviveu com a escravidão. Tornou-se Bacharel em Direito e integrou-se ao movimento abolicionista, que, no período de publicação de sua obra, começava a se destacar na Capital da Província, Vitória. O autor era partidário de uma ideia de abolição que conciliasse a instituição da propriedade privada com a concepção de liberdade como direito “natural” do homem, ideia advinda da Revolução Francesa. A abolição, para ele, deveria ser gradativa de modo que os senhores de escravos não fossem prejudicados em seus interesses e posses. A escravidão era encarada, menos como uma injustiça, do que como um obstáculo para um país que precisava se modernizar.⁷⁶ José Murilo de Carvalho⁷⁷ utiliza a expressão de “dialética da ambigüidade” para expressar a dinâmica das relações entre a burocracia imperial e os proprietários rurais, pois, segundo o autor, tratava-se de uma sociedade escravocrata agrária e analfabeta governada por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização, mesmo considerando as diferenças existentes dentro desses grupos.

⁷⁵ CLÁUDIO, Afonso. **Insurreição de Queimados**: um episódio da história da província do Espírito Santo. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

⁷⁶ CAMPOS, Adriana Pereira. Abolicionistas, negros e escravidão. **Dimensões**: Revista de História da UFES. Vitória: UFES/CCHN, nº 10, 2002. p.31 a 45.

⁷⁷ CAVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial/ José Murilo de Carvalho. – 4ª edi. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Em relação ao episódio de Queimados, segundo Cláudio, tratou-se de uma insurreição liderada por escravos que atuavam na construção de uma igreja, sob a orientação do Frei Gregório de Bene. Não é imprescindível neste momento especificar os desdobramentos da revolta, cabe apenas demonstrar aqui algumas questões abordadas acerca do episódio. Apesar de atribuir aos escravos a iniciativa da revolta Cláudio considerou esse fato o causador do inevitável fracasso do acontecimento. Adriana Pereira Campos, em um estudo sobre a obra de Afonso Cláudio, afirma:

Tornando os negros como vítimas dos equívocos da sociedade escravista e achando-os incapazes de lutar contra o julgo que os submetia, o autor propagava a idéia de que somente os homens livres estavam habilitados a dirigir o futuro, fato que revela sua visão romântica e preconceituosa das iniciativas escravas.⁷⁸

Em consonância com as idéias abolicionistas da época, Afonso Cláudio negou a capacidade de luta dos escravos de mudarem sua condição e prefere que a liberdade seja conquistada na legalidade, evitando os excessos das revoltas escravistas. De acordo com Campos,

A obra de Afonso Cláudio combatia a escravidão no país, ao mesmo tempo que difundia o preconceito racial, através de conclusões depreciativas sobre a condução do movimento pelos negros. O fato é que a “tese” do escravo como sujeito incapaz é fruto de uma ideologia muito antiga, colocada a serviço de uma classe (que não mais existe) e ainda presente no imaginário popular.⁷⁹

A obra de Cláudio, contudo, transformou-se em um dos primeiros esforços de recuperar a história da escravidão capixaba.

O despertar para a preservação e uso das fontes históricas existentes no Estado do Espírito Santo, que possibilitaram as produções regionais capixabas, todavia, se deu com a realização do “I Simpósio de História” pelo Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, no ano de 1972. Essa iniciativa, de alguns professores, levou ao desenvolvimento de vários projetos visando o levantamento e catalogação das fontes históricas em vários municípios. Podemos destacar, por exemplo, a figura de Renato Pacheco⁸⁰ como importante participante nesses

⁷⁸ CAMPOS, 2002, p.38.

⁷⁹ CAMPOS, 2002, p.43.

⁸⁰ Renato José da Costa Pacheco foi Bacharel em Direito e em História, mestre em Ciências pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e livre-docente da UFES. Dedicou mais de 40 anos ao magistério e quase vinte à magistratura estadual. Nasceu em Vitória/ES, em 16 de dezembro de

projetos. O movimento incentivou a produção de inúmeros trabalhos baseados em fontes primárias locais.

Nas obras surgidas nesse período os escravos aparecem numa abordagem, preferencialmente econômica, dentro dos moldes da “Escola Paulista”.⁸¹ Mas, por outro lado, essas produções já se encontravam dentro do contexto de regionalização da história capixaba e representaram um avanço para a historiografia do Estado. Um dos principais autores desse período foi Gabriel Bittencourt, com as obras *Esforços industrializantes na República do café*⁸² e a *A formação econômica do Espírito Santo*⁸³, de 1987. Três anos antes, Vilma Paraíso Ferreira de Almada publicou *Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850-1888)*⁸⁴, fruto do mesmo movimento de preservação da história capixaba. No trabalho de Almada aparece a tradicional referência ao crônico atraso econômico do Espírito Santo:

Esses depoimentos nos parecerão bastante plausíveis se considerarmos a escassa população da Província, seus imensos territórios cobertos de matas e habitados por indígenas - alguns antropófagos, como os botocudos da região do Rio Doce -, sua agricultura decadente e um insignificante comércio.⁸⁵

Da mesma forma, a autora destaca a importância da introdução do café na província:

O café, introduzido na região desde o início do século XIX, conforme referência do príncipe Maximiliano Wied (13), por suas características de melhor cotação no mercado internacional, menor necessidade de capital para beneficiamento, e, principalmente por tratar-se de cultura extensiva e exigente de terras virgens, acabará por impor-se à economia do Espírito Santo, em substituição à cultura da cana-de-açúcar, para o que irá valer-se da mão-de-obra escrava disponível e atrair imigrantes livres e escravos das regiões vizinhas, que aos poucos irão ocupar as imensas áreas despovoadas da Província.⁸⁶

1928, e faleceu na mesma cidade, em 18 de março de 2004. Disponível em: www.estacaocapixaba.com.br/indexmun.html. Acesso dia 19/08/2008.

⁸¹ Análise abordada no subtópico 2.1 - A escravidão dispensa adjetivos.

⁸² BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello; MARTINS, Ismenia de Lima.. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. **Esforços industrializantes na Primeira Republica: o Espírito Santo -1889-1930**. 1979. 131f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

⁸³ BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Rio de Janeiro/ Vitória: Cátedra/DEC, 1987.

⁸⁴ ALMADA, 1984.

⁸⁵ ALMADA, 1984, p.60.

⁸⁶ ALMADA, 1984, p.60.

Os mesmos referenciais sobre a economia capixaba são encontrados na obra de Bittencourt⁸⁷ que também destacou a decadência da Capitania/Província, fato alterado somente com o advento da cultura do café. A escravidão foi abordada por ele como um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, sendo esse o principal motor que impulsionou a superação do trabalho escravo na sociedade brasileira.

Assim como Bittencourt, Almada abordou os temas dentro de seus contextos historiográficos. Os dois autores procuraram inserir a Província capixaba à historiografia econômica brasileira vigente em seu período. Mas suas obras foram ainda mais inovadoras por introduzirem a análise de fontes primárias locais.

No caso da obra de Almada, houve também a tentativa de realizar uma interpretação social da história capixaba, dando ênfase ao cotidiano dos escravos. Utilizou-se, para isso, um conjunto de fontes extremamente diversificado, como autos criminais, periódicos jornalísticos e inventários. Nesse *corpus*, entretanto, apesar de os escravos aparecerem em alguns momentos como agentes históricos ativos, são também abordados bem ao gosto da teoria “escravo-coisa”. Segundo a autora,

o escravo, coisificado e explorado como animal, só encontra na reação ao trabalho e ao seu senhor perspectivas de recuperar-se como ser humano, enquanto o senhor através da reificação do escravo e da coação extra-econômica encontra meios de manter sua posição privilegiada de domínio e espoliação.⁸⁸

As obras de Bittencourt e de Almada são importantes referenciais para a historiografia capixaba, apesar de ajudarem de certa forma a manter estereótipos em relação à nossa economia, como a sua constante decadência, e em relação à própria escravidão. Seguindo a mesma ênfase nos estudos econômicos, citamos a obra de Nara Saletto de 1996, *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*⁸⁹. A autora aborda o início da expansão cafeeira e analisa a introdução dos imigrantes nas fazendas capixabas.

Outra importante escritora capixaba é Maria Stella de Novaes. Em *A escravidão e a abolição no Espírito Santo*⁹⁰, adentrou pela história capixaba primando por uma abordagem social e cultural dessa sociedade escravista. Abordou temas como a

⁸⁷ BITTENCOURT, A formação econômica do Espírito Santo, 1987.

⁸⁸ ALMADA, 1984, p.130.

⁸⁹ SALETTO, 1996.

⁹⁰ NOVAES, Maria Stella. **A escravidão e a abolição no Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 1963.

Insurreição de Queimado e o movimento abolicionista. Por seu estudo sobre a escravidão e pelo conjunto de sua extensa obra a autora se destacou como uma das maiores escritoras capixabas. Podemos citar como exemplo da mesma linha cultural de Novaes, porém primando por uma pesquisa mais empírica, o historiador Cleber Maciel com sua obra *Negros no Espírito Santo*⁹¹ de 1993. Esses autores privilegiaram uma análise cultural da escravidão capixaba dando ênfase à preservação da memória escrava sobre vários aspectos, inclusive com a abordagem de temas religiosos. Cumprem um papel de relevância na preservação da memória cultural do estado, pois resgataram figuras históricas, inclusive escravos, que ficariam esquecidos no tempo se não fossem esses prestimosos estudos.

Vale informar que como em 1972, (também no Departamento de História da UFES, entretanto, com uma vertente preferencialmente social) nas últimas décadas, surgiu, um movimento de renovação historiográfica influenciado pela história social francesa e inglesa, e que já produziu significativos trabalhos de pesquisa, encetados em conjuntos de fontes primárias alocados nos arquivos públicos da região. Como avaliou Manolo Florentino⁹², trata-se de uma “colonização” dos arquivos ou, considerando o movimento de 1972, uma recolonização dos arquivos sob novos referenciais teóricos e metodológicos.

A partir dessas pesquisas surgiram teses de doutorado como a de Geraldo Antônio Soares intitulado *Vida quotidiana e conflito social em Vitória no final do século XIX*⁹³, percebemos a inovação dos estudos sobre as sociabilidades em Vitória considerando a análise do cotidiano de escravos e livres e as solidariedades e conflitos advindos dessas relações sociais.

Em outra tese de doutorado *Nas Barras dos Tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*⁹⁴, de 2003, de Adriana Pereira Campos, a autora analisa a prática judiciária, por meio de processos criminais de escravos no Espírito Santo, nos oitocentos. Ela observou que o trabalho da Polícia e da Justiça era

⁹¹ MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994.

⁹² FLORENTINO, Manolo. Introdução. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 26, nº 52, jul-dez/2006.

⁹³ SOARES, Geraldo Antonio. **Vida quotidiana e conflito social em Vitória no final do século XIX**. Paris: EHESS, nov/1997.

⁹⁴ CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

diferenciado apesar de se integrarem em um mesmo processo de controle social. Notou também a pouca ocorrência de prisões de escravos, sendo a maioria por embriagues e desordens. Campos conclui que as sentenças judiciais contemplavam o comportamento pretérito do cativo. Desse modo, a negociação e a obediência tornaram-se uma estratégia de luta, extrapolando o mundo dos escravos.

Cabe destacar outro estudo, *À Sombra da escravidão: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830)*⁹⁵, de 2003, no qual Patrícia Merlo analisa as escravarias capixabas, a frequência de laços familiares estáveis entre os cativos e suas características. Ela tentou reconstituir as estratégias cotidianas dos escravos para manter uma família, dentro das possibilidades da época. Para esse fim foram tomados como fontes os inventários do período proposto.

Como consequência direta desse novo movimento historiográfico no Espírito Santo alguns dos principais estereótipos mantidos pela historiografia capixaba, até então, isto é, o recorrente isolamento e decadência de sua economia (quadro alterado somente com o advento do café) começam a serem ultrapassados.⁹⁶ No caso da região formada pela cidade de Vitória e adjacências, a expansão cafeeira teria retirado dessa área a primazia econômica e populacional direcionada, após o surto cafeeiro, para a região Sul da província capixaba.

Decerto que a expansão do café trouxe novos direcionamentos para a Província capixaba, mas é justo lembrar que a lucratividade extraída com as exportações de produtos agrícolas era considerada pela Coroa portuguesa no período Colonial, e mesmo após a Independência do Brasil com a expansão do café, como o único sinônimo de riqueza econômica. Essa visão deixou o Espírito Santo e suas insignificantes receitas comparadas com as de outras províncias, como a do Rio de Janeiro, relegado a um plano secundário. Visão, essa, mantida pelos políticos do período analisado e por historiadores seguintes à economia colonial. Contudo, recente estudo ao nível de Mestrado realizado por Enaile Carvalho, *Política e*

⁹⁵ MERLO, Patrícia Maria da Silva. *À Sombra da escravidão: negócios e família escrava: Vitória/ES: 1800-1830*. 2003. 123f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2003.

⁹⁶ ALMADA, 1984.

*economia mercantil nas terras do Espírito Santo*⁹⁷, questiona essa visão. Observemos as considerações de Enaile Flauzina Carvalho:

Acredito que, da mesma forma que ocorre na historiografia, a questão da decadência acaba por ser colocada devido à inoperância do sistema colonial no Espírito Santo, sistema esse em que a produção total era voltada para exportação e ao utilizarem o discurso de decadência, os políticos demonstram compartilharem de uma visão portuguesa de lucratividade da Coroa através de exportações de açúcar, não considerando a produção para o abastecimento interno da colônia como preponderante para a subsistência do mesmo sistema.⁹⁸

Sobre a dinâmica da economia capixaba demonstrada por sua trajetória de pesquisa, ela afirma:

O vigor do setor econômico pode ser constatado com a presença de escravos, de plantações variadas, de rebanhos de gado, além das lojas de secos e molhados, botica e barcos transportando mercadorias para outras capitanias ao mesmo tempo em que abasteciam o Espírito Santo com produtos importados. Nos inventários também foram descritas movimentações financeiras que expõem ainda mais a dinâmica dos negócios capixabas no período.⁹⁹

Esse estudo, portanto, esclarece que a inserção da Província do Espírito Santo na órbita colonial dava-se por meio de uma economia que produzia, principalmente, produtos agrícolas para o abastecimento do mercado local e do mercado interno de regiões mais próximas.

Além desses trabalhos focados, preferencialmente, em fontes primárias locais, outro fator primordial para a afirmação da pesquisa histórica no Espírito Santo foi a implantação, em 2003, do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas no Departamento de História da UFES. Essa instituição está incentivando a produção de trabalhos renovadores sobre a história da escravidão capixaba por serem embasados em fontes primárias pesquisadas com extremo rigor e por se inserirem em análises, basicamente, sociais que buscam alcançar os aspectos da escravidão através do entendimento do percurso social do próprio

⁹⁷ CARVALHO, 2008.

⁹⁸ CARVALHO, 2008, p.40.

⁹⁹ CARVALHO, Enaile Flauzina. **Comércio varejista em Vitória: 1790-1820**. Relatório final de pesquisa, Orientadora: Adriana Pereira Campos, Departamento de História, UFES, 2005. Mimeo, p.16.

escravo. Buscamos, então, o incentivo para a ampliação de uma nova história capixaba conectada com esses novos movimentos que produzem estudos históricos embasados em vastas pesquisas empíricas e, desse modo, procuram promover um avanço para a historiografia da escravidão espírito-santense, considerando sua ampliação.

2.3. NOVAS PERSPECTIVAS INVESTIGATIVAS

A história da escravidão no Brasil, após estar atrelada a análises preferencialmente econômicas e generalizadoras, voltou-se para o estudo do regional e do cotidiano.¹⁰⁰ Essas pesquisas alteraram vários pontos já consolidados pela historiografia econômica tradicional, na qual se inseria a escravidão, e levaram à busca de alternativas interpretativas. O modelo econômico clássico se assentava sobre três pilares bem definidos, ou seja, latifúndios, monoculturas voltadas para a exportação e grande número de mão-de-obra cativa. Para Caio Prado Junior, um dos expoentes da historiografia econômica tradicional

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a 'grande exploração rural', isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira.¹⁰¹

No entanto, resultados de estudos históricos desenvolvidos em regiões vistas tradicionalmente como detentoras de grandes propriedades de terras e escravos revelaram um novo perfil da economia brasileira no século XIX. Pequenos e médios proprietários destacaram-se como fundamental para a economia de então. Renato Leite Marcondes analisando a posse de cativos no Vale do Paraíba durante o século XIX afirma que

Até mesmo no caso mais próximo da *plantation* notamos a presença significativa em termos do total de escravistas e da escravaria dos pequenos e médios proprietários de cativos. Embora mais envolvidos com a produção para o mercado interno, estes indivíduos também produziam café em quantidades significativas. Somente verificamos a presença de dezoito escravistas com mais de cem pessoas em seus plantéis para as localidades em questão, sendo dezesseis em Bananal. Destarte, o dinamismo

¹⁰⁰ Análise abordada no subtópico 2.1 - A ESCRAVIDÃO DISPENSA ADJETIVOS.

¹⁰¹ PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Martins, 1942. p.19.

econômico e demográfico valeparaibano não se restringia apenas aos membros da grande lavoura cafeeira.¹⁰²

Em pesquisa de vinte e sete localidades da Capitania de São Paulo, entre 1777 e 1829, Francisco Vidal Luna constatou que os pequenos proprietários com menos de cinco cativos representavam 75% dos proprietários em 1829. E assim concluiu o autor:

[...] Cerca de 20 a 25% dos fogos possuíam escravos; o padrão básico era significativa parcela de pequenos proprietários, sendo em grande número os plantéis unitários; raro os grandes proprietários; poucas dezenas de senhores possuíam mais de cem escravos; nenhum mais de duzentos no período em questão e nas localidades estudadas; [...] ¹⁰³

Mesmo em Minas Gerais, onde a extração do ouro tornou-se, num primeiro momento, a base econômica da Província, observa-se que,

de modo geral, os resultados apresentados quanto à estrutura de posse de cativos demonstram uma sociedade na qual predominavam, incontestavelmente, os pequenos proprietários; indivíduos possuidores de um, dois ou, no máximo, cinco escravos [...] Assim, a nosso ver, em Minas, as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra quanto à organização da estrutura produtiva. ¹⁰⁴

Sendo assim, ainda que permanecesse associada à agroexportação, a economia também servia de base para produções ligadas ao abastecimento interno. As pequenas e médias propriedades, em regiões mais dinâmicas, conviviam economicamente com latifúndios. Em regiões afastadas dos centros mais dinâmicos do Império as pequenas e médias propriedades eram a base econômica da região. Coube, então, analisarmos aspectos econômicos e sociais de localidades anteriormente negligenciadas pela historiografia tradicional, que foram sendo, paulatinamente, expostos.

Outro aspecto sobre o século XIX é que ele tornou-se conhecido com os novos caminhos percorridos pela historiografia brasileira da escravidão. Novas análises começaram a privilegiar os espaços provinciais tocados pela urbanização, ou seja, as cidades. Iniciaram-se estudos sobre o funcionamento econômico e social

¹⁰² MARCONDES, Renato Leite. **A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870**. USP. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101028.pdf. Acesso em 09/02/2009.

¹⁰³ LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades: 1777-1829. In: **Estudos econômicos**, Departamento de Economia da FEA-USP, São Paulo, v. 28, nº 1, jan-mar/1998, p. 160.

¹⁰⁴ LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômica/Pioneira, 1982.

dependentes de outras formas de trabalho escravo, inseridas no ambiente citadino. Impuseram-se, assim, a formulação de uma série de questões específicas no que se refere aos estudos da consciência, organização, relações sociais e controle social das massas escravizadas, aspectos diferentes quando comparados à situação rural.¹⁰⁵

Duas obras pioneiras se destacaram nas pesquisas sobre a escravidão nas cidades: *Sobrados e Mocambos*¹⁰⁶, de Gilberto Freyre, que apesar de não ser uma pesquisa específica sobre o tema revelou algumas características da escravidão nas cidades brasileiras; e *Slavery in the cities*¹⁰⁷, de Richard Wade, conforme informações de Silva. Segundo Marilene Silva, no trabalho de Wade sobre a escravidão urbana em Dixie, no sul dos Estados Unidos, o autor sugeriu uma incompatibilidade entre cidade e escravidão. Para ele, houve uma redução na população escrava em Dixie, no ano de 1860, devido aos altos custos da vigilância e do controle da população escrava no meio urbano. A obra de Richard Wade é responsável pela abertura, na década de 1960, de um novo debate sobre a escravidão na época moderna. Com ela algumas questões polêmicas do escravismo retornaram ao debate como o controle dos escravos urbanos e a mão-de-obra escrava nas indústrias.

Podemos destacar também os estudos de Mary Karasch¹⁰⁸, nos quais ela analisa especificamente a vida dos escravos na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. A autora detectou a existência de pequenos senhores que possuíam um ou dois escravos “ao ganho” ou alugados, de cuja exploração retirava o principal rendimento, evidenciando que a propriedade escrava era acessível a uma parcela da população livre mais ampla do que tradicionalmente se imaginava.¹⁰⁹ Segundo Karasch, o papel desempenhado pelos cativos era o de realizar todas as atividades manuais e servir de bestas de carga da cidade. Todos tentavam investir em pelo menos um escravo que forneceria suporte financeiro e mão-de-obra. Os escravos cariocas desempenhavam diversas atividades e profissões. Labutavam na agricultura, em atividades de subsistência, transporte, manufatura, pedreiras, obras

¹⁰⁵ KARASCH, 2000. p. 259 a 291.

¹⁰⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. São Paulo: José Olympio, 1968.

¹⁰⁷ WADE, Richard, *apud* SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988. p. 28.

¹⁰⁸ KARASCH, 2000, p. 291.

¹⁰⁹ KARASCH, 2000, p. 259.

públicas, vendas e serviços, e administração. Havia uma variedade de ocupações braçais especializadas abertas aos escravos peculiares ao período. Uma minoria ocupava posições de responsabilidade em artes e ofícios e outros exerciam cargos de supervisores, capatazes e feitores. Contudo, Karash destaca que apesar de haver a possibilidade de os africanos começarem como escravos recém-importados e chegarem a ser donos de escravos, de outras propriedades e de si mesmos, apenas uma minoria conseguia tais façanhas em comparação com o total da população escrava. Mesmo comprando a alforria, os forros entravam para as fileiras das “classes inferiores”, que ganhavam a vida com trabalho braçal. Por outro lado, conseguiam ganhar a vida graças aos bons salários pagos aos trabalhadores manuais.

Em outro trabalho sobre escravidão urbana, Maria José de Souza Andrade¹¹⁰, estudou a mão-de-obra escrava em Salvador, no período de 1811 a 1860, e chegou à mesma conclusão de Mary Karasch, diferenciando-se apenas a localidade. Andrade concluiu que a posse de escravos não constituía um privilégio da camada dominante baiana. Os proprietários estavam espalhados por todas as camadas da sociedade. Conforme Souza Andrade, havia até escravos que possuíam outros escravos. Poucos foram os libertos que, nos testamentos e inventários deixados, não possuíssem esse “item” entre seus bens. Muitas pessoas livres, pobres, possuidores de um ou dois escravos, sobreviviam da renda procedente do trabalho deles. Na cidade de Salvador, os escravos eram largamente utilizados no desempenho das mais diferentes ocupações, e Andrade relaciona, por meio de inventários, 82 diferentes ofícios para o sexo masculino e 16 para o sexo feminino. Eram alfaiates, caldeireiros, carpinteiros, empalhadores, ourives, sapateiros, serradores, torneiros, tanoeiros, etc. Ainda, segundo a autora, os cativos representavam um fator de capitalização para os seus proprietários, sendo uma mercadoria cara e procurada em Salvador no século XIX.

A Província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, possuía uma região de desenvolvimento agrícola recente, impulsionado pelos cafezais. Tal área localizava-se no sul da província, fruto da expansão do norte fluminense. Nessa

¹¹⁰ ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava em Salvador: 1811-1860**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p.33 a 35.

localidade surgiu um pequeno povoado, cuja denominação inicial foi Porto de São João de Cachoeiro de Itapemirim. Já na antiga região aonde chegou o primeiro donatário, em cujo epicentro se situava a cidade de Vitória, predominavam as pequenas e médias propriedades de economia diversificada.

Nesta dissertação, a antiga região capitaneada por Vitória constitui-se no espaço social e econômico eleito para a pesquisa, cuja geografia resultava da união de uma pequena cidade rodeada por pequenos e médios proprietários de escravos. Patrícia Merlo¹¹¹, cuja dissertação discute família escrava em Vitória, no período de 1800 a 1830, apresenta uma configuração da posse de cativos em que poucos proprietários possuíam um grande número de escravos. A maior parte dos cativos encontrava-se nas mãos de proprietários com modestas escravarias formadas por um a nove indivíduos. Sendo assim, têm-se na região em torno da cidade de Vitória, guardando as devidas ressalvas, algumas características das escravarias das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, isto é, o acesso à propriedade escrava por todas as camadas sociais, inclusive o escravo, apesar de existir uma alta concentração de cativos nas mãos de poucos senhores. A autora também observou a prática de alguns senhores alugarem seus escravos e de possuírem escravos de ganho. A manutenção dessas práticas, na segunda metade do século XIX, foi confirmada pela análise de Rafael de Jesus¹¹² no mesmo grupo de fontes, em um período posterior.

Torna-se necessário, então, o empreendimento de pesquisas com o intuito de aprofundar e caracterizar as especificidades da escravidão na região abrangida pela cidade de Vitória, cuja circunscrição coincide em grande parte com as localidades da Comarca de Vitória. Espera-se contribuir, então, para situar o escravo no mundo da produção em localidades pequenas e afastadas dos grandes centros imperiais como a cidade de Vitória, a nossa próxima abordagem.

¹¹¹ MERLO, 2003.

¹¹² JESUS, Rafael de. **Fortunas capixabas**: posse de terras e escravos em Vitória: 1850-1872. 2007. 36f. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, UFES, Vitória, 2007. Mimeo.

3 RIQUEZAS E ESCRAVIDÃO

3.1. INTRODUÇÃO

Em 23 de maio de 1535, ao aportar entre as imediações do monte Moreno e da praia de Piratininga, na Vila do Espírito Santo¹¹³, Vasco Fernandes Coutinho deu início à jornada de formação da futura Capitania capixaba, e, por conseguinte, de vários outros inícios populacionais. Desde os seus primórdios, a região Central, palco da colonização da Capitania capixaba, foi um espaço geográfico e social fundamental, tanto para os colonizadores portugueses quanto para as populações indígenas que se encontravam em seu território, além dos grupos populacionais formados por indivíduos livres ou pelos escravos que ainda estavam por vir.¹¹⁴ No século XIX, essa região já compreendia áreas de ocupação antigas, como a Vila do Espírito Santo, primeira sede de governo da Capitania, e a Vila de Vitória, segunda e definitiva sede governamental. Os arredores dessas vilas abarcavam fazendas escravistas de antigos portugueses como as existentes em Cariacica, ao norte da região. As localidades mais antigas abrangiam a Vila de Nova Almeida, a povoação de Aldeia Velha e a Vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra. A área de ocupação mais recente era formada por Viana, primeira colônia a ser fundada na Província capixaba, e as colônias de Santa Izabel, Santa Leopoldina e Rio Novo. Essas colônias, atualmente municípios, localizam-se na parte serrana da região e deram início ao processo de imigração na Província.

Com seus vales e serras, a região Central tornou-se uma área irradiadora de novos núcleos populacionais, localizados dentro de seu próprio território e foi também

¹¹³ Nome dado à enseada existente na baía onde desembarcou Vasco Fernandes Coutinho e mais sessenta pessoas em 1535. Acreditaram que a enseada se tratava de um rio ao qual deram o nome de “Espírito Santo” em comemoração ao dia da chegada, 23 de maio de 1535, domingo do Espírito Santo ou de Pentecostes. O nome foi dado futuramente à povoação fundada por Vasco Fernandes Coutinho, atual Vila Velha, como para toda a Província capixaba. Ver: VASCONCELLOS, 1858.

¹¹⁴ Refiro-me principalmente às colônias de imigrantes europeus formadas no decorrer do século XIX e aos escravos introduzidos na Cidade de Vitória e adjacências nesse período.

iniciadora do povoamento da região Norte da Província com a fundação de São Mateus e Linhares, e da região Sul, com a fundação de Itapemirim.¹¹⁵

Foram eleitas para o início da presente apreciação apenas as vilas localizadas na região Central da Província, que formavam os arredores da cidade de Vitória e mantinham com a Capital estreitos laços econômicos e sociais, ou seja, Cariacica, Vila do Espírito Santo, Viana, Carapina, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz e, conseqüentemente, os povoados existentes nos arredores dessas localidades. Essa região também abrangia a Comarca de Vitória, divisão jurídica da Província do Espírito Santo.

Os caminhos coloniais da Província capixaba se iniciaram com a Vila do Espírito Santo, primeira vila capixaba. Ela foi abandonada pelos colonos portugueses devido aos constantes ataques indígenas, após o ano de 1551.¹¹⁶ Eles refugiaram-se na propriedade pertencente à Duarte de Lemos, depois chamada de Vila da Vitória. A Vila do Espírito Santo se transformou de sede do governo em territórios inóspitos.

Segundo Derenzi

os campos de Piratininga, os areais de Aribiri, os baixios da costa, visitados pelos Tapuias, tornaram-se inóspitos. Lá ficaram as roças, os engenhos e os barracos de Vila Velha. As lavouras se abrem pelo lado norte e transpõem o continente pelo braço da “passagem”.¹¹⁷

Na Vila do Espírito Santo foi construído um forte por Fernando de Sá, em 1558, de onde se iniciou o comércio marítimo com várias partes do mundo, comércio que seria abandonado em pouco tempo. A vila era chamada pelos indígenas de *Mboab* que significava *aldeia de gente calçada*, ou *calçados*. A partir de 1835, o lugar fundado por Vasco Fernandes Coutinho passou a fazer parte da jurisdição da Comarca de Vitória. Contudo, essa não foi, certamente, toda a história da Vila do

¹¹⁵ Sobre a fundação de São Mateus, Linhares e Itapemirim. Ver: VASCONCELLOS, 1978. VASCONCELLOS, 1858, p. 134, 140, 208. OLIVEIRA, 1850, p.250. SALETTO, 1996, p. 29.

¹¹⁶ Não se sabe com exatidão a data da mudança dos colonos da Vila do Espírito Santo para a futura Vila da Victoria. Sabe-se apenas que em 1551 os colonos já se encontravam estabelecidos na propriedade de Duarte de Lemos, futuramente chamada de Vila da Victória. Ver: DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965, p. 33.

¹¹⁷ DERENZI, 1965, p.35.

Espírito Santo que após a mudança dos colonos para Vitória passou a ser chamada, vulgarmente, de “Vila Velha”.¹¹⁸

A chegada do Frei Pedro Palácios¹¹⁹ e o início da construção do Convento da Penha, tornou-se o fato histórico crucial de sua fundação. Escrita e reescrita, a trajetória histórica do Convento transformou-se num manancial de lendas religiosas que se popularizaram e transformaram o Convento da Penha, com o passar do tempo, em constante destino de romeiros. Brás da Costa Rubim, em seu dicionário publicado no ano de 1862, referiu-se à obra idealizada por Frei Pedro Palácios desta forma: “O convento de Nossa Senhora da Penha, situado no cume de uma montanha, é obra digna de ver-se”¹²⁰. O Convento possuía o terreno da montanha, senzalas e casas de romeiros advindos de várias distâncias para venerarem a milagrosa imagem, e nos pés dela depositarem suas oferendas, às vezes bem importantes.¹²¹

Ao descer os caminhos do Convento de Nossa Senhora da Penha, no início do século XIX, podia-se avistar na Vila do Espírito santo, uma cadeia, logo à entrada, adjacente ao mar. Discernia-se também, a matriz de Nossa Senhora do Rosário e as casas dos moradores que se alinhavam de um e outro lado da Igreja. Em seus arredores principiava uma grande campina, possível de atravessar a pé enxuto devido à drenagem da água após a reabertura do canal de Camboapina, ocorrida durante a administração de Francisco Alberto Rubim. Anteriormente, construído pelos jesuítas, esse canal ligava o Rio Jucu à Baía do Espírito Santo.

¹¹⁸ Em 31 de janeiro de 1959 foi oficializada, por meio da Lei Estadual nº 479 a denominação de Vila Velha para a antiga Vila do Espírito Santo, berço da colonização portuguesa em terras capixabas. Ver: www.estacaocapixaba.com.br/indexmun.html. Acesso dia 19/08/2008.

¹¹⁹ Leigo religioso da Província de Arrábida em Portugal, natural de Medina do Rio Seco, perto de Salamanca, chegou ao Espírito Santo em 1558. Trouxe consigo um quadro com a imagem de Nossa Senhora, ergueu uma choupana no pé do morro da Penha onde iniciou o seu culto. Principiou a catequese dos índios e utilizou-os na construção de uma ermida no ponto alto do rochedo onde foi colocada a imagem da Virgem da Penha trazida de Lisboa. Pedro Palácios morreu em 1570. Missionários sucessores continuaram suas obras e prosseguiram com a edificação da Ermida. Novas construções foram realizadas como a de uma nova capela onde foi colocada a imagem da Virgem Senhora da Penha. A Ermida foi transformada em capela-mor e anexou-se a ela uma casa regularizada como corpo da Igreja, edificaram-se os dormitórios, a casa do refeitório e o convento. Praticava-se, também, a devoção a São Francisco. Ver: **Relicário de um povo: o santuário de Nossa Senhora da Penha: no Espírito Santo: Brasil. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1958.**

¹²⁰ RUBIM, Brás da Costa. Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1862, tomo XXV., p.597-648.

¹²¹ MARQUES, Cezar Augusto. Dicionário Histórico, Geographico e Estatístico da Província do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

Além dessa campina, havia as povoações de Guaranhum, onde se criava gado, do Jucu e Ponta da Fruta Pequena, cujos moradores viviam da pesca. Existiam na Vila seis engenhos de açúcar e quatro engenhocas.¹²² No ano de 1828, a Vila do Espírito Santo possuía três lojas de molhados e tavernas.¹²³ Têm-se notícia do cultivo de café, algodão e mantimentos, sendo o algodão usado na fabricação de redes exportadas para várias províncias brasileiras.¹²⁴

Foi, então, nesse pedaço da Capitania do Espírito Santo, junto ao seu litoral, que se iniciaram os caminhos capixabas, vamos agora continuar a percorrê-los.

3.2. TODOS OS CAMINHOS LEVAM A VITÓRIA.

De Vitória irradiavam-se diversos caminhos até as freguesias vizinhas e nem todos se constituíam de estradas como atualmente. Muitos compunham de veios aquáticos, muitas vezes de pouca água, com capacidade, porém, para conduzir pequenas embarcações mais rapidamente do que as patas dos quadrúpedes sempre raros e caros para enfrentar os matos e os perigos das regiões desabitadas.

Nesta dissertação importa descrevê-los para o leitor conhecer as distâncias que tornaram Vitória um ponto comum desses caminhos, uma espécie de epicentro dos movimentos da economia capixaba. A capital da província convertera-se na ligação desses povoados não apenas com a capital do Império, mas com o mundo, recebendo em seus cais produtos de todas as partes.¹²⁵

Iniciemos a descrição desses caminhos por Viana. Existiam, no início do século XIX, duas maneiras de se chegar à povoação de Viana: por terra ou pelos rios. A primeira consistia no caminho pela estrada que ligava Vitória à Viana. Após alguns quilômetros, além do Porto de Itacibá, chegava-se aos sertões de Santo Agostinho, nos quais foi fundada a povoação. A segunda, pelos rios. Saindo pela Bahia do Espírito Santo, seguia-se até o Rio Jucu e, finalmente, alcançava-se o Rio Santo Agostinho.

¹²² RUBIM, Francisco Alberto. Memória Estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817, Vitória, 30 de março de 1818. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XIX (terceira série), 1900.

¹²³ VASCONCELLOS, 1978.

¹²⁴ RUBIM, 1862.

¹²⁵ CAMPOS, Adriana Pereira. Negreiros: o luxo que vem do Oriente. CAMPOS, Adriana Pereira et al. **Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. Vitória: Flor&Cultura, 2008. p. 143-154.

Viana foi fundada no governo de Francisco Alberto Rubim, em 15 de fevereiro de 1813, como primeira colônia na Província capixaba. Os colonos vieram dos Açores sob o comando do Intendente Geral de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Vianna, do qual a povoação herdou o nome.¹²⁶ Foi inicialmente defendida por quatro quartéis com trinta e quatro soldados: “dois nas suas extremidades para lhe servir de registo, e dois no sertão, em altos montes, a fim de vigiar e defender dos gentios”¹²⁷. Possuía também, um cirurgião-mor, um moinho de água no meio da povoação, que servia a todos, e uma olaria onde se fabricava telha. Crescendo a população, levantaram um templo dedicado à Nossa Senhora da Conceição. Foi elevada à Curato com capelão efetivo em 1817 e em Paróquia em 1820. No início do século seu distrito era formado pelas povoações de Barcellos, Bragança, Borba, Melgaço, Monforte, Óleos, Pinhel, Serpa e Vila Viçosa. Havia em sua região seis engenhos, quatro engenhocas e plantações de café.

Voltando pelos mesmos caminhos de terra ou água, um pouco mais à frente de Itacibá encontrava-se a localidade de Cariacica, que foi elevada à freguesia do município de Vitória em 16 de dezembro de 1837. Inicialmente, tratava-se de uma povoação com pequeno porto, próximo de Viana. O nome tupi Cariacica ou Carijacica, que significa *chegada de branco*, era o nome dado ao rio que desce de uma serra e de um morro adjacente com variadas denominações da língua indígena como Muchuar (*veio de diamantes*), ou Muchauara (*pedra irmão*), atualmente chamado de Moxuara.

A povoação foi considerada como parte da Capital com o nome de São João Batista de Cariacica. O presidente da Província no período, José Thomaz de Araújo, ordenou a construção da igreja matriz em 1839. Contudo, a construção da igreja, realizada com os esforços da população, sob a orientação do padre italiano vigário Pivitela de Trento, foi iniciada somente em 1845 e entregue à população em 1851. Cariacica recebeu os primeiros imigrantes em 1829 e 1833, sendo que em 1830 perfaziam um número de quatrocentos indivíduos. Foram trazidos por M. Henrici para serem empregados na limpeza da estrada que deveria ligar Itacibá a Minas

¹²⁶ DAEMON, 1879, p. 217.

¹²⁷ RUBIM, 1900.

Gerais, devido ao contrato firmado com o governo em 12 de novembro de 1829.¹²⁸ Os imigrantes oficiais eram quase todos pomeranos e o povoamento só foi reforçado no ano de 1865, com a recorrência de alemães vindos de Santa Leopoldina e Santa Izabel que se instalaram na localidade de Biriricas. Antigos moradores portugueses e seus escravos habitavam a região devido à concessão de sesmarias. Em suas terras eram recorrentes as áreas ocupadas pelas fazendas de gado e pelas plantações. Os engenhos de açúcar foram primeiramente de propriedade dos jesuítas como os engenhos de Maricarará, Roças Velhas, Ibiapaba e Cauíra. Havia, também, plantações de algodão para o abastecimento interno de tecelagens manuais que fabricavam para consumo próprio e utilizavam o trabalho escravo. Existiram várias tecelagens como a de Itanhenga de propriedade de Joaquim Pinto, e a da sede da vila, cujos tecelões eram os senhores João Gomes dos Remédios e Assiny de André da Silva.¹²⁹

No lado norte da região Central, a principal localidade era a Vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra. Povoação fundada após os jesuítas empregar a catequese para subjugar os índios, nos meados do século XVI. Ignácio Accioli de Vasconcellos relata da forma seguinte a fundação das aldeias indígenas de Nova Almeida, Aldeia Velha, Benevente e Guarapari:

Era muito natural apanharem-se alguns nos freqüentes ataques, e que entre estes se achassem alguns dóceis, que ensinassem o idioma de que usavam, por que para catequizá-los Vasco mandou navios, e recados aos denominados Tupuminós que estavam em guerra com os Tamoios; e tal foi a persuasão do Padre Braz Lourenço da Companhia de Jesus reconhecido língua, que o cacique chamado Grande Gato aceitou o pedido de embarcar-se com toda sua gente, e apresentar-se a Vasco, que com eles formou uma boa aldeia, naturalmente regida, e dirigida pelos Padres; após este grupo se abalou do sertão um cacique, chamado Pira-obig /peixe verde/ com outra porção de que formou outra aldeia. A notícia do bom trato, e doutrinas dos Padres fez apresentarem-se outros de Porto Seguro denominados Tupinaquins, com os quais se formou duas aldeias: estas foram as origens de Nova Almeida erigida em Vila pelo Alvará de 1º de Janeiro de 1759, e da Povoação de Aldeia Velha; e aquelas de Benevente erigida em Vila pelo Alvará de 8 de maio de 1758, e de Guarapari por Carta do Donatário Francisco Gil de Araújo em 1º de Janeiro de 1679.¹³⁰

¹²⁸ Estrada do Rubim, primeira estrada a ser aberta com o intuito de ligar a Província capixaba às Minas Gerais, denominada, após a Independência, de São Pedro de Alcântara.

¹²⁹ Sobre a fundação de Cariacica, ver: BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica**: resumo histórico. Vitória/ES: Renato Pacheco, 1951. BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo**: marcha de penetração do território. Viana: [s.n.], 1976, p. 29, 33, 35.

¹³⁰ VASCONCELLOS, 1978.

Fundada como aldeia indígena, como dito anteriormente, a Vila de Nova Almeida, inicialmente chamada de Reis Magos, localizava-se na embocadura e margem direita do rio dos Reis Magos, frente ao mar. A Vila foi instituída pelos jesuítas em 1580. Eles catequizaram, nesse período, grande número de indígenas com os quais levantaram uma igreja dedicada aos Reis Magos. Ao lado da igreja edificaram uma casa para noviços que vinham da Europa aprender a língua dos Tupis com o objetivo de catequizarem em nome da religião Católica. A Igreja dos Reis Magos foi elevada à categoria de Freguesia em 12 de novembro de 1757, o que foi executado apenas em janeiro de 1760, após a saída dos jesuítas. A localidade foi instalada como vila em dois de janeiro de 1759.¹³¹ Por ordem Imperial, no ano de 1760, os representantes indígenas, tirados da própria comunidade, ocuparam os cargos de juiz, vereador, procurador, alcaide, escrivão das armas e porteiro. No ano de 1832, uma porção do território foi anexado ao território da Serra e, no ano seguinte ficou sujeita à mesma vila. Em 1848, perdeu territórios e rendimentos para a criação da Vila de Santa Cruz. Os habitantes, a maioria indígena, viviam da pesca, da lavoura de gêneros de primeira necessidade, do corte de madeira e da fabricação de louça de barro e olaria. As mulheres plantavam e fiavam o algodão. Os produtos da vila eram exportados em canoas pequenas para Santa Cruz e Vitória, preferindo, os comerciantes, os caminhos dos rios no lugar das estradas incrustadas nos difíceis percursos entre o mar e as pedras, que espantavam os muare.¹³²

Assim, após o período inicial de contato com os indígenas, os colonos portugueses puderam se espalhar pela região localizada nos arredores da Vila de Vitória e fundaram a Vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra por baixo do monte Mestre Álvaro, ao norte da Província. Edificaram no local uma igreja com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, elevada à Freguesia em 24 de maio de 1752, autorização acatada somente em 1769, depois de construída uma nova igreja. O título de vila foi conferido à localidade em 2 de abril de 1833. Nessa época, os habitantes cultivavam café e cereais.¹³³ Havia nessa região 26 engenhos produtores de açúcar e 14 engenhocas. A povoação de Jacaraípe, que também se localiza nas

¹³¹ Há dúvidas sobre a data do Alvará que criou a Vila de Nova Almeida. Ver: OLIVEIRA (1950, p. 203) para as informações sobre isso e sobre a expulsão dos jesuítas do Espírito Santo.

¹³² RUBIM, 1862, p.597-648.

¹³³ RUBIM, 1900, p. 8.

imediações, vivia da produção de cereais em pequena escala, corte de madeira e pesca.¹³⁴

No início do século XIX, retornando pela Estrada Geral, passando pela ponte de Jacaraípe e, logo depois, por outra, chamada nesse período de Maruípe, chegava-se à Vitória.¹³⁵ Antes de Maruípe, entretanto, havia a povoação de Carapina, que foi inicialmente uma grande fazenda, da qual o primeiro proprietário, governador Geral Francisco de Aguiar Coutinho, não podendo desenvolvê-la doou-a para Miguel Pinto Pimentel. Não tendo herdeiros, Pimentel deixou as terras para os jesuítas do Colégio de Vitória, após sua morte, em 1644, quando na região já existia a Igreja de São João, inaugurada em 1586.¹³⁶ Esta igreja foi elevada à categoria de Freguesia no ano de 1857. Na segunda metade do século XIX seus habitantes produziam café, cana e cereais.¹³⁷ Além disso, havia engenhos e engenhocas na região.¹³⁸

Aos poucos, com o crescimento populacional e comercial, todas as localidades passaram a ter acesso à Capital, permitindo o transporte de indivíduos e de cargas para os portos do litoral da cidade de Vitória.¹³⁹ A partir da constante demanda por vias de comunicação geradas pela imigração, frequentemente citada pelos presidentes da Província capixaba, novas estradas foram abertas e em fins da década de 1870, a comunicação com Minas Gerais fora tentada pelo norte, centro e sul da Província. No entanto, o caminho da região Sul sempre foi citado pelos presidentes como o mais próspero devido à expansão cafeeira que se deu em suas margens, no decorrer do século XIX.

Além dos caminhos de terra, a região Central era toda cortada por inúmeros rios e seus afluentes, “em geral piscozos em abundância, tendo as suas vertentes pelos sertões de Minas, e desaguardo ao mar, onde tomam os nomes seguintes principiando da parte do sul”¹⁴⁰. Vasconcellos cita como principais rios o de

¹³⁴ VASCONCELLOS, 1858, p.179 a 190.

¹³⁵ A ponte de Maruípe é atualmente conhecida, também, como Ponte da Passagem. Segundo DAEMON (1879), a Estrada Geral era uma via localizada no litoral capixaba que ligava a Província do Espírito Santo do Norte ao Sul.

¹³⁶ BORGES, Clério José. **História da Serra**. Serra/ES: Grafitusa, 1998, p. 97 a 98.

¹³⁷ MARQUES, 1878, p.22.

¹³⁸ RUBIM, 1900, p.161-84.

¹³⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, 1848, Ibid, p. 366.

¹⁴⁰ RUBIM, 1900, p.161-84.

Itabapoana, Itapemirim, Piúma, Benevente, Guarapari, Perocão, Jucu, Espírito Santo (braço de mar), Santa Maria, Rio da Passagem, Jacaraípe, Nova Almeida, Aldeia Velha, Riacho, Rio Doce, Barra Seca e São Mateus. Os rios possuíam portos que os tornavam essenciais para o transporte de cargas e indivíduos devido à localização da maioria das propriedades rurais em suas margens. Canoas e lanchas eram imprescindíveis para a locomoção. No caso de viagens terrestres, o transporte individual e de cargas não dispensava o uso de cavalos e bestas, e também se usavam os carros de boi.¹⁴¹

Os principais rios que cortavam a região de Vitória eram, ao sul, o Perocão, o Espírito Santo e o Rio Jucu com seus inúmeros afluentes; e ao norte, o Rio da Passagem, Jacaraípe, Nova Almeida e o Santa Maria. As margens desses rios e de seus afluentes eram tomadas por propriedades rurais possuidoras de inúmeros engenhos de açúcar e engenhocas mantidos com o trabalho escravo. Como exemplos podemos citar os 23 engenhos de açúcar e as 14 engenhocas localizadas na região do Rio Jacaraípe até a margem norte do Rio Santa Maria, e os engenhos localizados desde o Porto de Itacibá até o Rio Santo Agostinho.¹⁴² Apesar da consciência da importância dos transportes e das inúmeras tentativas de comunicação terrestre e marítima com Minas Gerais e o emprego da navegação a vapor, temas repetitivos nos relatórios de presidentes de província, no período de 1850 a 1871, os recursos governamentais aplicados na criação e manutenção de vias de comunicação nunca foram suficientes para sustentar uma rede viária satisfatória, tornando os caminhos centrais da Província capixaba um objeto gerador de constantes lamentações.

No meio dos caminhos das roças, enfim, havia uma ilha. Após percorrer a parte norte e sul da região Central da Província, cabe conhecer a Vila de Vitória. Localizada em ponto estratégico, a Ilha possuía maior capacidade de dar segurança aos colonos portugueses contra os constantes ataques indígenas em relação à Vila do Espírito Santo, sede inicial da Capitania. Vitória foi ocupada pelos colonos em 1550. Sendo anteriormente de Duarte de Lemos, sua fundação oficial foi datada de

¹⁴¹ OLIVEIRA, 1950, p. 268.

¹⁴² RUBIM, 1900.

08 de setembro de 1551.¹⁴³ Desde então, Vitória se desenvolveu como sede de governo, concentrando todos os serviços relativos à administração da Capitania e futura Província do Espírito Santo.

Auguste Saint-Hilaire, famoso naturalista, em 10 de outubro de 1818 escreve o seguinte sobre Vitória:

As ruas de Vitória são calçadas, porém mal, têm pouca largura, não apresentando nenhuma regularidade. Aqui, entretanto, não se vêem casas abandonadas, como na maioria das cidades de Minas Gerais. Dedicados à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila de Vitória não estão sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro e não têm motivo para abandonar sua terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. A Vila da Vitória não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção, que tem sido reservado para desembarque de mercadorias. A cidade também é privada de outro tipo de ornato: não possui, por assim dizer, qualquer praça pública, pois a existente em frente ao palácio é muito pequena, e com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia. Há, na Vila da Vitória, algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos, fornecem aos habitantes água de excelente qualidade.¹⁴⁴

No entanto, em outro depoimento, no ano de 1817, Aires do Casal descreveu a Vila de N. Senhora da Vitória assim:

[...] grande, abastada, bem provida d'agua, com bons edifícios e ruas calçadas. Possuindo, neste período, uma igreja Matriz, Casa de Misericórdia, um convento de Franciscanos, outro de Carmelitas calçados, duas ordens Terceiras relativas àquelas Corporações; uma capela de Santa Luzia, três de N. Senhora com as invocações de Boa Morte, Conceição e Rosário. O colégio ex-jesuítico, sendo este magnífico e servindo de Palácio dos Governadores.¹⁴⁵

Não obstante a diferença de visão presente nos dois depoimentos importa-nos observar a cidade de Vitória e suas vizinhanças, no começo do século XIX. Consoante a análise anterior da região que formava seus arredores, constatamos que ela estava cercada por povoações que praticavam a pesca, possuindo, algumas dessas localidades, lojas de secos e molhados, além de suas igrejas. Havia fazendas escravistas dedicadas a diversos tipos de plantações, como a de milho,

¹⁴³ Sobre as discussões da provável data de povoação e fundação da Vila de Vitória, ver: DERENZI, 1965, p. 33. OLIVEIRA, 1950, p. 62.

¹⁴⁴ SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1974. p. 46.

¹⁴⁵ DERENZI, 1965, p.131.

algodão, feijão, arroz e mandioca, incluindo a de café. A plantação de cana para a produção de açúcar e aguardente nos engenhos e engenhocas era a atividade majoritária da região no início do século XIX. Também estava presente na economia a criação de gado, manufaturas de algodão e a extração de madeiras. Nesse contexto, a mão-de-obra escrava era empregada na maioria das atividades econômicas citadas.

Percebemos, então, que a cidade de Vitória se diferenciava de seu entorno, pois se tratava do único espaço social da região Central capixaba, ao qual se podia chamar de urbano, com um número considerável de moradias, ruas calçadas, edifícios administrativos e religiosos, assim, seis meses após a proclamação da Independência do Brasil, em 17 de maio de 1823 a Vila da Vitória foi elevada à categoria de cidade. Ao analisar esse *status* da cidade de Vitória dentro da região Central da Província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, reconhece-se Vitória, também, como capital política e administrativa da região. A cidade concentrava os serviços institucionais cujos órgãos funcionavam, segundo Brás da Costa Rubim¹⁴⁶, em 1862, no palácio da presidência, antigo colégio dos jesuítas, sendo a secretaria da presidência, liceu, tesouraria da fazenda, administração do correio, armazém de artigos bélicos, biblioteca pública, uma escola de primeiras letras e o quartel de pedestres. A cidade possuía uma casa de misericórdia, com hospital separado para os enfermos pobres, dois conventos de franciscanos, uma tipografia, um teatro, uma sala de baile, quatro chafarizes, uma matriz, doze capelas filiais, quatro praças, trezentos e setenta sobrados e setecentos e trinta e uma casas térreas.¹⁴⁷

Como foi ressaltado, a Capital de Vitória, após o ano de 1850, apresentava um desenvolvimento considerável em relação às outras localidades da província. Havia em Vitória edifícios administrativos e públicos, ruas de comércio, igrejas e conventos frequentados diariamente pelos seus moradores, escravos ou livres, e visitantes. Outro fator importante da cidade de Vitória era a presença de seus portos, de onde era exportada a maioria dos produtos advindos de sua região circunvizinha, além de importar uma grande variedade de mercadorias e transportar passageiros.

¹⁴⁶ RUBIM, 1862, p.597-648.

¹⁴⁷ RUBIM, 1862, p.597-648.

Em relação à população, Vitória apresentava um contingente populacional diferenciado, formado pela interação de vários grupos sociais: mulatos, pardos, crioulos, imigrantes, livres, escravos e/ou libertos. Assim, os cativos também estavam presentes no cotidiano social e nos espaços físicos diferenciados da cidade de Vitória que, como seu entorno, não dispensava sua mão-de-obra.

Eis que, além da diversidade geográfica e populacional da cidade de Vitória e de seus arredores, percebeu-se a diferenciação e, ao mesmo tempo, a complementação econômica e social entre suas “roças”, isto é, as localidades existentes ao redor de Vitória e sua área central que se trata, precisamente, da Capital da Província. Essa região foi, então, ao longo do século XIX, possuidora de diferenças naturais e de uma grande diversidade populacional que compreendia antigas aldeias indígenas, uma população de imigração antiga e seus escravos, já estabilizados na região, e uma população renovada por escravos e inúmeros imigrantes que chegavam à terra capixaba. Nas próximas páginas demonstraremos as características da economia e escravidão existentes nessa região.

3.3 UNS COM POUCOS E OUTROS COM TANTO...

No final do século XVIII, precisamente após 1780, a economia capixaba passava por um período favorável. Essa boa fase foi advinda da exportação de produtos tradicionais, como a madeira e o açúcar, para o Rio de Janeiro, Bahia e portos menores, como exemplo. Sacas de algodão também começaram a ser exportadas para Lisboa, embora a saída de algodão para fora da Capitania fosse, até então, proibida.¹⁴⁸ Quanto ao açúcar, já no início do século XIX, em 1818, havia na Capitania do Espírito Santo um total de 76 engenhos e 68 engenhocas que movimentavam a economia.¹⁴⁹ Em 1820, segundo Saint-Hilaire¹⁵⁰ a Capitania capixaba possuía 60 engenhos de açúcar e 66 destilarias. Apreende-se, então, que a cana-de-açúcar era o produto agrícola mais cultivado. Outra produção de destaque no período era a de arroz. Mas a base alimentar da população era composta pela farinha de mandioca, produzida quase totalmente na Vila de São Mateus.

¹⁴⁸ LEAL, J. E. Franklin. **Economia colonial capixaba**. Vitória: Cuca Cultura Capixaba, Fev/1977.

¹⁴⁹ RUBIM, 1900, p.161-84.

¹⁵⁰ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 12.

No ano de 1828, a agricultura, principalmente baseada na cultura da cana para a produção do açúcar, ocupava a maior parte dos escravos. Outros produtos agrícolas como a mandioca, o algodão, o milho, o feijão e o arroz também estavam presentes na economia.¹⁵¹ O café, introduzido na Província pelo governador da então Capitania capixaba, Francisco Alberto Rubim¹⁵², já era cultivado nas principais localidades existentes no entorno da cidade de Vitória e começava a se destacar como produto de exportação. No entanto, ainda era a farinha de mandioca, produzida pela Vila de São Mateus, localizada na região Norte, o principal produto exportado pela Província, seguido do açúcar, fio de algodão, arroz, aguardente, feijão e milho. Nesse período, o café ainda aparece em último lugar entre os produtos agrícolas exportados. As colchas e redes, manufaturadas com algodão, também se destacavam nas exportações. Os produtos agrícolas eram transportados por carros de boi e bestas até os portos situados às margens dos rios onde eram novamente conduzidos por canoas até os depósitos ou para embarcações marítimas que praticavam o comércio com a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, por meio da navegação de cabotagem. Os transportes internos eram realizados com trabalho escravo e nas embarcações marítimas os cativos dividiam o convés com marinheiros livres. A pecuária, a pesca e a extração de madeiras também estavam presentes na economia do período, ocupando escravos e indígenas.¹⁵³

Sobre a mão-de-obra escrava, conforme Daemon¹⁵⁴, em fins de 1621, teve início a importação direta de africanos para a Capitania do Espírito Santo. Os cativos eram trocados por açúcar e outros gêneros devido a um privilégio especial concedido à Capitania capixaba pela Coroa portuguesa. Novaes¹⁵⁵ aponta para a existência de escravidão africana nas terras capixabas desde o início de sua colonização. No ano de 1580, segundo a autora, os cativos eram em número de duzentos indivíduos.

No ano de 1827, entre a grande diversidade de produtos importados pela Província do Espírito Santo, constava um total de 100 escravos, representando o terceiro

¹⁵¹ VASCONCELLOS, 1978.

¹⁵² RUBIM, 1900.

¹⁵³ VASCONCELLOS, 1978.

¹⁵⁴ DAEMON, 1879, p.107.

¹⁵⁵ NOVAES, 1963. p. 23 a 24.

maior valor das importações, precedido pelas pipas de vinho e pelas fazendas secas, que eram os produtos mais importados na época.¹⁵⁶

Em relação aos levantamentos populacionais sobre esse grupo cativo, cabe informar, primeiramente, que os dados censitários sobre a população capixaba no período proposto para nossa análise (1850 a 1871) foram encontrados principalmente nos relatórios de presidentes de província. Os relatórios presidenciais eram documentos oficiais de responsabilidade de cada administração provincial, com levantamentos estatísticos sobre temas relevantes, tanto para o governo imperial, quanto para a sociedade local, frequentemente, os populacionais e econômicos. Depois de confeccionados, os relatórios eram remetidos para apreciação da Corte. As informações populacionais aparecem em poucos relatórios e são encontradas, em sua maioria, em estatísticas de casamentos, nascimentos e óbitos. Vale destacar que as queixas sobre as dificuldades de execução dos censos, por parte da administração local, são constantes, bem como a falta de confiabilidade nos seus resultados, assuntos explicitados nos próprios relatórios presidenciais. Por conseguinte, os levantamentos populacionais provinciais encontrados, além de insuficientes, devem ser vistos como informações parciais sobre a realidade populacional capixaba do século XIX.

Devemos compreender, também, que sobre a procedência dessa população escrava, pouco se conhece. Há carência de estudos sobre a origem étnica dos escravos, dos portos de embarque e das rotas percorridas para a chegada dos mesmos à região capixaba. Não obstante, arrolou-se em trabalho recente sobre os Oitocentos uma maioria de cativos nascidos na região capixaba e a denominação freqüente de angolas para a maioria nascida em terras africanas. Esse quadro, perceptível na primeira metade do século XIX, aponta para um comércio de cabotagem entre o Rio de Janeiro e a Capitania do Espírito santo.¹⁵⁷ Escravos de várias origens eram comercializados nos portos ao longo da costa africana, conhecida como angola, e os cariocas eram os principais intermediários nesse comércio com o Brasil. Esses escravos eram denominados de angolanos devido à região de procedência e não à sua etnia. Assim, esse caminho apontado, a vinda de

¹⁵⁶ VASCONCELLOS, 1978.

¹⁵⁷ MERLO, 2003.

escravos angolanos para a Província capixaba, por meio do comércio de cabotagem com o Rio de Janeiro se revelou como uma das possibilidades para a importação de escravos para o Espírito Santo, no início do século XIX. Informamos ainda, como afirma Almada, que na segunda metade do século dezenove, devido à expansão agrícola, havia uma rota para a entrada de cativos no Espírito Santo, pela região Sul, acompanhando seus senhores, vindos em sua maioria do Rio de Janeiro e Minas Gerais.¹⁵⁸ Na tabela 1 abaixo temos os dados populacionais que serão analisados a seguir:

TABELA 1 - ESTIMATIVA POPULACIONAL DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 1824, 1827, 1856 E 1872

Ano	Livres		Escravos		População total
	Número	%	Número	%	
1824	22.165	62,69	13.188	37,30	35.353
1827	22.931	63,91	12.948	36,08	35.879
1856	36.675	75,19	12.100	24,80	48.775
1872	59.478	72,41	22.659	27,58	82.137

Fontes populacionais dos anos de 1824 e 1827: VASCONCELLOS, 1828. Fonte do ano de 1856: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Relatório com que o Exm. Srn. Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Jose Mauricio Fernandes Pereira de Barros passou a administração da Província ao Exm. Srn. Commendador Jose Francisco de Andrade e Almeida Monjardim Segundo Vice-Presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p.9 a 10. Fonte do ano de 1872: RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 volumes. Dados sobre o Espírito Santo. Disponível em www.cebrap.org.br/recenseamentos/01/index.html. Acesso em 08/12/2007.

Sabemos, portanto, que no ano de 1824 havia na província capixaba um total de 22.165 habitantes livres e uma soma de 13.188 escravos. Observemos que em 1827, após três anos, a população livre da Província apresentou um pequeno aumento e o número de escravos diminuiu.¹⁵⁹ Segundo Ignácio Accioli de Vasconcellos¹⁶⁰, primeiro presidente da Província capixaba, esse pequeno aumento da população livre poderia ter sido mais significativo. Vasconcellos atribuiu esse reduzido aumento populacional dos indivíduos livres à emigração dos índios e pretos

¹⁵⁸ ALMADA, 1984.

¹⁵⁹ VASCONCELLOS, 1978.

¹⁶⁰ VASCONCELLOS, 1978.

forros. Em relação à emigração indígena o autor relata que era ocasionada pelo recrutamento para a Força de terra, Arsenal e Marinha da Corte. Quanto aos pretos forros, eles eram ocultados no momento da coleta dos dados para a confecção do quantitativo populacional, além de ter ocorrido, naquele período, um recrutamento para as Tropas de Artilharia da Província, em 1825. Sobre a diminuição da população escrava Vasconcellos acrescenta que

só se sabe que muitos deles tem sido remetidos para fora da província para boleeiros, caxeiros etc, e que se não acabou a mania das Velhas, e Velhos da Província de forrarem todos os escravos especialmente os mulatos chegando depois a pedirem esmolas.¹⁶¹

Voltando à riqueza local, na segunda metade do século XIX, ela continuava baseada principalmente na agricultura, sustentáculo da economia e das exportações capixabas. A farinha de mandioca, produzida na região Norte, ainda se destacava como o produto mais exportado da Província. O açúcar estava sendo, paulatinamente, substituído pela lavoura de café na cidade de Vitória e vizinhanças, enquanto avançava em novas terras na região Sul.¹⁶²

O relatório do ano de 1852 de autoria do presidente da Província, Nascente de Azambuja demonstra haver na Província capixaba um total de 252 estabelecimentos produtores de café, 148 de açúcar, 123 de aguardente e 381 de farinha. Nesse período, os estabelecimentos agrícolas, em sua maioria, diversificavam sua produção. Possuía a lavoura de café, a de mandioca para produzir farinha e a lavoura de cana para a produção de açúcar e aguardente. O feijão e o milho também aparecem entre os produtos cultivados.

Em relação à mão-de-obra presente nessas lavouras, na segunda metade do século XIX, apesar de ser, em sua maioria escrava, o relatório do Presidente Nascente de Azambuja descreve a presença de trabalhadores livres. Especificando a região da Capital provincial, podemos observar, em uma relação de parte das fazendas da Freguesia de Cariacica no ano de 1852, algumas características dessa mão-de-obra (conforme anexo 8). Em um total de dezesseis propriedades, três pertenciam a mulheres, duas fazendas produziam somente açúcar e uma produzia apenas

¹⁶¹ A palavra “boleeiro” significa cocheiro ou aquele que dirige a boleia, montando a besta de sela. Explicação contida no Glossário da obra de VASCONCELLOS, 1978.

¹⁶² Sobre a expansão cafeeira na região Sul da Província do Espírito Santo, ver: ALMADA, 1984. SALLETO, 1996.

aguardente. Dessa forma, prevaleciam propriedades com produção variada de açúcar, café, aguardente, feijão ou milho. O trabalho escravo não estava presente nas terras de Francisco Farias, mas havia nessas propriedades uma média de sete escravos, enquanto o trabalho livre não aparece especificado na fonte. Contudo, em outra relação oficial da Câmara Municipal de Viana (conforme Tabela 2 abaixo), num total de seis fazendas produtoras de açúcar, aparece o número de trabalhadores em “força de braços” e “agregados”. Considerando a fonte demonstrada no Anexo 8, na qual se pode observar a designação da mão-de-obra cativa como “força de escravos”, entendemos que, provavelmente, a mão-de-obra descrita na tabela 2 abaixo como “força de braços” também era escrava, enquanto os trabalhadores designados como “agregados” eram indivíduos livres, como indicou o relatório do Presidente Nascente de Azambuja citado acima, corroborando com a afirmação de Schwartz¹⁶³ que se refere aos agregados como dependentes livres que trabalhavam em terras alheias. Não obstante, sobre os trabalhadores designados como “agregados”, podemos tomar como referência os dados existentes em um mapa populacional da Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldeia Velha, atual Aracruz, do ano de 1843, em que esses trabalhadores eram índios e pardos (de acordo com o anexo 9).¹⁶⁴ Observemos, também, as informações a seguir, na relação parcial de fábricas de açúcar de Viana do ano de 1852:

**TABELA 2 - RELAÇÃO PARCIAL DE FÁBRICAS DE AÇÚCAR
DE VIANA DO ANO DE 1852**

Fazendas	Proprietários	Força de braços	Produção	Agregados
-----------------	----------------------	------------------------	-----------------	------------------

¹⁶³ SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**/ Stuart B. Schwartz; trad.: Jussara Simões. – Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.134.

¹⁶⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Mapa da população da Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldeia Velha; pertencente ao ano de 1843. Censos capixabas. Disponível em www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acesso em 21/01/2009.

Araçatiba e Jacarandá	Coronel Sebastião Vieira Machado	180,6	115	12
Jucuna	João de Almeida Mascarenhas	16	6	1
Jucuruaba	Administrador Antonio Pinto Rangel	37	24	3
Jucu	Capitão Jose Freire de Andrada	18	10	2
Calabouço	Major Fernando Antonio Ferreira Castello e sua irmã D. Rosa Maria Ferreira	15	4	—

Fonte: Ofício enviado ao Governo da Província do Espírito Santo pela Câmara Municipal de Viana em 1852. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Notemos que nas fazendas de Araçatiba e Jacarandá, de propriedade do Coronel Sebastião Vieira Machado, havia um número expressivo de escravos em relação às outras fazendas. Os agregados, mesmo em menor número, estão presentes em quatro das cinco fazendas. Indivíduos livres pobres e libertos, possivelmente, além dos índios e pardos, integravam esse contingente de mão-de-obra designada como agregada.

Além das culturas tradicionais como a do açúcar e da mandioca, outra produção, já citada, que permaneceu presente e produtiva nos arredores da cidade de Vitória, na primeira e segunda metade do século XIX, foi a de algodão e a fabricação de redes na Vila do Espírito Santo ou Vila Velha, como descreve Wilberforce:

A meio-caminho rio abaixo fica uma vila, chamada vila velha, na qual os principais artigos aí produzidos, isto é, redes de algodão, são vendidos a preço mais barato que em qualquer outro lugar. A gentileza de um dos meus companheiros me permite dar a seguinte descrição da fábrica, que a indelicadeza do médico me impediu de visitar: Alguns de nós descemos à vila velha, situada na margem direita do rio, a cerca de uma milha da foz; abaixo do convento e no fundo de uma linda enseada. Há aí muitas fábricas de redes de algodão, e nós entramos em várias casas à sua procura. Um estoque era logo apresentado com preços variando de seis a oito mil réis. Como o grupo estava ansioso por passear, não pude fazer muitas observações a respeito da fabricação; mas, pelo visto, o processo parecia muito simples. As armações tinham sete pés de comprimento por três de largura; e o material era algodão sul-americano cru, muito resistente.¹⁶⁵

A julgar pela descrição sobre o comércio de redes, apesar de a fabricação ser manual e ocorrer dentro das casas, era regular, por haver exportação para outras

¹⁶⁵ WILBERFORCE, Edward. **Ingleses na costa. Impressões de um aspirante da marinha sobre o Espírito Santo em 1851**. Tradução: Eliziane Andrade Paiva. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Academia Espírito-Santense de Letras, Cultural, ES, 1989.

províncias do Império. Havia estoques e, provavelmente, artigos diferenciados devido à citação de variedades de preços feita pelo autor.

Ampliando também a análise populacional dessa mão-de-obra escrava, para a segunda metade do século XIX, observamos que, apesar de um aumento substancial da população livre, o número de escravos decresceu em relação ao ano de 1827, de 12.948 para 12.100 cativos no ano de 1856, respectivamente 36,08% e 24,80% da população (conforme Tabela 1). Portanto, a diminuição da população cativa, em 1827, vista como um problema por Vasconcellos continuou ocorrendo até o ano de 1856.

Sobre esse período, em relação ao tráfico de cativos, destacamos que em 1827 firmou-se um acordo entre Brasil e Inglaterra que determinava o fim do tráfico atlântico em três anos, ratificado em 07 de novembro de 1831. Após esse período houve um considerável aumento na importação de escravos. Entre 1838 e 1839 desembarcaram, anualmente, no Brasil, mais de 40 mil africanos. Anteriormente, entre 1831 e 1834, essa média era de no máximo 1200 cativos. Nos anos de 1846 a 1850 desembarcaram uma média de quase 50 mil. O fim do tráfico atlântico, cabe inferir, somente se deu pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850.¹⁶⁶ O aumento do tráfico atlântico, até o ano 1850, parece não ter dinamizado o comércio de cativos pelos proprietários capixabas. Como vimos, até o ano de 1856, o quantitativo de cativos apresentava certo declínio.

Apesar desse contexto de retração até 1856, no ano de 1872 a população escrava absoluta passou a apresentar um quantitativo de 22.659 indivíduos, ou seja, 27,58% da população total, número superior aos 24,80% existentes em 1856. Esses resultados apontam para o crescimento da população cativa da Província capixaba. Entendemos que essa recuperação quantitativa das escravarias, deveu-se, primeiramente, à expansão cafeeira e ao aumento dos plantéis de escravos na região Sul da Província, ainda que esses escravos tenham sido introduzidos nessa região por emigrantes de províncias vizinhas como Rio de Janeiro e Minas Gerais.¹⁶⁷

¹⁶⁶ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX/Manolo Florentino. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 43.

¹⁶⁷ ALMADA, 1984.

Quanto ao café, sua expansão no Brasil foi estimulada pela crescente solicitação por parte dos Estados Unidos da América e dos países europeus, após o fim do Bloqueio Continental.¹⁶⁸ O café tornou-se o principal produto de exportação brasileiro. Sua produção no quinquênio de 1821-1825 era de 487.594 sacas de cinco arrobas, em 1836-1840 chegou a 4.623.345 sacas de 5 arrobas. No ano de 1860 já representava 48,8% das exportações.¹⁶⁹ O Espírito Santo, por possuir grandes extensões de terras virgens e devolutas, no início do século XIX, e se localizar na periferia do Vale do Paraíba, não ficou isento do processo de expansão dessa cultura.¹⁷⁰ O produto possuía melhor cotação no mercado internacional, necessitando de menor capital para o beneficiamento e, principalmente, por tratar-se de cultura extensiva e exigente de terra virgem, impôs-se à economia capixaba em crescente substituição à cana-de-açúcar. As imensas áreas ao Sul da Província, até então despovoadas, foram ocupadas pelos imigrantes estrangeiros, pelos emigrantes vindos principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e pelas fazendas de café.¹⁷¹ A partir de meados do século XIX toda a província foi atraída pela produção do produto, com intensidade diferenciada em cada região. Vejamos a publicação a pedido, no Jornal da Victória, em 28 de setembro de 1867 e a 22 de janeiro de 1868:

Noticiário

Exportação - Durante o corrente mês, até hoje, tem esta capital exportado para a corte perto de vinte cinco mil arrobas de café, e consta-nos que nos armazéns de depósito dos diversos exportadores, há o dobro desta quantidade para ter o mesmo destino. Já é uma safra bem regular.

Quem pergunta quer saber

Ninguém há que ignore o quanto foi abundante a colheita e exportação do café d'esta província no ano passado, a ponto de virem aqui carregar navios da praça do Rio de Janeiro; e que disto resultou uma grande renda, e a elevação, portanto da receita provincial a 180 contos de reis mais ou menos[...].

Assim, na segunda metade do século XIX, mesmo com a Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico de escravos, percebemos na província capixaba, o aumento

¹⁶⁸ O bloqueio Continental consistiu, inicialmente, em fechar os portos dos países submetidos ao domínio francês a navios da Grã-Bretanha e Irlanda, por meio do Decreto de Berlim de 21 de novembro de 1806.

¹⁶⁹ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da independência à Vitória da ordem. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 139 a 140.

¹⁷⁰ Sobre a expansão cafeeira no Sul do Espírito Santo, ver: ALMADA, 1984. SALLETO, 1996.

¹⁷¹ ALMADA, 1984, p.60.

populacional de livres e escravos, simultaneamente. Ambos acompanharam a expansão cafeeira. No decênio de 1861 a 1871, as receitas provinciais cresceram de 118:568\$011 réis para 183:050\$747 réis devido, primeiramente, à exportação de café e outros gêneros agrícolas, principalmente, para o Rio de Janeiro, Campos, Caravelas e Bahia.¹⁷² A agricultura continuava, assim, sustentando as exportações capixabas e empregando a maioria da mão-de-obra cativa.

Relacionando os dados coligidos sobre a posse escrava com a expansão do café, especificamente na cidade de Vitória e adjacências, análise necessária para se definir mudanças nessa região, observamos, inicialmente, a ocorrência de uma reversão na posse dessas escravarias. Na primeira metade do século XIX, entre 1800 e 1830, a posse cativa atingia amplos setores da sociedade local. Os inventariados apresentaram um percentual de posse cativa superior a 80%, não importando o tamanho de sua riqueza. No entanto, entre 1850 e 1872, apenas 62,7% dos inventariados contavam com a mão-de-obra escrava.¹⁷³ Por outro lado, elencando os dados oferecidos pelos censos populacionais do período, o quantitativo populacional escravo, concentrado na cidade de Vitória e adjacências, não diminuiu no período entre 1856 e 1872, passando de 5.323 para 7.197 cativos, isto é, 21,60% para 24,00% da população livre (conforme tabela 3 e 4 abaixo). Diante disso, entendemos como necessária a comparação dos dados populacionais da região, de forma mais aprofundada. Vejamos a seguir os dados populacionais do ano de 1856:

TABELA 3 - ESTIMATIVA POPULACIONAL DA CAPITAL DE VITÓRIA E LOCALIDADES VIZINHAS, NO ANO DE 1856.

Principais localidades	Livres		Escravos		População total das principais localidades	%
	Número	%	Número	%		
Capital de Vitória	4.139	83,00	863	17,00	5.002	20,30
Espírito Santo	1.031	79,00	280	21,00	1.311	5,32

¹⁷² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Relatório de Francisco Ferreira Correia, lido na Sessão Ordinária do ano de 1871, Vitória, p.55.

¹⁷³ Respectivamente, MERLO, 2003; JESUS, 2007.

Cariacica	3.253	78,40	896	21,60	4.149	16,82
Viana	2.228	63,60	1.274	36,40	3.502	14,20
Carapina	1.125	84,60	205	15,40	1.330	5,40
Serra	2.004	79,40	520	20,60	2.524	10,23
Queimado	919	62,00	569	38,00	1.488	6,03
Nova Almeida	2.048	81,50	465	18,50	2.513	10,20
Santa Cruz	2.586	91,00	251	9,00	2.837	11,50
Total	19.333	78,40	5.323	21,60	24.656	100,00

Fonte: Arquivo Público Estadual, Censo populacional contido no relatório presidencial com que o Exm. Srn. Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Jose Mauricio Fernandes Pereira de Barros passou a administração da Província ao Exm. Srn. Commendador Jose Francisco de Andrade e Almeida Monjardim Segundo Vice-Presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p.9 a 10.

A cidade de Vitória possuía o maior contingente populacional total em comparação com as outras localidades arroladas. Concentrava 5.002 habitantes em 1856, ou seja, 20,30 % da população total da região. A maior concentração local de indivíduos livres em relação aos escravos, isto é, 83,00%, encontrava-se fixada nessa urbe. No entanto, o maior número absoluto de cativos estava localizado em Viana, seguido por Cariacica, ficando Vitória com o terceiro maior contingente de escravos. Assim, provavelmente, as atividades agrícolas, principalmente as plantações de cana e de café (não negligenciando as plantações de milho, feijão e algodão) ocupavam a maior parte da mão-de-obra escrava, devido a pouca concentração de serviços urbanos localizados fora da cidade de Vitória.

Analisando os dados censitários levantados no ano 1872 notamos mudanças significativas em relação a essa população, conforme tabela abaixo:

TABELA 4 - ESTIMATIVA DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DA CAPITAL DE VITORIA E LOCALIDADES VIZINHAS NO ANO DE 1872.

Principais localidades	Livres		Escravos		População total das principais localidades	%
	Número	%	Número	%		
Capital de Vitória	3.250	77,00	965	23,00	4.215	13,92
Espírito Santo	1.237	71,00	511	29,00	1.748	5,77
Cariacica	4.122	78,00	1.160	22,00	5.282	17,44

Viana	3.379	73,40	1.224	26,60	4.603	15,20
Carapina	898	78,00	251	22,00	1.149	3,80
Serra	2.815	66,00	1.464	34,00	4.279	14,13
Queimado	2.570	77,00	762	23,00	3.332	11,00
Nova Almeida	1.731	79,00	460	21,00	2.191	7,24
Santa Cruz	3.073	88,50	400	11,50	3.473	11,50
Total	23.075	76,00	7.197	24,00	30.272	100,00

Fonte do ano de 1872: RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 volumes.

Perceba que a população total da cidade de Vitória diminuiu, sendo que o maior contingente populacional, representando 17,44% do total, localizava-se, nesse período, em Cariacica, seguida de Viana, com 15,20%, e Serra com 14,13%, ficando Vitória em quarto lugar, com 13,92% do total da população. A maior concentração escrava representava 34,00% do total e estava na Serra, seguida de Viana, com 26,60%, e Cariacica, com 22,00%. A cidade de Vitória concentrava, agora, o quarto lugar em número de escravos com 13,92% do total.

Percebemos, então, que Vitória concentrava a maioria da população dessa região em 1856, no entanto, em 1872, seu contingente populacional ocupava o quarto lugar no número total de habitantes. Em relação ao número de escravos, caiu do terceiro para o quarto lugar em comparação com as outras localidades. Devemos considerar que no mesmo período em que seus números populacionais diminuíram tanto de escravos quanto de livres, o quantitativo populacional de sua região circunvizinha, ou seja, de Cariacica, Viana e Serra, aumentou.

Argumentamos, diante disso, que a cidade de Vitória e suas adjacências também foram afetadas pela expansão agrícola, baseada nos cafezais que, possivelmente, provocou o acréscimo da necessidade de mão-de-obra em sua vizinhança. Parece que um maior número da população livre e pobre pôde optar pela emigração para a região Sul ou, como indicado, preferencialmente, para áreas circunvizinhas à cidade de Vitória. No caso dos senhores e seus cativos pode-se inferir que se deslocaram do setor mais central para suas roças, sem olvidar que era costume da elite senhorial manter a posse de propriedades, tanto na área da Capital quanto em sua região circunvizinha, fator que teria facilitado o movimento dos cativos para serem

empregados na área rural, além de tornar possível o seu retorno, quando necessário. Contudo, a reversão na amplitude social da posse escrava no período entre 1850 e 1872 aponta para a possibilidade desse movimento populacional escravo ter sido motivado especialmente pela venda de cativos, por parte dos pequenos proprietários, realizando o comércio de uma mão-de-obra anteriormente concentrada em ocupações urbanas preteridas com a expansão cafeeira do período. Nesse caso podemos inferir uma maior centralização escrava em ocupações rurais e nas mãos de médios e grandes proprietários existentes na própria região. É possível que mesmo pequenos proprietários lavradores e sitiante tenham desprezado as ocupações na cidade de Vitória para seus escravos, estabelecendo-os alugados nas lavouras ou junto à sua própria família. Esses aspectos elencados sugerem não uma decadência econômica, mas uma reorganização da mão-de-obra localizada nessa região.

Podemos, agora, comparar outros aspectos dessa posse escrava existente na região. De 1800 a 1830 destacamos que 61,8% dos proprietários possuíam plantéis¹⁷⁴ formados por um a nove cativos, total correspondente a 34% dos 1.376 escravos arrolados; 15,3% detinham plantéis formados por 10 a 19 indivíduos, perfazendo um total de 27% dos cativos; e apenas 7% desses senhores possuíam escravarias superiores a 20 cativos, mas concentravam 39% dos escravos inventariados.¹⁷⁵

Em outra análise sobre a posse escrava realizada por Carvalho¹⁷⁶ presente na cidade de Vitória, entre 1790 e 1821, de um total de 269 senhores, 197 possuíam de 1 a 10 escravos, uma soma de 42 proprietários detinha plantéis de 10 a 19 cativos, enquanto 16 senhores possuíam escravarias formadas por 20 a 39 indivíduos. Apenas cinco proprietários detinham plantéis superiores a 40 cativos.

Comparando a posse escrava do meio rural do Rio de Janeiro, no período de 1790 a 1835, com os dados arrolados sobre a região de Vitória e sua vizinhança, entre 1800 e 1830, percebemos que o Rio de Janeiro apresentava uma ampla disseminação

¹⁷⁴ Utilizamos o termo plantel como indicado por Stuart b. Schwartz: conjunto de escravos pertencentes ao mesmo proprietário. STUART B. Schwartz. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 150-1835.**/ Stuart b. Schwartz; tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.357.

¹⁷⁵ MERLO, 2003.

¹⁷⁶ CARVALHO, 2008.

escrava pela sociedade de então, dados detectados também nessa região capixaba, pois, segundo Patrícia Merlo¹⁷⁷, havia uma “[...] alta concentração de cativos nas mãos de um grupo restrito de proprietários”, mas “[...] a propriedade escrava em Vitória estava distribuída em amplos setores da sociedade local, não importando a extensão das posses. Afinal 84,1% do total dos inventariados tinham ao menos um escravo”¹⁷⁸. Guardando as devidas ressalvas entre as diferenças entre o quantitativo total de senhores e cativos das duas regiões, percebemos que a posse escrava no Rio de Janeiro era marcada por uma maioria de pequenos e médios plantéis formados por 1 a 9 e 10 a 19 cativos, respectivamente. Formações também encontradas na região de Vitória onde a maioria dos proprietários rurais possuíam de 1 a 9 cativos e os possuidores de 10 a 19 cativos representavam o segundo maior grupo de proprietários. Mas contrariamente ao Rio de Janeiro que assistiu entre 1790 e 1830 a um aumento vertiginoso de suas *plantations*¹⁷⁹, devido ao aumento das exportações de açúcar, na região Central capixaba, formada pela cidade de Vitória e adjacências, constataram-se apenas cinco senhores com mais de 40 cativos entre 1790 e 1821, enquanto entre 1800 e 1830, apenas sete proprietários detinham mais de 20 cativos. Detectamos também que nesse período, até o ano de 1856, ao quantitativo de cativos diminuiu nessa região capixaba.

Ressaltemos, então, os dados arrolados do ano de 1876, sobre um total de 2.908 escravos existentes no município de Vitória. Esse número de escravos estava concentrado nas mãos de 498 proprietários. Esses senhores possuíam escravarias formadas, em média, por cinco cativos. Um número de 147 proprietários possuía plantéis unitários, ou seja, 29,51% do total de senhores. Os senhores de apenas um escravo respondiam pela posse de 5,05% do total de escravos. Uma quantidade de 415 proprietários, ou seja, 83,33% do total possuía escravarias com até nove escravos, somando um total de 1.202, isto é, o equivalente a 41,32% do total de escravos. Porém, a maioria da mão-de-obra escrava concentrava-se em escravarias com mais de dez escravos, em número de 1.706 cativos, isto é, 58,63% do total. Essas escravarias reuniam-se nas mãos de 83 senhores (6,66% do total de 498

¹⁷⁷ MERLO, 2003.

¹⁷⁸ MERLO, 2003.

¹⁷⁹ Propriedades rurais baseadas na monocultura para exportação que empregavam mais de 49 cativos. FLORENTINO. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX/ Manolo Florentino. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.30.

proprietários). Dentre esses 83 senhores, o grupo que possuía plantéis formados por 20 a 39 cativos arregimentava a maior concentração desses, o que equivale a 29,00% do total. Apenas quatro desses senhores detinham mais de 40 cativos, possuindo ao todo 8,8% do plantel integral. Os dados levantados em 1876 estão expostos na tabela abaixo:

TABELA 5 - ESTRUTURA DE POSSE DE CATIVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHOS DOS PLANTÉIS – MUNICÍPIO DE VITÓRIA - 1876.

Faixas de tamanho dos plantéis	Proprietários	%	Escravos	%
1	147	29,51	147	5,05
2 a 4	179	35,94	490	16,85
5 a 9	89	17,87	565	19,42
10 a 19	47	9,43	606	20,83
20 a 39	32	6,42	843	29,00
40 ou mais	4	0,80	257	8,8
Total	498	100,00	2.908	100,00

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Vitória, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Cumpre, da mesma forma, confrontarmos a posse escrava dessa região em 1876 com áreas onde a expansão do café estimulou o desenvolvimento da economia a partir da primeira para a segunda metade do século XIX, como o ocorrido na Província do Espírito Santo e, como visto, na região de Vitória. A região de Taubaté, inscrita no Vale do Paraíba, constituía um importante centro cafeicultor e conheceu, nesse período, seu momento áureo. Contudo, as características de sua posse escrava não distavam daquelas encontradas na região Central da Província capixaba. Os pequenos e médios escravistas, possuidores de menos de 20 cativos,

representavam um total de 92,9% do total de proprietários. Apenas 18 proprietários possuíam mais de 40 escravos.¹⁸⁰

Continuando a comparação da posse cativa dessa região capixaba com outras regiões brasileiras, que observamos acima, podemos coligir que os pequenos e médios proprietários também representavam a maioria em locais onde havia um maior número de *plantations* e a economia se apresentava em franca expansão, tanto no período da expansão do açúcar, na primeira metade do século XIX, como com a expansão do café, na segunda metade do século indicado. No caso dessa região capixaba ela sempre apresentou um pequeno número de propriedades com mais de 40 cativos e deve-se considerar que essas propriedades sempre possuíam economia diversificada, fugindo do padrão monocultor das propriedades encontradas nessas outras regiões destacadas. Parece mais provável que a cultura do café tenha continuado a conviver com outros produtos para exportação. Comparamos a região Central capixaba com apenas duas áreas brasileiras, Rio de Janeiro e Vale do Paraíba. No entanto, uma extensa historiografia, da qual se abordou somente dois autores, comprovou a importância dos pequenos e médios proprietários de cativos no contexto da economia colonial e imperial do Brasil (conforme subitem 2.3).

Assim sendo, em relação à mão-de-obra escrava presente nessa região, durante a década de 70 do século XIX, podemos supor que predominou a concentração escrava nas mãos de poucos senhores, e que a maioria dos proprietários possuía pequenos plantéis de escravos formados por até nove cativos. É possível inferir também, num primeiro momento, uma mudança significativa em relação aos padrões das escravarias existentes nessa região, ocorrida durante o período de 1850 a 1872, ou seja, um retraimento na posse escrava, evidenciado de forma mais clara ao analisarmos o esvaziamento populacional de livres e escravos ocorrido na cidade de Vitória após o ano de 1850. Provavelmente o aumento da constante concentração escrava nas mãos de poucos senhores, detectada entre os anos de 1850 e 1872, foi decorrente da expansão cafeeira que parece ter redefinido os contornos do emprego da mão-de-obra cativa na região, alocando-a preferencialmente no campo, e da

¹⁸⁰ MARCONDES, Renato Leite. **A Pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba**. Locus: Revista de História, Juiz de Fora (MG), v. 4, n. 2, p. 35-54, 1998.

elevação do preço do cativo, após 1850, com a proibição do tráfico atlântico. Consideramos também que o deslocamento da população pôde ter sido motivado por outros eventos, como as epidemias ocorridas na cidade de Vitória, na segunda metade do século XIX. Entretanto acreditamos que o surto epidêmico, apesar de ter levado algumas famílias a deixar a cidade, não traria modificações nas características da economia dessa região, como as provocadas pelo advento da produção de café, reconhecendo que as epidemias são eventos passageiros e sempre estiveram presentes nesse cotidiano.¹⁸¹

Voltando à análise da posse escrava, agora referente ao ano de 1876, se baseada no crescimento do número de senhores (um total de 498) e de escravos (uma soma de 2.908) - números significativos comparados aos já analisados pelos inventários -, demonstra um novo fortalecimento dessa faceta econômica, ou seja, da utilização da mão-de-obra escrava. Assim, podemos aferir que na segunda metade do século, apesar da manutenção de uma economia de produção agrícola diversificada, voltada para a exportação para o mercado interno, sobreveio o incentivo da exportação do café. Provavelmente, também no mesmo período, aumentou a dependência pela mão-de-obra cativa e percebemos, analisando os dados existentes entre os anos de 1856 e 1876, uma recuperação dessas escravarias. Constatamos, então, ao observarmos o crescimento significativo das médias escravarias em conformidade com o aumento dos cafezais na região, que, provavelmente, nesse período, abordou-se com maior frequência o mercado de cativos, nesse momento, somente interno, ponderando sobre o pequeno período entre os anos de 1872 e 1876 para contar apenas com uma possível reprodução natural. No entanto, as mesmas características repetitivamente encontradas nessas escravarias, isto é, concentração escrava e maioria de pequenos proprietários, ainda se encontravam presentes no ano de 1876.

3.4 ALÉM DAS PLANTAÇÕES

Ponderando-se sobre a análise da economia em Vitória, entre outras constatações, observamos que na primeira metade do Dezenove, e com o advento do café, a agricultura capixaba manteve a produção de variados produtos em quantidade

¹⁸¹ BASTOS, 2009, p.28.

suficiente para a manutenção de sua população e exportação para outras províncias do Império. A constante exportação de mercadorias para outras regiões motivou a importação de uma infinidade de produtos, como roupas prontas, sedas e sapatos, vendidos nas lojas de secos e molhados, concentrados nos lugarejos que formavam as adjacências da cidade de Vitória e, em maior número, no seu espaço central, concordando com conclusão obtida por Enaile Carvalho.¹⁸² Esse e outros estudos tornaram-se imprescindíveis para a descoberta de outras facetas da riqueza capixaba existente, especificamente na praça mercantil de Vitória. Uma das constatações é o reconhecimento da posse de escravos e terras como um indicativo de riqueza na sociedade da época. Em levantamentos efetuados por Patrícia Merlo¹⁸³ em inventários *post-mortem* e testamentos do ano de 1800 a 1830, detectou-se que o primeiro fator determinante na constituição das fortunas tratava-se da posse de escravos, pois eles correspondiam a 49,8% do montante bruto da riqueza desses 32 inventários. Dos 1.367 escravos arrolados, 567 (41,5%) estavam concentrados nas mãos da camada intermediária, enquanto os bens rurais correspondiam a 18% do total de riqueza e os prédios urbanos a 19,7%.

Assim, as fortunas em Vitória eram formadas principalmente por escravos, seguidos dos imóveis urbanos e posteriormente dos bens rurais. Quanto a esses bens rurais, na província capixaba, o processo de regularização de terras iniciado pelo governo Imperial se deu concomitantemente à expansão cafeeira. A Lei de Terras, de 1850, e seus regulamentos, de 1854, serviram de matriz para as leis de terras que surgiram em diferentes estados da República. A partir de 1850, a compra de terras seria o único meio legal de aquisição territorial. No entanto, a lei não foi cumprida de forma desejada e até o fim do Império a quantidade de terras devolutas existente era ignorada pelo governo, e a legitimação das mesmas havia avançado lentamente. A compra era, então, inferior à incorporação territorial ilegal. A posse ilegal, portanto, continuava e se intensificava como prática comum.¹⁸⁴ Apesar da ilegalidade, a legitimação ocorria em um momento de valorização das terras como produto de compra e venda frente à mão-de-obra escrava e à colheita. Assim, a posse de terras

¹⁸² CARVALHO, 2008, p.63-72.

¹⁸³ MERLO, 2003.

¹⁸⁴ MOREIRA, Vânia Maria Lousada. A ilusão das terras devolutas: colonização particular, exploração madeireira e grilagem: 1889-1930. In: **Dimensões** - Revista de História da UFES, Vitória: UFES/CCHN, nº 17, 2005, p. 223.

passou a representar um fator de riqueza. No Espírito Santo, as primeiras vendas legais de terras devolutas, no período de 1859 a 1863, foram feitas nas imediações da Capital.¹⁸⁵ Verifica-se, dessa forma, que a Província capixaba e sua região Central não ficaram alheias à questão fundiária e aos seus desdobramentos. Observemos, por exemplo, um fragmento da parte oficial do Jornal da Victoria de 20 de julho de 1867:

Terras Públicas

Possui a província grande extensão de terras devolutas. Infelizmente; porém, ainda não tem sido possível extremar o domínio publico do particular, segundo as regras estabelecidas pela Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850 [...] Mal principia os processos e ultimados com irregularidades insanáveis, não se guardando as fórmulas nem se respeitando alguma vez o direito dos herdeiros, as desavenças aparecem e, por consequência, a Presidência vê-se embaraçada nos seus julgamentos.[...].

Além da posse de escravos e terras, Merlo aponta, assim como Carvalho¹⁸⁶, para a presença de negócios diversificados na região, como empréstimos e prática de juros, aluguel de imóveis e de escravos, e comércio de secos e molhados. Assim, para Merlo

essas constatações parecem apontar para um perfil híbrido da camada média capixaba, caracterizado pelo não-predomínio de um determinado tipo de bem. A presença de atividades urbanas importantes na constituição das fortunas parece indicar a possibilidade dessas atividades consistirem em fonte de investimento para obtenção de recursos a serem direcionados para o meio agrário, ou uma fonte complementar de renda àquela produzida nas lavouras.¹⁸⁷

Devemos nos atentar também para a existência de uma economia diversificada na cidade de Vitória e suas adjacências. Apesar da inegável riqueza baseada na agricultura e, conseqüentemente, na posse de terras e escravos, a economia ia além das plantações tradicionais para a exportação. Sobre esse aspecto econômico, em vários inventários Merlo encontrou proprietários que possuíam significativo número de cativos que viviam na área central da cidade. Esses senhores não eram possuidores de bens rurais ou esses bens eram insuficientes para ocupar o número de escravos arrolados nos inventários. A autora sugere, assim, a prática do aluguel de escravos e do uso do trabalho do escravo ganhador pelos senhores. Vale atentar

¹⁸⁵ ALMADA, 1984, p.80.

¹⁸⁶ CARVALHO, 2005, p.16.

¹⁸⁷ MERLO, 2003.

também para a prática de empréstimos mantida por esses senhores locadores de mão-de-obra escrava, provavelmente com os lucros obtidos com o aluguel e ganho de seus cativos. O aluguel poderia servir como uma alternativa para aqueles que não possuísem escravos devido às características das ocupações que dispensavam o uso de cativos, podendo alugá-los quando necessário. Essas fortunas fundadas, em sua maior parte, na posse de escravos, “sugerem um emprego bastante ampliado dessa mão-de-obra, seja no trabalho da lavoura, seja em atividades tipicamente urbanas, como o aluguel e a venda de produtos sob o controle do senhor: escravos de ganho”¹⁸⁸.

Segundo Almada, no ano de 1872, apesar de a maioria dos escravos trabalharem na agricultura, serem “escravos de roça”, eles exerciam fora do mundo rural as atividades domésticas, principalmente, enquanto nas atividades secundárias eram, em sua maioria, costureiros e operários. Havia, do mesmo modo, jornaleiros e criados, marítimos, pescadores e artistas, contando apenas 290 profissionais.¹⁸⁹ Pesquisas recentes, como a de Rafael de Jesus¹⁹⁰, reafirmam que a economia capixaba no período de 1850 a 1872 incluía a prática de empréstimos e vendas a prazo, do comércio de cabotagem com outras regiões brasileiras e de um comércio ativo de vendas de secos e molhados na região Central de Vitória. Apontou, ainda, para o uso fundamental de escravos empregados nas mais diversas ocupações como escravos alugados ou ao ganho.

Todas essas observações elencadas, no entanto, não deslocam a mão-de-obra de sua principal destinação: a agricultura. Por outro lado, um dos aspectos que mais nos interessa, nesse momento, é a forma encontrada pelos proprietários de escravos para diversificar a economia e aumentar sua renda. Como o braço escravo era o maior gerador de riquezas nas lavouras da região, era também nele, provavelmente, que se baseava a diversificação do emprego da mão-de-obra local. Eis que se fazem necessárias algumas considerações quanto a essa diversificação, utilizando-se uma fonte da qual se pode extrair o emprego do trabalho escravo em Vitória e regiões vizinhas, no ano de 1876.

¹⁸⁸ MERLO, 2003.

¹⁸⁹ ALMADA, 1984, p.121.

¹⁹⁰ Ver: JESUS, 2007. CARVALHO, 2008.

Cabe esclarecer que na análise da fonte eleita para a confecção do presente capítulo utilizamos uma divisão das profissões dos escravos entre trabalho especializado, de lavoura, trabalho doméstico e de jornaleiros. Essa divisão foi adotada para simplificar a análise dos dados. Adotamos a designação de trabalho especializado para todas as profissões escravas realizadas fora das lavouras, mesmo quando dentro da região rural, e quando se diferenciavam do trabalho doméstico. Podemos citar como exemplo, o ofício de marceneiro e carpinteiro. No trabalho de lavoura foram alocados os escravos que labutavam nessa ocupação, enquanto na designação de trabalho doméstico foram unidas todas as tarefas referentes aos serviços caseiros, como no caso das cozinheiras e lavadeiras, mesmo tratando-se de cativos alugados por seus senhores, dados não explicitados pela fonte mencionada. Já os jornaleiros, ocupação designada pela fonte, eram escravos que atuavam em trabalhos na cidade e em sua vizinhança, dependendo da necessidade de mão-de-obra, e recebiam seu “jornal”, ou pagamento, ao serem alugados por seus senhores, e geralmente atuavam em ocupações braçais e nas lavouras.

Assim, foi possível observar que no período analisado um total de 71,21 % dos cativos trabalhava na lavoura e 5,84 % ocupava-se de tarefas domésticas. As demais atividades se distribuíam por profissões especializadas, registradas para 128 escravos, apenas 4,40 % do total. Um somatório de 25 cativos, o que equivale a 0,85 %, desempenhava tarefa tanto nas propriedades rurais como na cidade, eram os chamados jornaleiros. As crianças menores de 12 anos não receberam dados referentes à profissão, e, portanto, não foram registradas em nenhum tipo de ocupação, representando um percentual significativo do total dos escravos, em torno de 17,60 %, conforme dados demonstrados abaixo:

TABELA 6 - TIPO DE TRABALHO

Tipo de trabalho	Frequência	Percentual válido
Especializado	128	4,40 %
Lavoura	2.071	71,21 %
Doméstico	170	5,84 %
Jornaleiros	25	0,85 %

Nada-Consta	2	0,06 %
Menores abaixo de 12 anos - Nada consta	512	17,60 %
Total	2.908	100,0 %

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Eis que, portanto, a economia e riqueza capixaba, apesar de baseada, principalmente, na agricultura e nos produtos tradicionais de exportação, e, na posse de terras e escravos, possuíam dinâmicas e facetas que iam além das plantações, tendo os cativos como peça fundamental. Assim, a necessária diversificação na economia e na produção agrícola também estava presente nas ocupações exercidas pelos cativos.

Relacionando os tipos de trabalho com a posse de cativos por meio dos tamanhos dos plantéis analisados percebemos que a utilização da diversidade de mão-de-obra escrava era praticada, preferencialmente, pelos pequenos e médios proprietários. Na tabela 7 podemos observar que os plantéis formados por até 19 cativos possuíam um número maior de escravos domésticos e especializados, enquanto as escravarias com 20 a 39 cativos, que concentravam a maioria da mão-de-obra escrava, possuíam poucos representantes desses tipos de trabalhos:

TABELA 7- TIPO DE TRABALHO POR TAMANHOS DE PLANTÉIS

Tipo de trabalho	Tamanho de plantéis					
	1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 39	40 ou +
Especializado	12	23	30	31	15	17
Lavoura	99	338	390	423	646	175
Doméstico	25	61	23	43	12	6
Jornaleiros	4	6	9	6	-	-
Menores abaixo de 12 anos - Nada consta	5	62	113	103	170	59
Nada-Consta	2	-	-	-	-	-
Total	147	490	565	606	843	257

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

A tabela 8 congrega os 10 maiores proprietários de cativos dessa região em 1876, vejamos:

TABELA 8 - PROPRIETÁRIOS COM MAIORES ESCRAVARIAS - MUNICÍPIO DE VITÓRIA - 1876

Nº.	Proprietário	Escravos	Nº.	Proprietário	Escravos
1	Manuel Nunes do Amaral Pereira	82	6	Anna Adelaide Azevedo	38
2	Maria da Penha Pereira S. P. Meirelles	69	7	Jose Cláudio de Freitas	37
3	José Francisco A. A. Monjardim	64	8	Carolina Julia Pinto Accioli Souto e Silva	37
4	Bernardino da Costa Sarmento	42	9	Francisco R. de Freitas Sarmento	35
5	Faustino Antonio de Alvarenga	39	10	Anna Maria da Conceição	32

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Observemos adiante o gráfico 1 que demonstra o emprego da mão-de-obra escrava referente às escravarias dos quatro maiores senhores da região:

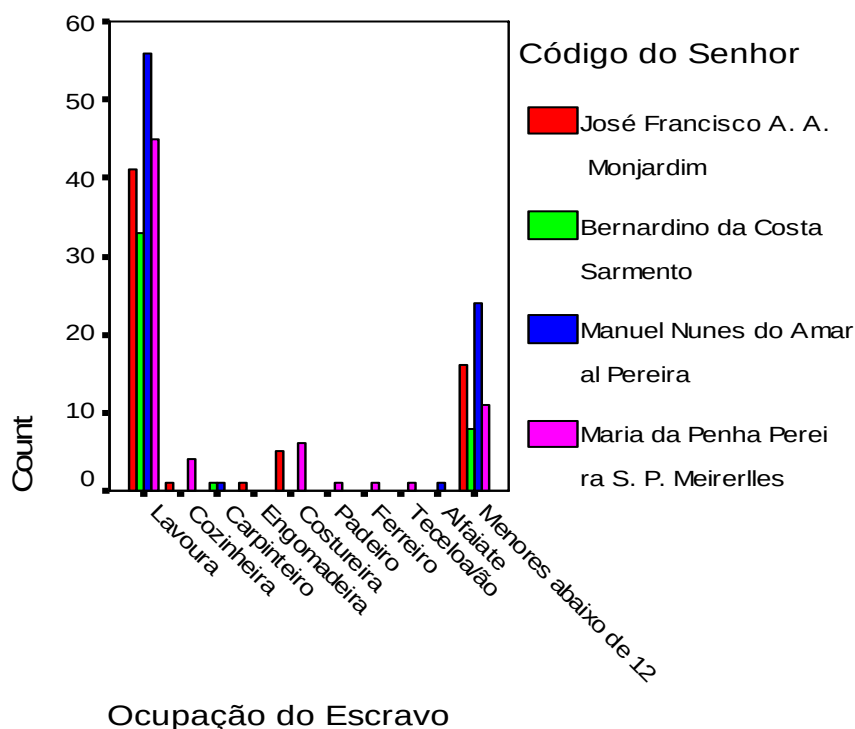


GRÁFICO 1 - QUATRO MAIORES PLANTÉIS DA REGIÃO

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Podemos notar que o número de escravos presente nas maiores escravarias, empregados em ocupações fora das lavouras, não é muito significativo. Provavelmente esses cativos que desempenhavam funções como cozinheira, engomadeira, tecelão e ferreiro trabalhavam na propriedade de seus senhores, enquanto os ofícios mais especializados como o de padeiro, alfaiate e carpinteiro, referem-se aos cativos que, além de exercerem suas ocupações na propriedade de seu senhor, podiam ser, eventualmente, alugados para prestarem serviços. Diferentemente disso observemos o gráfico abaixo, referente ao senhor João Batalha Ribeiro, possuidor de seis cativos do sexo masculino dos quais três labutavam na agricultura, um atuava como pedreiro, outro como cozinheiro e havia também um jornaleiro:

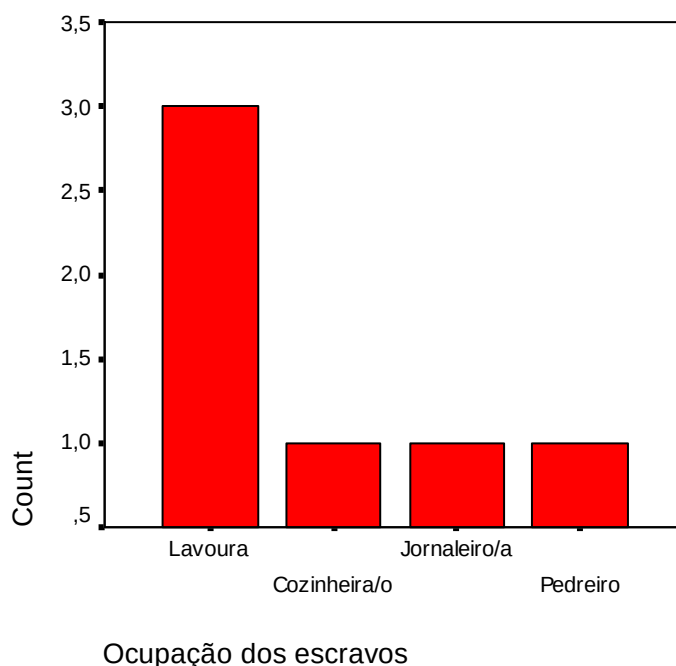


GRÁFICO 2 - SENHOR DE ESCRAVOS: JOÃO BATALHA RIBEIRO

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Pode-se inferir que os escravos atuantes na lavoura trabalhavam na propriedade de João Batalha Ribeiro, assim como o cativo cozinheiro. Por outro lado, percebe-se que o proprietário dessa pequena escravaria procurou diversificar sua mão-de-obra especializando um de seus cativos para atuar como pedreiro e disponibilizando outro para o trabalho de jornaleiro, ou seja, para ser alugado para diferentes serviços, dependendo da necessidade. Assim sendo, cabe observar que os escravos desenvolviam, geralmente, mais de um ofício. Como exemplos verifiquem os anúncios de vendas de escravos no Correio da Victória do dia 2 e 30 de julho de 1859:

Vende-se um bom escravo crioulo tendo em idade quarenta e tantos anos, bom lavrador, entendendo também de carpintaria, quem o pretender [...] o escravo é muito fiel e o motivo da venda se dirá ao comprador [...]

Vendem-se dois escravos de nação, e uma preta crioula, sendo um escravo perfeito cozinheiro e outro serrador, falqueador e oleiro, bonitas figuras, a escrava sabe lavar e cozinhar [...]

Apesar da diversificação agrícola e econômica ter sido um recurso utilizado por grande parte dos proprietários de bens da região, independente de suas posses, desde o início do século, a utilização da mão-de-obra escrava nessa diversificação parece sempre ter sido um recurso mais utilizado pelos pequenos e médios

proprietários de escravos. O aluguel do escravo e seu emprego “ao ganho” eram práticas recorrentes dos pequenos e médios senhores. Por outro lado, o aluguel de imóveis, empréstimos e a diversidade dos produtos agrícolas para exportação consolidou-se como prática econômica dos grandes proprietários de terras, os quais necessitavam de seus cativos, preferencialmente, em suas lavouras.¹⁹¹ Esses dados apontam para a atuação dos pequenos e médios senhores capixabas no sentido de tornar seus escravos competentes para a realização de tarefas necessárias para a vida na cidade, a fim de diversificar seus negócios e aumentar suas rendas.

3.5 TRABALHO E FAMÍLIAS ESCRAVAS

Passamos a especificar, agora, mais alguns dados demográficos dessa população escrava que revelaram características fundamentais das escravarias existentes nessa região. Um dos elementos arrolados foi a proporção entre homens e mulheres, a qual pode ser apreciada na Tabela 9:

TABELA 9 - SEXO DOS ESCRAVOS

Sexo	Frequência	Percentual Válido
Feminino	1.410	48,5 %
Masculino	1.498	51,5 %
Total	2.908	100,0 %

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Essa distribuição sexual escrava do ano de 1876 confirma os estudos a respeito da cidade de Vitória para o início do século XIX. No período de 1800 a 1830 detectou-se que a principal característica em relação ao quantitativo masculino e feminino das escravarias pautava-se na paridade numérica dos dois sexos. Nesse estudo, num total de 1.367 cativos, foi possível identificar a flutuação da concentração masculina variando entre 41% a 59%. De 1850 a 1872, num total de 636 cativos, a paridade numérica entre homens e mulheres permanecia em evidência, 355 e 279, respectivamente, acompanhando os dados anteriores.¹⁹²

¹⁹¹ CARVALHO, 2008. MERLO, 2003.

¹⁹² MERLO, 2003. JESUS, 2007.

Diferentemente dos dados apresentados acima, a disparidade sexual cativa tendendo para o sexo masculino e a forte presença de africanos ocorria de forma mais contundente em regiões do Império brasileiro onde havia um maior contato com o comércio escravo do Atlântico. Com a incorporação de elevados índices de cativos, a alta porcentagem masculina e a presença de africanos acabavam tornando-se preponderantes nesses plantéis, por serem elas as principais características do contingente humano movimentado pelo tráfico Atlântico no período.¹⁹³ Mas parece não ser esse o caso da região composta pela cidade de Vitória e adjacências. Estudos recentes¹⁹⁴ demonstram que sua propriedade escrava caracterizava-se, principalmente, pelo número elevado de pequenos e médios plantéis, com grande equilíbrio sexual e presença de famílias cativas, e onde o quantitativo de escravos africanos sempre se apresentou reduzido, tendendo ao arrefecimento com o avançar da segunda metade do século XIX, sendo que um número elevado de escravos nascidos na região da própria Província sempre esteve presente.¹⁹⁵ Esses dados, corroborados pela fonte aqui analisada, do ano de 1876, contribuem para inferirmos que os senhores de cativos da região de Vitória mantiveram-se afastados, ainda que parcialmente, das grandes rotas comerciais de tráfico atlântico africano e mesmo interprovincial, considerando que o acesso aos cativos tornou-se cada vez mais difícil após a interrupção do tráfico atlântico, em 1850. Contudo, parcial não quer dizer inexistente, considerando, que esse contato com o mercado de cativos, provavelmente, aumentou na década de 70, devido ao aumento do quantitativo de cativos decorrente da expansão cafeeira (conforme subitem 3.3).

Outra questão fundamental torna-se evidente, então: a ocorrência de uma intensa reprodução natural escrava. Dados constatados, também, em outras províncias brasileiras. Na Freguesia de São José dos Pinhais, no Paraná, na passagem do século XVIII para o XIX, identificamos a ocorrência de uma concentração de escravos em torno de 10,2% do total de 3.400 habitantes da Freguesia, em 1830. Na

¹⁹³ CACILDA, Machado & FLORENTINO, Manolo. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos: século XIX. In: **Afro-Ásia**, nº 24, 2000, p.51-70.

¹⁹⁴ MERLO, 2003. JESUS, 2007.

¹⁹⁵ CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e creolização: a capitania do Espírito Santo: 1790-1815. In: FRAGOSO, João *et al.* (Org.). **Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: EDUFES, 2006. MERLO, 2003. JESUS, 2007, p. 578.

freguesia paranaense a posse de escravos estava concentrada nas mãos de poucos senhores, sendo formada por pequenos plantéis de cativos. Composição bastante parecida com as escravarias capixabas, onde a posse escrava também era concentrada e formada por uma maioria de pequenos plantéis. O recorrente equilíbrio entre os sexos e a presença de grande número de crianças, também existentes na região capixaba, indica que na freguesia de São José dos Pinhais

pouco se compravam escravos no mercado externo à freguesia. Para a reposição ou incremento de suas escravarias, portanto, os pequenos senhores dependiam basicamente da reprodução endógena da comunidade de cativos.¹⁹⁶

Com isso entendemos que o equilíbrio sexual e a presença de uma maioria de cativos nascidos na região da cidade de Vitória e adjacências foram consequência de uma política senhorial que incentivava a formação e a estabilidade de famílias escravas. Essa política se apresentava para os senhores como opção econômica para a manutenção e crescimento de suas escravarias e auxiliava no controle dos cativos por meio de concessões de benefícios, como pequenas roças para o cultivo de alimentos e moradias.¹⁹⁷

Outro elemento constante nos trabalhos atuais sobre a escravidão em Vitória que abona o exposto acima é a presença de elevado número de crianças nas escravarias. Os estudos citados baseavam-se frequentemente em inventários *post mortem*, cujos dados confirmaram-se na fonte investigada neste capítulo. Observemos, na tabela abaixo, a distribuição por faixa etária dos cativos registrados no Livro 1º de Classificação:

TABELA 10 - FAIXA ETÁRIA DOS ESCRAVOS.

Faixa etária	Frequência	Percentual válido
0 - 14	979	33,7 %

¹⁹⁶ MACHADO, Cacilda. Casamentos de escravos e negros livres e a reprodução da hierarquia social em uma área distante do tráfico Atlântico: São José dos Pinhais/PR: Passagem do XVIII para o XIX. In: FRAGOSO, João *et al.* (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES; Lisboa: IICT, 2006, p.493.

¹⁹⁷ Cabe lembrar que as concessões senhoriais também resultavam das reivindicações dos cativos e de constantes negociações inseridas no cotidiano das relações entre escravos e senhores. Ver em MATTOS, 1998.

15 - 40	1.470	50,6 %
41-100	455	15,6 %
Nada-consta	4	0,1 %
Total	2.908	100,0 %

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Vitória, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

De acordo com a tabela, nota-se que as crianças com até 14 anos constituíam um contingente de pouco mais de um terço das escravarias.¹⁹⁸ Embora essa faixa etária se apresentasse mais numerosa no início do século, as famílias escravas e sua reprodução afiguravam-se de forma relevante ainda na década de 1870, na sociedade de Vitória. Ao analisarmos os dados elencados, constatamos a existência de 547 arranjos familiares que congregavam 59,00%, ou seja, uma quantidade de 1.716 cativos da totalidade dos 2.908 escravos arrolados pela presente pesquisa. Essas famílias escravas foram descritas na fonte analisada, formando conjuntos ordenados de pai, mãe e filhos, no caso de famílias nucleares; e de mães e filhos, tratando-se de arranjos matrifocais. No entanto, devemos considerar que no grupo de cativos descritos individualmente, na quantidade de 1.192 (40,99%) do total de 2.908 escravos, concentrava-se uma parcela da parentela existente nessas escravarias, como os irmãos e os companheiros das escravas solteiras não especificados na referida fonte. A maioria dos cativos designados como participantes de grupos familiares estavam inseridos em conjuntos formados por 2 a 5 indivíduos, isto é, 45,7% do total.¹⁹⁹ Vejamos a tabela a seguir:

¹⁹⁸ Não serão feitas análises relacionadas especificamente às características dos grupos familiares arrolados, pois esse não é o objetivo da presente dissertação. Realizar-se-ão considerações sobre as relações entre esses arranjos familiares com o trabalho escravo desenvolvido na região. Portanto, apenas a título de informação, verificou-se que um total de 213 escravos/as era casado, correspondendo a 7,14% do total de 2.908 escravos. Entre os arranjos nucleares, com ou sem filhos, dos 213 cônjuges, um conjunto de 21(9,85%) era casado com libertos e possuía filhos escravos; uma quantidade de 26(12,20%) era casada com livres e não possuía filhos; um total de 102(47,88%) estava casado com outros escravos e constituíam grupos com filhos escravos e livres devido à Lei do Ventre Livre de 1871; uma soma de 22(10,32%) era de casamento com outros escravos e não possuía filhos; enquanto 40(18,77%) eram casados com libertos e também não possuíam filhos. A maioria dos escravos, 122, ou 57,27% do quantitativo de 213 escravos casados, vivia maritalmente com outros escravos. Entretanto, o quantitativo de grupos familiares matrifocais formados por escravas solteiras era preponderante, perfazendo um total de 395 arranjos familiares. As escravas mães solteiras com filhos escravos era o mais expressivo, num total de 351, somavam 12,07% do total de 2.908 cativos.

¹⁹⁹ Devemos considerar relevantes resultados das análises de Patrícia Merlo, 2003. A autora demonstrou que das 161 famílias escravas arroladas em suas fontes 42% eram de arranjos do tipo

TABELA 11 - FREQUÊNCIA DE PESSOAS NA FAMÍLIA

Número de pessoas na família	Frequência	Percentual válido
1	0,0	0,0 %
2	399	13,7 %
3	299	10,3 %
4	287	9,9 %
5	342	11,8 %
6	152	5,2 %
7	150	5,25 %
8	40	1,4 %
9	18	0,6 %
19	15	0,5 %
Escravos descritos individualmente.	1.192	40,99 %
Total	2.908	100,0 %

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Assim, duas características revelaram-se imprescindíveis na configuração dessas escravarias, a reprodução endógena e os arranjos familiares. Essa configuração de uma maioria de famílias formadas por até 5 indivíduos parece ser decorrência de

nuclear. Entre os grupos majoritários de escravos, ou seja, crioulos e angolas, existia uma clara opção por uniões dentro do próprio grupo. A estabilidade dos laços familiares era mais provável onde havia o reconhecimento legal dos cônjuges e filhos, fator determinante para a sobrevivência do arranjo familiar após a morte do senhor no momento da partilha. A maioria das famílias nucleares, formadas por pai, mãe e filhos, foi localizada, num total de 75%, dentro das maiores escravarias. Esse dado aponta para maior possibilidade de escolhas de parceiros e condições mais favoráveis de sobrevivência dos arranjos familiares, pois 54% das famílias desses plantéis estavam unidas há mais de 10 anos. A maioria das famílias escravas matrifocais, um total de 66,7%, foi encontrada dentro das pequenas e médias escravarias, isto é, arranjos familiares formados por mães e filhos. Consoante a autora, a necessidade de venda dos escravos masculinos em separado pelos proprietários menos abastados foi, provavelmente, a causa dessa ocorrência.

uma maioria de arranjos familiares formados por escravas solteiras com filhos escravos, por ser esse o perfil numérico em maioria nesse grupo.²⁰⁰

Indo além da constatação de famílias cativas, em referência à relação entre os arranjos familiares, o tamanho dos plantéis e o trabalho cativo nessa região, que configuram objetivo nosso, observamos que não havia um padrão em relação à distribuição desses arranjos familiares dentro das escravarias. Todos os tamanhos de plantéis possuíam formações nucleares oficializadas, mesmo em menor número, e grupos familiares matrifocais em quantidades maiores. O principal aspecto que observamos é justamente o de existirem arranjos familiares disseminados por todos os tamanhos de plantéis, conforme tabela abaixo:

TABELA 12 – ESTADO CIVIL DOS CATIVOS POR TAMANHOS DE PLANTÉIS

ESTADO CIVIL DOS ESCRAVOS	Tamanhos de plantel por quantidade de escravos.					
	1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 39	40 ou +
Escravos/as casados com libertos e com filhos escravos/as	1	3	4	1	11	1
Escravos/as casados com libertos e sem filhos	7	8	8	4	12	1
Escravas casadas com libertos e com filhos livres	-	-	1	1	-	-
Escravos/as casados com livres e sem filhos	5	9	3	2	6	1
Escravos/as casados com escravos com filhos escr./livres (Devido à Lei de 1871)	-	4	14	15	33	36
Escravos/as casados com escravos/as e sem filhos	-	2	2	2	14	2
Escravos/as viúvos	1	-	2	2	8	3
Escravas solteiras com filhos escravos	2	70	73	79	103	24
Escravas solteiras com filhos livres (Devido à Lei de 1871)	1	7	5	9	8	3
Escravas solteiras com filhos escravos e livres (Devido à Lei de 1871)	-	3	2	3	2	1
Escravos/as solteiros acima de 12 anos – pertencentes a arranjos	4	37	83	118	171	52

²⁰⁰ Acreditamos que a maioria das famílias formadas pelas escravas solteiras e com filhos possuíam, em seu meio, a figura de um companheiro das escravas designadas como solteiras, formando nesse caso, grupos familiares consensuais. Porém essa afirmação e a necessária quantificação não nos são permitidas por não constar na referida fonte analisada.

familiares.						
Escravos/as menores abaixo de 12 anos – pertencentes a arranjos familiares.	-	80	144	132	200	71
Escravos/as solteiros acima de 12 anos – descritos individualmente.	120	256	204	231	261	60
Escravos/as menores abaixo de 12 anos – descritos individualmente.	6	11	20	7	14	2
TOTAL	147	490	565	606	843	257

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Ao relacionarmos os dados sobre grupos familiares e trabalho exposto até aqui, verificamos que a maioria dos 152 arranjos familiares, cujas uniões eram oficializadas, um total de 139 possuía seus membros integralmente empregados na lavoura. As outras 13 possuíam, no mínimo, um componente desempenhando tarefas domésticas ou especializadas. No caso das cativas solteiras com filhos escravos, apesar de estarem majoritariamente concentradas nas lavouras, exerciam um número expressivo de atividades fora das plantações, tanto em ocupações domésticas (um total de 59) quanto em especializadas (um quantitativo de 6 escravas e uma jornaleira). Nesses tipos de atividades também se destacavam os escravos solteiros, acima de 12 anos, discriminados pela fonte individualmente, ou, pertencentes aos arranjos familiares citados, como no caso dos filhos de escravas mães solteiras, provavelmente, incentivados por elas a exercerem outras profissões podendo, assim, vislumbrar uma maior renda e a possibilidade de comprar alforrias.

A ampla concentração dos arranjos familiares oficializados nos trabalhos de lavoura, considerando que a maioria das famílias matrifocais também estava empregada nesse tipo de atividade, induz à conclusão de que a economia, voltada principalmente para as atividades agrícolas, determinava essa condição. Por outro lado, cabe destacar que o exercício das atividades domésticas e especializadas por um número significativo de escravas solteiras com filhos escravos e de cativos designados individualmente leva a supor que os arranjos familiares matrifocais, ao contrário dos casamentos legais, ofereciam aos proprietários maior possibilidade de diversificar as ocupações dos cativos. Em primeiro lugar, supomos que essa diversificação dava-se por meio do papel feminino desempenhado dentro dos arranjos familiares, nos casos em que a escrava e seus filhos prescindiam da autoridade de uma figura masculina. Assim, decidir pelo desempenho de ocupações que careciam de deslocamentos diários, semanais ou de maior duração tornava-se

uma tarefa senhorial mais simples no mando diário desse tipo de grupo familiar. Em segundo lugar, em qualquer tipo de arranjo familiar, a flexibilidade feminina permitia que as mulheres fossem empregadas em quase todas as ocupações desempenhadas pelos cativos masculinos e ainda que realizassem, em maior número, as atividades domésticas. Por outro lado, os dados demonstram que apesar da menor diversificação do trabalho escravo dentro das maiores escravarias, esses proprietários não prescindiam dos arranjos familiares oficializados e dos arranjos matrifocais em seus plantéis, ocupando-os, em sua maioria, na lavoura.

Têm-se assim uma importância fundamental do arranjo familiar e do papel feminino dentro do total dessas escravarias. Todos os proprietários de cativos, independente do tamanho de seus plantéis (excetuando os proprietários de apenas um cativo), não prescindiam em utilizar os arranjos familiares. Pode-se corroborar, então, com a relevância da reprodução natural e a consequente formação de arranjos familiares para a manutenção e a reposição da mão-de-obra escrava da região, sendo a diversificação considerada pelos senhores de cativos, somente quando necessária ao aumento de renda, como no caso dos proprietários com até 19 cativos (conforme Tabela 7).

Consideramos também que a inserção de um cativo em um grupo familiar dependia de sua idade e origem, da história do plantel ao qual pertencia, da relação desses plantéis com o mercado de cativos e, finalmente, dos meios culturais que poderiam possibilitar ou não ao cativo a formação desse arranjo familiar.²⁰¹ Concluímos, então, por certa homogeneidade nas práticas dos senhores dessa região em relação à reprodução endógena; à manutenção de famílias escravas; no seu trato com o mercado de cativos, caracterizado por um relativo afastamento do mesmo; que permitiu a existência e permanência de arranjos familiares dentro desses plantéis até a década de 70 do século XIX. Homogeneidade que permeou, do mesmo modo, o tipo de economia praticada na região, ou seja, uma opção pela diversidade de produção e de mão-de-obra cativa, guardada a limitação apresentada por uma pequena economia local. Cabe, ainda, enfatizar a importância fundamental do arranjo familiar na formação e ampliação das escravarias localizadas no município de Vitória e vizinhanças durante o século XIX. Além dessas características,

²⁰¹ CACILDA & FLORENTINO, 2000, 51-70.

podemos constatar que, independente dos tamanhos de suas escravarias, os senhores capixabas possuíam plantéis onde as cativas desempenhavam um papel imprescindível por sua flexibilidade de emprego e por sua reprodução natural, além de os senhores utilizarem costumeiramente o trabalho de crianças advindas de suas escravas, dados que aprofundamos a seguir.

3.6 O TRABALHO DE INFANTES E CATIVAS

De acordo com os dados arrolados em nossa pesquisa, do total de 979 crianças concentradas na primeira faixa etária (conforme Tabela 10 acima), detectamos uma quantidade de 637, com idade abaixo de 12 anos, inseridas em 547 arranjos familiares.²⁰² Evidentemente, uma configuração dessa natureza traz implicações para uma análise que se propõe avaliar o envolvimento de escravos no mundo do trabalho. Em princípio, parece plausível que as atividades dos escravos não se transformassem em impedimentos aos arranjos familiares. Depois, pode-se deduzir que a tolerância às famílias escravas podia repercutir no mundo do trabalho, com o aproveitamento de crianças na produção e no aumento de certos cuidados na preservação da vida das gestantes e dos lactentes. Esses cuidados, se mantidos por décadas, provavelmente, influenciariam na diminuição da mortalidade infantil e numa expectativa de vida mais longa para os cativos, haja vista que o percentual de escravos incluído na terceira faixa etária corresponde quase à metade do contingente infantil. Enfim, deve-se cogitar sobre o incentivo e a estabilidade dos laços familiares e sobre o papel dessas famílias escravas em relação ao trabalho desempenhado na região. No gráfico abaixo apresentamos a relação entre o sexo e a faixa etária dos escravos:

²⁰² Cabe esclarecer que desse total de 979 crianças há uma soma de 11 crianças entre 2 e 5 anos designadas como livres em virtude da Lei do Ventre Livre de 1871 e pertencentes a arranjos familiares oficializados com pais e mães escravos. Para uma melhor homogeneidade dos dados preferimos quantificar essas crianças inseridas dentro dos grupos familiares indicados pela fonte. Não há indicação de crianças livres pela Lei do Ventre Livre de 1871 nos grupos familiares formados por escravas solteiras e seus filhos escravos, apesar de existirem nesses grupos um total de 1 criança de 2 anos, 8 crianças de 3 anos, 6 crianças de 4 anos e 58 crianças de 5 anos.

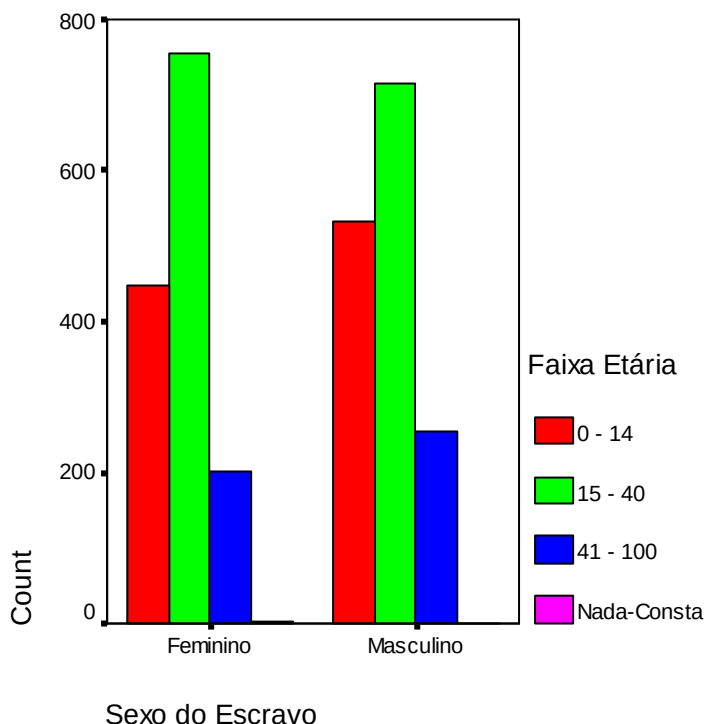


GRÁFICO 3 - FAIXA ETÁRIA DOS ESCRAVOS

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Vale confirmar que as três faixas etárias apresentavam equilíbrio entre os sexos, havendo, também, aproximação quantitativa entre a primeira e segunda faixa etária, mais uma vez mostrando a preponderância das famílias na constituição das escravarias, em detrimento do tráfico, marcadamente dominado por escravos do sexo masculino basicamente em idade reprodutiva.

Nas informações sobre a aptidão desse contingente escravo para o trabalho, apesar de um número grande de crianças (33,7% conforme Tabela 10 acima), um quantitativo de 979 infantes, a segunda faixa etária, com idade produtiva, é a mais significativa, pois conta com 50,5% do total dos escravos. Os dados, contudo, revelam que a maioria apta alcançava a cifra de 74,6%, ultrapassando o contingente de cativos com idade de 15 a 40 anos. O restante desses indivíduos originava-se de outra faixa etária, que não podia ser apenas os cativos com mais de 40 anos, pois integralizavam 15,6% (conforme Tabela 10 acima). Para o restante do percentual, cerca de 8,5% dos cativos aptos, a fonte esclarece que originava-se da faixa etária de crianças de 12 a 14 anos. Crianças de 9 a 11 anos, geralmente, dividiam com os escravos mais idosos o termo “leve” em relação à aptidão para o trabalho, mesmo

desempenhando ao lado dos adultos e dos idosos as mesmas profissões relacionadas pela fonte, o que podemos ver na Tabela 13:

TABELA 13 - APTIDÃO PARA O TRABALHO

Aptidão	Frequência	Percentual válido
Apto	2.169	74,6 %
Leve	224	7,7 %
Inválido	3	0,1 %
Criança-Nada Consta	512	17,6 %
Total	2.908	100,0 %

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Mais uma vez observamos que a família revelava-se com muita utilidade para os senhores, pois não apenas lhes fornecia a renovação da dispendiosa mão-de-obra, se adquirida nos mercados abastecidos pelo tráfico, como também lhe aumentava rapidamente o contingente de trabalhadores à sua disposição, uma vez que algumas crianças ingressavam oficialmente no mundo do trabalho com apenas 9 anos, exercendo as mesmas profissões designadas para os adultos, constando um total de 186, ou seja, 18,9% do total de 969 crianças arroladas com até 14 anos.²⁰³ Um total de 285 crianças acima de 12 anos também labutavam ao lado dos cativos adultos. E cabe considerar que as 509 crianças abaixo de 12 anos discriminadas como “sem profissão”, provavelmente também trabalhavam ao lado de seus pais nas lavouras e em outras ocupações exercidas pelos cativos que comportavam a presença de infantes.

²⁰³ No 1º Livro de classificação de escravos não constam dados sobre a profissão e aptidão para o trabalho da maioria das crianças menores de 12 anos de idade. As crianças abaixo de 12 anos que não foram designados com profissões e aptidões para o trabalho estão relacionadas nos dados “Menores de 12 anos – Nada consta”. Todas as crianças que receberam esses dados, de 9 a 12 anos, como as de 12 a 14 anos, sendo que essas últimas estão comumente relacionadas com sua profissão e consideradas aptas para o trabalho, foram inseridas nas profissões especificadas pela fonte e relacionadas na primeira faixa etária (0-14 anos). Havia crianças abaixo de 12 anos, num total de 186, como visto acima, que possuíam profissão, mas foram designadas com o termo “leve” em relação à sua aptidão para o trabalho, juntamente com 38 escravos acima de 40 anos, somando o total de 224 cativos.

As constatações apresentadas até aqui revelam um viés para as considerações a respeito desse mundo do trabalho, considerando a relevância do trabalho feminino e infantil na produção escrava capixaba. Cumpre observar que, apesar do emprego das mulheres nos mais diversos meios econômicos e de sua possibilidade de reprodução natural, sabe-se que os homens sempre foram mais caros do que as africanas, em torno de 9% a 25% a mais, e representavam a maioria traficada no mercado atlântico de cativos. Em áreas com alto grau de integração ao mercado, “as empresas escravistas se beneficiavam do baixo preço dos cativos e centravam sua estratégia de reprodução econômica no encurtamento do intervalo entre o dispêndio da compra do escravo e sua amortização”²⁰⁴. Contudo, em uma região com a conformação escrava como a existente na cidade de Vitória e adjacências, parece possível inferir que essa lógica demográfica empresarial não se tornou a tônica dessa sociedade escravista, tendo a reprodução endógena e os arranjos familiares um papel fundamental na economia escrava local, aumentando, assim, a importância da mulher e das crianças dentro das escravarias. Observemos os dados analisados na tabela abaixo:

TABELA 14 - OCUPAÇÃO, SEXO E FAIXA ETÁRIA DO ESCRAVO (cont. na pág. seguinte)

Faixa Etária			Sexo do Escravo		Total
			Fem.	Masc.	
0 - 14	Ocupação do Escravo	Lavoura	187	245	432
		Cozinheira/o	3	3	6
		Jornaleiro/a	2	2	4
		Carpinteiro	0	3	3
		Costureira	7	0	7
		Seleiro	0	1	1
		Sapateiro	0	1	1
		Pedreiro	0	3	3
		Doméstica/o	4	4	8
		Alfaiate	0	1	1
		Copeiro/a	0	2	2
		Menores abaixo de 12 anos - Nada Consta	243	269	513
		Total	446	533	979
15 - 40	Ocupação do	Lavoura	619	624	1243

²⁰⁴ FLORENTINO. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX/ Manolo Florentino. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.60.

	Escravo				
		Cozinheira/o	73	9	82
		Jornaleiro/a	1	18	19
		Carpinteiro	0	18	18
		Engomadeira	8	0	8
		Costureira	29	0	29
		Lavadeira	19	0	19
		Padeiro	0	2	2
		Ferreiro	0	1	1
		Pedreiro	0	20	20
		Doméstica/o	5	1	6
		Teceloa/ão	1	0	1
		Alfaiate	0	6	6
		Marítimo	0	7	7
		Copeiro/a	3	6	9
	Total		758	712	1470
41 - 100	Ocupação do Escravo	Lavoura	164	230	394
		Cozinheira/o	26	2	28
		Jornaleiro/a	0	2	2
		Carpinteiro	0	5	5
		Engomadeira	4	0	4
		Costureira	1	1	2
		Lavadeira	2	0	2
		Pedreiro	0	4	4
		Doméstica/o	4	0	4
		Teceloa/ão	2	2	4
		Alfaiate	0	2	2
		Pescador	0	1	1
		Copeiro/a	0	2	2
	Total		203	252	455
Nada-Consta	Ocupação do Escravo	Lavoura	1	0	1
		Costureira	1	0	1
		Nada-Consta	1	1	2
	Total		3	1	4

Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Quanto ao serviço das cativas, essas dividiam com os homens o serviço das lavouras. Por outro lado, eram maioria em ocupações como costureiras, cozinheiras e lavadeiras, como a escrava Melinda, costureira de 31 anos, pertencente a José Francisco de Almeida Monjardim. Ela possuía dois filhos, Lia, de 9 anos, e Napoleão de 8 anos. Outra escrava chamada Philomena, com a mesma idade de Melinda, também era costureira e pertencia ao mesmo senhor. Sua família era formada por 3 filhos: Glicéria, de 14 anos, que já exercia a profissão de costureira como sua mãe;

Felisberto, de 11, e Graciliano, de 6 anos. Sobre seus outros 2 filhos não constava dados relativos à profissão.

Em relação ao contingente infantil observamos que não se tornaram um fardo para os senhores, pelo contrário, foram aproveitadas desde tenra idade, como mão-de-obra para a lavoura, principal motor dessa economia, podemos citar como exemplo a família da escrava Paula, de 33 anos, pertencente a Manoel Francisco Freire. Essa escrava se ocupava da lavoura em companhia de seus 4 filhos, Fermino de 17 anos, Philomeno de 14 anos, José de 12 anos, e Adelaide de 7 anos. A única criança que não foi considerada apta para o trabalho foi Adelaide. Os infantes também serviam aos preceitos de diversificação do trabalho cativo existente nessa região, percebemos na Tabela 14 acima que as crianças atuavam nas mesmas ocupações que os adultos. Entre elas estava o escravo José, de 13 anos, que desenvolvia a profissão de carpinteiro, filho da escrava Celestina, lavadeira. A família ainda possuía outra criança chamada Balbina, de 11 anos, sobre a qual não constam informações profissionais. Observamos, assim, que a criança se inseria no trabalho por volta dos 9 anos de idade. Mas Pinheiro²⁰⁵ alerta que em Salvador, na segunda metade do século XIX, foram detectadas crianças de até quatro anos trabalhando no serviço doméstico. Entendemos, então, que mesmo as crianças abaixo de 9 anos, não especificadas na fonte analisada nesta pesquisa, como aptas para exercerem profissões, poderiam estar inseridas no universo de trabalho cativo.

Após a apresentação dos dados podemos concluir que mulheres e crianças escravas assumiam tarefas no mundo do trabalho comuns aos homens, principalmente nas lavouras. Deve-se ponderar, então, que as atividades agrícolas desenvolvidas nessa região, ocupações em que os escravos eram mais utilizados, absorviam de forma bastante igualitária a mão-de-obra masculina, feminina e infantil, sem muitos prejuízos. Em pequenas, médias ou grandes propriedades a mão-de-obra escrava tornou-se imprescindível. Por outro lado, nas tarefas desenvolvidas no ambiente da cidade de Vitória, as mulheres, com sua versatilidade, também eram bem-vindas, principalmente nos pequenos e médios plantéis inseridos nesse ambiente ou próximo a ele, que eram os que mais diversificavam o emprego da

²⁰⁵ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador: 1850-1888. In: **Afro-Ásia**, 32, 2005, 159-183.

mão-de-obra escrava. Nesse ínterim podemos citar um fator de importância fundamental para tal configuração, ou seja, o aluguel de mão-de-obra praticado pelos senhores existentes na cidade de Vitória e suas adjacências. Esse negócio movimentava uma maioria de mão-de-obra feminina empregada nos serviços domésticos, além de não prescindir da mão-de-obra de crianças como pajens e mucamas. É importante enfatizar, também, que os anúncios de compra e venda de cativos no mesmo período explicitados nos periódicos privilegiavam as negociações de mulheres cativas inseridas nos serviços domésticos e rurais. Assim, nessa região composta por Vitória e adjacências, pode-se coligir que a escravidão baseava-se, principalmente, no trabalho de escravos inseridos em arranjos familiares, no qual as mulheres e crianças assumiram uma participação fundamental. Cabe, agora, analisar as nuances desse trabalho cativo desenvolvido nas ruas e vielas da cidade de Vitória e nas suas vizinhanças.

4. TRABALHO E COTIDIANO ESCRAVO

4.1 O ESCRAVO, A CIDADE E O TRABALHO.

Em análises de Antônio Geraldo Soares²⁰⁶, acerca dos escravos e libertos em Vitória, destaca-se um processo de queixa movido contra Ângelo Marcellino acusado de “seduzir” um cativo chamado Ignácio, propriedade de Antonio Gonçalves Laranja. Nesse auto criminal se faz presente a questão da igualdade entre escravos e libertos no cotidiano da cidade de Vitória, proporcionada pela cor. O escravo chamado

²⁰⁶ SOARES, Geraldo Antônio. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 26, nº 52, jul-dez/2006, p.128.

Ignácio havia sido visto transitando livremente na cidade em companhia do réu, porém uma testemunha inquirida alegou ter visto o réu em companhia de uma pessoa de cor preta, mas que não a reconheceu. Em outras análises sobre fugas de escravos na Província capixaba, na segunda metade do século XIX, Soares também demonstra a facilidade que o cativo fugido possuía de se passar por uma pessoa livre numa sociedade onde a cor negra, apesar de remeter a uma ascendência escrava, podia não ser sinônimo de escravidão. O autor concluiu que era difícil reconhecer uma pessoa, naquele período, simplesmente pela sua cor ou ocupação.²⁰⁷ Portanto, não é difícil atentar para a complexidade das relações sociais nesse contexto escravista do Império brasileiro. Esses casos explicitam algumas nuances dessa questão. Escravos e livres distinguiram-se pelo *status* social, mas outros fatores os tornavam indistintos, como a cor.²⁰⁸

Os dados populacionais da região Central da Província capixaba do ano de 1872 confirmam a existência de uma população, em grande parte, miscigenada. Veja os dados a seguir:

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DA CAPITAL DE VITÓRIA E DAS LOCALIDADES VIZINHAS DO ANO DE 1872

Região central	Branco s	Pardos	Pretos	Caboclos	Escravos
Capital de Vitória	1.503	1.781	880	48	965
Espírito Santo	419	801	460	68	511
Cariacica	1.157	2.692	1.235	198	1.160
Viana	837	2.362	1.358	46	1.224
Carapina	159	716	250	24	251
Serra	1.366	1.682	1.062	169	1.464

²⁰⁷ SOARES, Geraldo Antônio. Quando os escravos fugiam: província do Espírito Santo: últimas décadas da escravidão. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUC-RS, v. 29, nº 1, jun/2003, p.53-72.

²⁰⁸ Hebe Maria Mattos (1998) também demonstra em suas pesquisas a ocorrência de conflitos causados pelas menções à cor do indivíduo, no século XIX.

Queimado	834	1.664	717	117	762
Nova Almeida	377	621	446	747	460
Santa Cruz	697	982	301	1.490	400
Total	7.349	13.301	6.709	2.907	7.197
Total	7.349	22.917			7.197
Total	30.266				7.197
Total de Livres Miscigenados	15.720				

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger/Typ.Commercial, 1876, 12 volumes, Espírito Santo. Disponível em www.cebrap.org.br/recenseamentos/01/index.html. Acesso em 08 de dezembro de 2007.

Observemos que de um total de 30.266 habitantes somente 7.349 foram designados como brancos, enquanto o número de pardos, pretos e caboclos era de 22.917 indivíduos. Diminuindo o número de pardos, pretos e caboclos da quantidade de escravos do período, sobra um total de 15.720 indivíduos livres e miscigenados, ou seja, 68,59% do total populacional da região. Essa característica não fazia parte apenas da população da cidade de Vitória e suas vizinhanças. Nas freguesias do Rio de Janeiro, em 1.779, as pessoas miscigenadas representavam 31% do total da população, e em Campos dos Goitacazes a população parda e preta livre representava mais de um terço da população total; enquanto em Minas Gerais, no ano de 1830, os mestiços representavam dois terços dos homens livres.²⁰⁹ Entretanto, consideram-se, aqui, as expressões de cor (negro, preto, pardo, mulato, etc.) como designação não só da aparência, mas também, da condição social, variando de acordo com cada época e lugar. Como assevera Roberto Guedes,

embora os significados dessas expressões, em cada época e lugar, variem, há um afastamento gradativo do passado escravo expresso na cor, o que implica dizer que se vão modificando com o tempo os espaços de (re) inserção social [...]. Obviamente, isso não elimina a distinção entre livres, libertos e escravos, mas ressalta a necessidade de distinguir forros e descendentes, em termos de distanciamento da escravidão. Em suma, a mobilidade social é geracional e, por conseguinte, de âmbito familiar.²¹⁰

Era, então, nesse espaço social formado pela cidade de Vitória e suas vizinhanças, onde os indivíduos não podiam ser distinguidos apenas pela cor, que transitavam

²⁰⁹ MACHADO, 2006, p. 520.

²¹⁰ GUEDES, 2006, p. 454.

diariamente escravos e livres em prol de seus afazeres, suas distrações, seus compromissos religiosos e amorosos. Tanto senhores, quanto livres pobres e escravos dividiam os espaços da cidade de Vitória em busca de seus interesses e podiam estar sujeitos, em algum momento, a crimes e conflitos trazendo à tona as diferenças sociais submersas nessa região.

Nas primeiras décadas do século XIX, a ainda intitulada Vila da Vitória, encontrava-se cercada por fazendas de cana, algodão, milho, arroz, mandioca e até flores. Possuía uma população pequena e diferenciada: proprietários, senhores, missionários, soldados, brancos, negros, mulatos, pardos, crioulos, livres, escravos ou libertos.²¹¹ Percebeu-se, assim, que desde o começo do século, Vitória se destacava, pois se tratava do único espaço físico da província capixaba, nesse período, que concentrava um número populacional razoável (como descrito nas Tabelas 3 e 4) e os serviços institucionais e religiosos do período. Em 17 de março de 1823, seis meses após a proclamação da Independência do Brasil, a Vila da Vitória foi elevada à categoria de cidade, transformou-se, também, paulatinamente, na capital política e administrativa da Província capixaba.

No ano de 1850, o espaço da Capital já apresentava um desenvolvimento considerável em relação às outras localidades. Havia em Vitória ruas de comércio, igrejas, conventos e portos que movimentavam mercadorias e passageiros. O desenvolvimento da região, com a necessidade do constante alargamento das vilas e povoados e a construção de ruas e praças, também não poupava as cercanias da cidade de Vitória, tornando-se assunto de pauta das instituições municipais, como observamos no fragmento do ofício remetido ao presidente da Câmara municipal de Vitória pelo fiscal de Cariacica Joaquim Pereira Leite de Aguiar, no ano de 1857:

Cumprindo o determinado em ofício vê V. S.^a que cobriu copia de Portaria nº 24 de 25 de Agosto último, ordenando em nome da Câmara Municipal que informe com urgência, que quantidade de terrenos podem ainda carecer as povoações d'esta Freguesia, para ruas, praças e arraiais, tenho a honra de declara que existindo na referida Paróquia quatro povoações a saber, Cachoeiras, Destacamento Duas Bocas, Roda D'água e [...] se faz necessárias designar a sede d'elas, e munir-lhes uma quantidade de terrenos suficiente para suas ruas, e praças no futuro, quando esses lugares chegarem a ser erigidos em distritos, ou novas Freguesias,

²¹¹ MERLO, 2003, p. 23 a 40.

tornando-se necessário que seja arruada, e demarcada uma extensão, que pareça suficiente no lugar aonde se acha situada a Matriz [...]²¹²

Assim, por meio da análise perpetrada nessa dissertação, observamos que apesar de uma proximidade entre os espaços físicos do campo e da cidade, característica do século XIX, a população dessa região, no período analisado, diferenciava o espaço da cidade, daquele localizado fora de suas cercanias, chamado de “sertões”. No anúncio inserto no periódico *Correio da Victoria*, do dia 13 de junho de 1857, no qual se desmente a chegada de um suposto cometa que destruiria o mundo no ano de 1860, temos:

Atenção

Previne-se ao respeitável publico desta cidade, e província que por ordem superior foi adiado o cometa, que tinha que acabar com este mundo em que vivemos, lá para o ano de 1860; por tanto fiquem todos descansados, e em paz de espírito; podendo aqueles que fizeram seus testamentos e quaisquer outras disposições de última vontade revogá-las e torná-las de nenhum efeito, pois o cometa não aparece hoje, como estupidamente disse o tal cônego da Bélgica, que em cálculos astronômicos está atrasadíssimo. Fazemos este aviso porque nos consta que muita gente se foi refugiar no sertão, onde sem duvida não devia chegar o cometa, e o fim do mundo! Dos pobres de espírito está o mundo cheio.

A população amedrontada com a divulgação no jornal sobre a chegada de um cometa, que destruiria a terra, procurou se refugiar nos sertões, isto é, fora da cidade de Vitória. Distinguiam também os escravos que se ocupavam das lavouras, denominando-os de “escravos de roça”, daqueles que trabalhavam no setor urbano da Cidade, ou seja, os “escravos de cidade”. Essa diferenciação foi apreendida nos anúncios de jornais onde havia essa referida distinção. Observe os anúncios de venda e aluguel de cativos respectivamente, insertos no *Correio da Victoria* em 16 de novembro e 4 de dezembro de 1850:

Escravos a venda por módico preço com dinheiro a vista, boas firmas ou fianças certas, e pequenos prazos; Joanna angola com uma cria; Prudente, angola de 25 anos ambos de roça; Delfino pedreiro, crioulo; Feliciano, mulato, de roça e cidade [...]

Alugam-se dois escravos para dentro da cidade quem os pretender dirija-se a esta typ. Que se dirá quem os tem.

Os escravos de roça (como demonstrado no capítulo 3) representavam a maioria dos cativos dessa região de economia baseada, preferencialmente, nas pequenas e

²¹² Arquivo Geral do Município de Vitória. Ofício remetido à Câmara Municipal de Cariacica em 12 de dezembro de 1857, por Joaquim Pereira Leite de Aguiar, Fiscal de Cariacica.

médias propriedades de produção agrícola diversificada e voltada para o comércio local e interno. Os plantéis de cativos eram formados, em seu conjunto, por um número equilibrado em relação ao sexo. Homens, mulheres e crianças cativas atuavam nas lavouras de café, açúcar, mandioca, feijão, milho e algodão.

Quanto às cidades brasileiras e aos seus escravos, é bom relatar, primeiramente, que tanto na Colônia quanto no Império, os centros urbanos serviam de entrepostos comerciais ocupando também o papel de sede dos poderes administrativos. O crescimento das concentrações populacionais, impulsionado pela vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no começo do século XIX, exigiu a adaptação da escravidão às necessidades e características próprias desse espaço físico e social. A escravidão nas cidades, assim, diferiu em aspectos importantes daquela encontrada na zona rural. Tornou-se necessário que as relações de trabalho entre senhores e escravos se adaptassem ao espaço físico limitado, em alguns casos, da propriedade urbana e às necessidades diferentes que impunham um menor número de trabalhadores. Cidades como o Rio de Janeiro e Salvador possuíam um grande número escravos dedicando-se às tarefas domésticas e realizando, também, uma grande gama de serviços ligados ao cotidiano das cidades.²¹³

Quanto à cidade de Vitória, em relação ao serviço doméstico, era diferenciado como serviço interno, de casa, ou de “portas à dentro”, e em serviço externo de uma casa ou “serviço de rua”. Podemos constatar isso nos anúncios dos dias 02 e 12 de fevereiro de 1857 do Correio da Victória, respectivamente:

Anúncios

O abaixo assinado precisa alugar uma escrava para o serviço de uma casa de portas a dentro , serviço de pouca família, a pessoa que a tiver e queira, dirija-se com o mesmo anunciante [...]

Precisa-se alugar uma escrava para o serviço interno e externo de uma casa, quem a tiver e quiser alugar [...]

As escravas domésticas, além de saberem executar as tarefas básicas de uma casa de família, em alguns casos, desenvolviam outras aptidões como a feitura de doces

²¹³ Ver sobre o Rio de Janeiro, entre outros autores, KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**/ Mary c. Karasch; Tradução: Pedro Maia Soares, São Paulo; Cia das Letras, 2000. e ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822.** Editora Vozes Ltda. 1988. Sobre Salvador ver, entre outros autores, ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860.** São Paulo; Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

e rendas. Dentro das residências de seus senhores elas atuavam como cozinheiras, rendeiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas e costureiras, entre outras ocupações ligadas ao ambiente de uma casa. Homens também atuavam nesse tipo de trabalho. Os cativos domésticos, homens ou mulheres, eram responsáveis pela manutenção do abastecimento de água da residência de seu senhor e pela limpeza dos dejetos domésticos. Buscavam água nas fontes da cidade e levavam os dejetos domésticos para serem despejados no aterro do Cais do Santíssimo²¹⁴, o qual aparece como depósito do esgoto doméstico da cidade de Vitória, no ano de 1857.²¹⁵ Ou, transgredindo as Posturas municipais, os cativos despejavam os dejetos em outras localidades próximas às praias. Vejamos o anúncio abaixo, inserido no Correio da Victoria em 21 de abril de 1858:

Misericórdia!... Misericórdia!...

Precisa-se de providências da parte de quem toca, respeito o abuso de andarem Negros e Negras de dia com imundícies na cabeça para distribuírem-se nas praças da barca, e cais próximos as praias; bem como, fazerem a limpeza dos nojentos tigres antes das nove horas da noite como se acha nas posturas da Mm. Chamamos a atenção do respectivo Sr. fiscal para tal abusos.

À maré cheia.

Os dejetos domésticos eram transportados nos “tigres”- barris de madeira com tampas. Esse transporte, segundo as Posturas municipais, só poderia ocorrer após as nove horas da noite. Provavelmente ocorria a socialização dos cativos nesses horários em que saíam de suas residências para transportarem água e lavarem roupa nas fontes da cidade como a Fonte Grande e a da Capichaba. Os ajuntamentos de cativos eram frequentes e levavam as autoridades a tomarem medidas coercitivas, como percebemos no seguinte fragmento de ofício:

A bem da moralidade pública apresso-me em solicitar de V. S.^a providências, para que tenha na fonte grande e na da capixaba um guarda policial, a fim de evitar certos abusos que se dão nas ditas fontes, velando também sobre a limpeza, e não consentindo que os escravos façam ajuntamento como costumam..²¹⁶

²¹⁴ O cais do Santíssimo localizava-se onde foi construído, no governo de Moniz Freire(1892-1896) o Jardim Municipal. Em 1905 o local transformou-se no Éden-Parque. Hoje se encontra nesse local o Teatro Glória e a Rua Marcelino Duarte. ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: IJSN, 1986.

²¹⁵ Arquivo Geral do Município de Vitória. Ofício remetido à Camara Municipal de Victoria em 24 de março de 1857, pelo Barão de Itapemirim.

²¹⁶ Arquivo Geral do Município de Vitória. Ofício remetido à Câmara Municipal de Victoria em 28 de novembro de 1867, pelo Fiscal da Câmara Manoel Pinto Aleixo.

A fonte citada não permitiu saber mais sobre os abusos reclamados pelo fiscal da câmara, no entanto, o fiscal se refere aos ajuntamentos desses cativos ao redor das fontes da cidade, como costumeiro. Pode-se conceber que essas medidas coercitivas para vigiar o comportamento dos cativos não estavam tendo o efeito esperado.

Cumprir relatar que qualidades como: sadio, sem vícios, bem comportado, jeitoso e fiel, aparecem constantemente como exigências de quem desejava alugar um escravo ou escrava para os serviços domésticos. As amas de leite, parte desse universo, podiam ser escravas ou livres, e geralmente exigia-se também que fossem moças, sadias e sem vícios. Portanto, o cativo doméstico, por estar bem próximo de seus senhores, precisava seguir regras de comportamento mais rígidas. Homens também se ocupavam, no espaço doméstico dessa região, como criados e cozinheiros. As crianças também trabalhavam, geralmente, como pajens ou mucamas, muitas dessas, do sexo masculino. Ocupavam-se, do mesmo modo, como cozinheiras e domésticas para todos os serviços de uma casa.

Além das portas das casas, os cativos transitavam no espaço mais urbanizado da cidade de Vitória e vizinhanças, cotidianamente. Inúmeros escravos executavam os mais variados serviços especializados, semi-especializados ou de vendas. Os primeiros trabalhavam como marceneiros, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, pintores, padeiros, costureiras e serradores, entre outros ofícios. Os cativos que desenvolviam serviços mais especializados, como os de sapateiro, geralmente, trabalhavam em apenas uma profissão e na companhia de mestres, aos quais haviam sido entregues por seus senhores como aprendizes para aprenderem e, posteriormente, exercerem o ofício. As crianças também não prescindiam desses tipos de ocupações, as do sexo masculino atuavam, entre outras, como carpinteiros, seleiros e pedreiros, e como costureiras no caso de crianças do sexo feminino. O ofício de alfaiate, de sapateiro, de padeiro, de ferreiro e outras ocupações eram desenvolvidos em tendas ou lojas localizadas nas ruas da cidade de Vitória, como se pode ver no anúncio inserto no Correio da Victoria em 17 de junho de 1871:

O abaixo assinado tem para vender uma tenda de oficina de ferreiro pela quantia de 80\$000 reis: quem a pretender dirija-se a rua do Queimado desta cidade, para ver e tratar.
Victoria 2 de junho de 1871.
João Fernandes Castello.

Escravos carpinteiros desenvolviam suas atividades na casa de seus senhores e diretamente nas casas de seus clientes, como é o caso do escravo Eleutério, carpinteiro que morava no sítio de sua senhora, em Cariacica, e trabalhava de carpinteiro algumas vezes no próprio sítio ou na casa de terceiros, onde prestava seus serviços.²¹⁷ Os escravos que exerciam profissões menos especializadas desenvolviam inúmeras tarefas e eram, principalmente, os escravos alugados por seus senhores para trabalharem como domésticos em casas de particulares ou cativos de ganho que labutavam nas ruas e vielas vitorienses. Entre eles estava o escravo de Antonio ferreira da Rocha, Bernardo, que andava ao ganho na cidade e em suas imediações.²¹⁸ Cativos vendedores de pão, de bolos, de peixe salgado e de outros produtos faziam parte dos escravos mascateadores, isto é, vendedores, que podiam também trabalhar ao ganho, dependendo da determinação de seu senhor. Uma das posturas municipais da cidade de Vitória determinava que para o escravo trabalhar ao ganho seria necessário obter uma licença da Câmara Municipal de seu município. Observemos o artigo 52 do Código de posturas municipais do Município de Vitória: “Para vender quitanda, ter casas de negocio de qualquer espécie, ou mascatear, devera sempre proceder a licença da Câmara. Ao infrator, multa de 10\$000 reis”.²¹⁹

Na falta da licença necessária, o proprietário do escravo poderia ser multado como infrator. Vejamos o depoimento da escrava Maria, informante no auto criminal de infração de posturas do ano de 1866:

[...] nesta freguesia de Cariacica [...] no lugar citado Limão desta mesma Freguesia, aonde se achava o fiscal da mesma [...] e sendo ai apareceu Maria escrava de Francisco Xavier Coutinho, mascateando peixe salgado pelas estradas e casas da mesma Freguesia, e passando o respectivo fiscal, a informar-se da dita escrava, o que fazia com o peixe que trazia, respondeu-lhe que andava vendendo porque era cativa, e havia de fazer o que seu senhor mandava, e sendo isto em presença das testemunhas acima mencionadas, o que tudo foi examinado, e não lhe apresentando a licença que devia ter para mascateação por escravos, foi pelo mesmo fiscal

²¹⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Auto-criminal de Assassinato, 1856. Acusado: Eleutério, escravo de Joana Maria de Jesus, vítima: Francisco dos Santos Fraga, p.18.

²¹⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Auto criminal de Furto. Acusado: Bernardo: escravo de Antonio Ferreira da Rocha, vítima: Manoel Pinto Aleixo e Martins, 1854, s/n.

²¹⁹ CAMPOS, Adriana Pereira. Nas Barras dos Tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003, Anexos, p.251.

multado [...] na quantia de 100\$000 mil reis, como infrator do Artigo 104 do Código de Posturas Municipais [...].²²⁰

Como descrito acima, a vigilância pública não ficava totalmente alheia ao cotidiano dos cativos em Vitória, buscava várias formas de vigiar, regulamentar e punir, no que se referisse ao seu trabalho, por meio das já citadas posturas municipais. Numa cidade, onde a distinção entre os indivíduos parecia não ser tão fácil à primeira vista, levava-se à suspeição de todos. Para tentar manter as cidades sob o controle da Justiça eram criadas várias Leis municipais, que em conjunto eram denominadas Código de posturas. Tratava-se de um conjunto de disposições que visavam regulamentar as ações dos indivíduos nas cidades e observar como esses deveriam se comportar. As disposições eram específicas para cada município e as câmaras municipais deveriam criá-las para serem aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial. Esses dispositivos abrangiam os domínios públicos e privados.²²¹ Note no processo criminal de agressão física do ano de 1865, onde o escravo Marcolino, sapateiro, de propriedade de Bernardino Pinto Ribeiro foi agredido por dois praças de polícia chamados Francisco Pereira da Cruz e Honório Barboza da Silva, por ser encontrado na em uma casa de negócio à noite. No auto de perguntas do escravo Marcolino, temos:

[...] Perguntado como se deu o fato constante do corpo de delito? Respondeu que no dia 26 de outubro, achando-se ele respondente às nove horas da noite em casa de negocio de Manoel da penha Braga, onde tinha ido fazer algumas compras nessa ocasião chegarão duas praças de policia de nome Francisco Pereira da Cruz e Honório Barboza da Silva os quais se colocando nas portas da casa de negócio do mesmo Braga e perguntaram lhe o que ele respondente ali fazia àquelas horas, ao que respondeu ter ido fazer as compras por ordem de seu senhor[...]²²²

Da mesma forma, entre os artigos do código de postura da cidade de Vitória, já citados anteriormente, fazia parte o artigo 124, e a sua constante publicação nos jornais demonstram a preocupação das autoridades em manter os escravos sob vigilância. Vejamos a publicação do artigo no dia 07 de março de 1857:

De ordem do Illm. Dr. Chefe de polícia [...]

²²⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de infração de posturas, 1866**. Acusado: Francisco Xavier Coutinho, pág. 2.

²²¹ ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças populares**: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX, MG, Annablume, 2008, p. 74.

²²² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de agressão física, 1865**. Acusado: Francisco Pereira da Cruz e Honório Barboza da Silva. Vítima: Marcolino, escravo de Bernardino Pinto Ribeiro, pág. 12.

Artigo 124 - Todo o escravo que for encontrado depois do toque de recolher até o de alvorada sem escrito de seu Sr. Em que declare o fim a que vai, será recolhido a cadeia, ou se dará parte ao Sr para que pague por ele a multa de 2\$000 rs. Ou mande o castigar com 25 açoites ou 2 dúzias de palmatoadas. Excetuam-se os escravos que forem ou vierem das fazendas por mandado de seus Srs. ou feitores, com cargas e outros objetos que mostrem que eles vão ou vem de viagem. Secretaria da policia na cidade de Vitória, 05 de março de 1857.

O amanuense, Theodoro Euterpe Alfavaca.

Portanto, na cidade de Vitória e em suas imediações, isto é, nas suas cercanias, a vigilância e o controle da população escrava também adquiriram novos contornos diante dos diferentes tipos de trabalhos realizados pelos cativos. Apesar dos dispositivos legais que procuravam regulamentar a vida e o trabalho dos escravos, eles não eram cerceados no seu ir e vir pelos ambientes multifacetados da cidade de Vitória.

Continuando nossa análise sobre o cotidiano escravo da cidade de Vitória observe pelo recorte do artigo acima que as mulheres cativas não prescindiam do comércio efetivado nas ruas e estradas da região, como a escrava Maria, pertencente a Francisco Xavier Coutinho, que mascateava peixe salgado pelas estradas e casas da freguesia de Cariacica, também negociavam em quitandas instaladas no espaço citadino, como fazia a escrava de Francisca Maria da Conceição. Essa senhora possuía uma quitanda no Porto dos Padres, onde a escrava atuava como vendedora.²²³

No período destacado as ruas da Mangueira, do Comércio e da Alfândega concentravam a principal área de comércio da cidade e era onde a população de Vitória e de suas cercanias, inclusive a escrava, transitava, ativamente, para efetuar suas vendas, oferecer e procurar serviços ou produtos para consumo. A movimentada Rua da Mangueira começava na escadaria do palácio e terminava na Rua General Osório, e recebeu a denominação de Primeiro de março devido ao fim da Guerra do Paraguai, em 1º de março de 1870. No início da década de 1940, o prefeito Américo Poli Monjardim ordenou a demolição dos prédios da rua e mandou que se aplainasse a área ocupada por ela, área, desde então, desaparecida. A Rua do Comércio, principal área comercial do período, data do século XVII, com início na Rua General Osório indo até o cais Schmidt, já aterrado. Em 1969, a artéria recebeu

²²³ Arquivo Geral do Município de Vitória. Licença requerida à Câmara Municipal de Victoria em 26 de janeiro de 1847 por Victoria Francisca da Conceição.

o nome do ex-presidente do Estado, Florentino Avidos. Ficava de frente para o Porto dos Padres, também aterrado para a construção do atual cais do porto, onde foram construídos os primeiros quiosques à beira-mar e se concentrava o antigo comércio atacadista. A principal via de Vitória na atualidade, a Avenida Jerônimo Monteiro, era conhecida como Rua da Alfândega. Em 1872 ela recebeu o nome de Conde D'Eu, todavia, a partir de 1920, passou a ser denominada com o nome atual, indo da Escadaria do Palácio até a Praça Costa Pereira.²²⁴ Vejamos nos anúncios abaixo os comércios existentes na antiga Rua da Alfândega. O primeiro, incluso no Correio da Victoria de 30 de janeiro de 1850, e o segundo, inserto no Jornal da Victoria em dia 23 de março de 1867:

No armazém de molhados de Domingos Rodrigues Souto e filhos na Rua da Alfândega, vende-se carne seca própria para escravos a mil reis a arroba. Na rua da Alfândega nº 18, aluga-se cavalos para passeios ou viagens. (3-2)
Quarta 27 de março de 1867.

Mas o comércio na cidade de Vitória se estendia por ruas e vielas menos concorridas pela população, como exemplos podemos citar a Rua do Rosário, da Banca Velha, do Pelourinho, São Diogo, Porto dos Padres e Rua da Praia. Comportavam, no decorrer desse período, ourivesarias, marcenarias, alfaiatarias, barbearias, caldeirarias, lojas de secos e molhados e padaria. É recorrente nos jornais os anúncios de padarias solicitando os serviços de cativos alugados, como o anúncio abaixo da padaria existente na Rua São Diogo, inserido no Jornal da Victoria em 16 de outubro de 1867:

Atenção
O abaixo assinado estabelecido com padaria á rua S. Diogo nº 6 tem para vender, na mesma os seguintes gêneros:
Pão de todas as qualidades, roscas, bolachas americanas, sequilhos, doces califórnios, biscoitos brasileiros, pão-de-ló e pudins, assim como aprontamos qualquer encomenda tendente a sua profissão com todo asseio possível. Vitória, 11 de outubro de 1867.
Manuel Ferreira da Silva.

Além dos serviços prestados nas ruas e nos comércios da cidade de Vitória, os cativos podiam ser encontrados ocupados com a manutenção da iluminação pública e limpeza da cidade. No anúncio abaixo inserido no Correio da Victoria em 13 de outubro de 1855, temos:

²²⁴ ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

Precisa-se de doze ou dezesseis escravos para se empregarem no serviço municipal, ou limpeza de toda a cidade a bem da salubridade publica, vencendo o jornal de 1\$000 rs. diários, quem os tiver e quiser empregar neste ramo de serviço, dirija-se a Manoel Gonçalves Victoria.

Os cativos eram alugados pela municipalidade para manterem a iluminação pública em funcionamento ou ajudarem a compor as galés de presidiários encarregados da limpeza das ruas. O fragmento do ofício enviado à Câmara Municipal de Vitória, em 1868, é exemplo disso:

Requisito de V. S.^a as necessárias providencias a fim de me ser presente duas parejas de galés para se occuparem na limpeza das praças públicas desta cidade, que estão completamente sujas; pois, por várias vezes o Snr. Dr.^o Chefe de Policia, tem mandado ordem aos respectivos carcereiros para por a minha disposição duas parejas de galés porém esse tem deixado de cumprir, informando-me, que as vezes faltam as galés e outras as praças para os acompanhar.[...]

Também na região que circundava a cidade números significativos de trabalhadores realizavam tarefas específicas, por um período de tempo determinado. Nos períodos de colheitas de café e algodão esse tipo de prática era mais utilizada. Por exemplo, vejamos os anúncios de 6 de abril de 1850 e de 29 de abril de 1854 veiculados no Correio da Victória:

Anúncios

Engajam-se 40 ou 60 pessoas de qualquer sexo livres ou cativos, para serem empregados na colha de café em uma fazenda em Itapemirim, não excedendo suas idades menos de 14, e nem mais de 40 anos; quem tiver ou estiver nestas circunstancias. [...].

Trabalhadores

Para uma fazenda nesta província precisa-se de vinte ou mais trabalhadores (forros ou escravos) para o serviço de machado e rio a quem além do sustento lhe dará mensalmente doze mil réis a cada um trabalhador, a quem convier. [...].

O governo da província e as câmaras municipais utilizavam o aluguel de mão-de-obra na cidade e na construção de obras públicas fora do meio urbano. A construção de estradas necessitava de um grande número de trabalhadores livres e cativos, e no anúncio abaixo se oferecia, como incentivo, adiantamento de dinheiro ao senhor que disponibilizasse seus escravos para o trabalho de abertura da estrada que ligaria Minas Gerais ao Espírito Santo. Prometia-se, também, que os cativos seriam sustentados e tratados caso contraíssem alguma enfermidade. O anúncio é de 10 de outubro de 1855, e foi publicado no Correio da Victoria:

Anúncios

O abaixo assinado estando autorizado pelo Exmo. governo da província para fazer abrir a nova estrada que vai dar comunicação desta província

com a do Espírito Santo [...] convida a todas as pessoas que queiram ganhar um bom jornal diário na construção desta estrada; queiram quanto antes procurá-lo na cidade da Itabira [...] Previna-se mais aos senhores de escravos que queiram alugá-los para esse trabalho da estrada, sendo os escravos fortes e bons de serviço, paga-se o seu jornal diário, a razão de 200\$000 por ano; e serão sustentados e tratados nas enfermidades ali; e também não se duvida adiantar alguma quantia de dinheiro a àqueles Srs. que para aquela estrada mandarem seus escravos trabalhar [...]

Na construção de casas particulares e igrejas, da mesma forma, utilizava-se a mão-de-obra escrava.

E, por outro lado, observamos uma característica fundamental de alguns escravos desse espaço social: muitos deles desempenhavam variadas ocupações. Como exemplo citamos o escravo Damião, pertencente a Anna e Maria, irmãs do finado Manuel Francisco Guimarães. O escravo foi acusado de assassinar um liberto chamado Gregório no ano de 1862. No ato de qualificação o réu é perguntado sobre seu nome, idade, estado, naturalidade, profissão e residência. O réu disse “chamar-se Damião, de vinte e dois anos de idade, solteiro, natural d’esta cidade, trabalha de lavoura, e na falta disto é ganhador e residente no sítio Campinho”²²⁵. Uma das tarefas de Damião, após terminar seus afazeres no sítio onde morava, era vender bolos feitos por suas senhoras pelas ruas da cidade. Outra comprovação da versatilidade dos cativos eram as negociações de compra, venda e aluguel, nas quais prevalecia uma maioria de cativos com variadas profissões (o que abordaremos mais profundamente nos subtópicos 4.2 e 4.3).

Cabe, então, para finalizar, inferir que os cativos estavam presentes nas casas, ruas, e vielas vitorienses, desempenhando variadas profissões, e presentes em diversos espaços sociais da Cidade, movimento que fazia parte da realização de suas tarefas e de sua vivência cotidiana.

4.2 ORELHA POR ORELHA

Até as últimas décadas do século XIX, numa sociedade escravocrata como a brasileira, não era incomum, nem causava espanto, as diversas formas de negociação às quais os cativos eram submetidos. Eles podiam ser comprados, vendidos, trocados, doados, alugados, hipotecados, leiloados, segurados e fazer

²²⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de homicídio, 1862**. Acusado: escravo Damião. Vítima: Liberto Gregório, pág. 12.

parte de qualquer outra forma de negociação, sob a vontade e determinação de seu senhor.²²⁶ O cotidiano das cidades tornava mais visível essa face da escravidão brasileira. Em Vitória, nesse período, o único indício sobre a existência de um depósito público foi encontrado no anúncio inserto no Correio da Victoria do dia 27 de julho do ano de 1849. Vejamos abaixo:

Vende-se uma escrava de nome Anna, cabra, com 21 a 22 anos de idade, perfeita costureira, rendeira, e engomadeira; a quem convier, para vê-la, no deposito publico, e para tratar sobre a compra com Manuel Pinto de Jesus, com loja de sapateiro ao canto de Santa Luzia.

No anúncio observamos que não há endereço do referido depósito público. Não obstante, a presente pesquisa revelou que Vitória não prescindia de um cotidiano movimentado por esses tipos de eventos. Uma das formas de adquirir um escravo na cidade era por meio da arrematação, em leilões, de bens pertencentes a inventários que eram apregoados na porta da casa do juiz de órfãos. As chamadas para os leilões eram publicadas diariamente nos periódicos jornalísticos. Por exemplo, apresentamos esta publicação de 15 de julho de 1857 do Correio da Victoria:

Pelo juízo de órfãos se hão de arrematar nas praças dos dias 15,18, e 22 do corrente, à porta da casa do respectivo juiz, à rua Grande, os bens seguintes: Uma morada de casas térreas sita à rua da praça desta cidade, diversos moveis que deixarão de serem vendidos, nas praças passadas, pertencentes ao inventario de Rosa Maria dos Remédios, o escravo de nome Agostinho mulato de 6 anos de idade, o escravo de nome João, crioulo de 21 anos de idade, pertencentes ao inventario de Francisca Maria de Jesus; a escrava Maria, parda de 26 anos de idade, pertencente ao inventario de Antonio das Neves Marins, cujos valores existem no cartório onde podem ser vistos.- Cidade da Victoria 14 de julho de 1857.
O escrivão de Órfãos.
A. A. Palhares dos Santos.

O comércio de cativos também acontecia através de anúncios publicados nos periódicos jornalísticos que circulavam cotidianamente na cidade de Vitória e arredores. Foi possível observar a existência de um comércio regular de escravos com a publicação constante de anúncios de compra, venda e aluguel de cativos. A maioria dos anúncios de compra e venda possuía como referência, para as

²²⁶ MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. Fonte digital. Digitalização e edição em papel de 1866, Rio de Janeiro- Typografia Nacional- Rua da Guarda Velha, 2008. <http://www.scribd.com/doc/3824085/A-Escravidao-no-Brasil-Vol-I-Agostinho-Marques-Perdigao-Malheiros?autodown=pdf>

negociações, as tipografias dos jornais e poucos indicavam a residência ou o comércio do interessado. Tomando como enfoque a compra e venda de escravos no cotidiano capixaba, cabe demonstrar, por meio de levantamentos e quantificação dos dados dos anúncios jornalísticos, que se comprava e vendia escravos, em sua maioria, do sexo feminino, tanto para a execução de ocupações domésticas quanto para as rurais. Vejamos os dados nos gráficos abaixo:

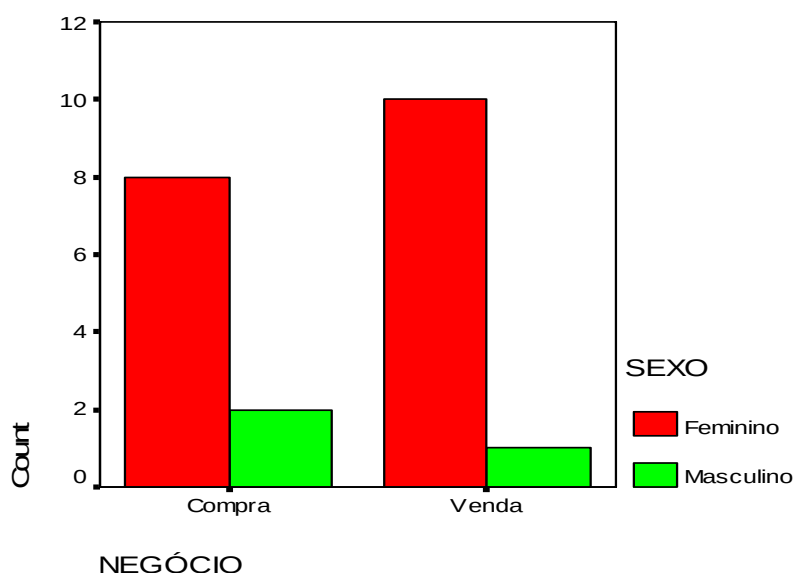


GRÁFICO 4 - TRABALHO DOMÉSTICO

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Anúncios de compra e venda de cativos - Periódicos jornalísticos: Correio da Victoria, Jornal da Victoria e o Espírito Santense.

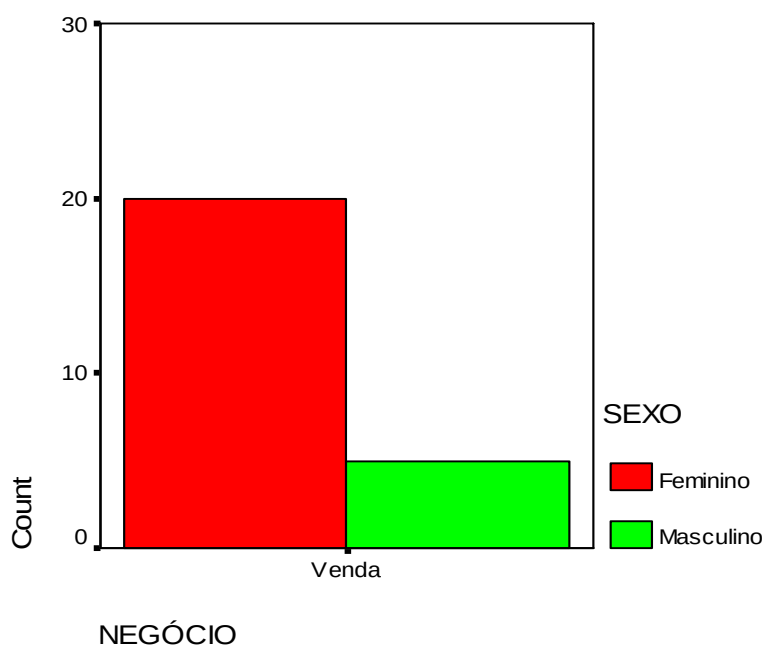


GRÁFICO 5 - TRABALHO RURAL

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Anúncios de venda de cativos - Periódicos jornalísticos: Correio da Victoria, Jornal da Victoria e o Espírito Santense.

O quantitativo de homens negociados supera o de mulheres no caso dos cativos multifuncionais, ou seja, aqueles que sabiam executar variados tipos de trabalhos como cozinheiro e lavrador, cozinheiro e oficial de carpinteiro, ou cativas que cozinham, lavavam, costuravam e faziam doces. Provavelmente, os homens possuíam mais oportunidades de se especializarem, pela boa vontade de seus senhores. Observemos o gráfico abaixo:

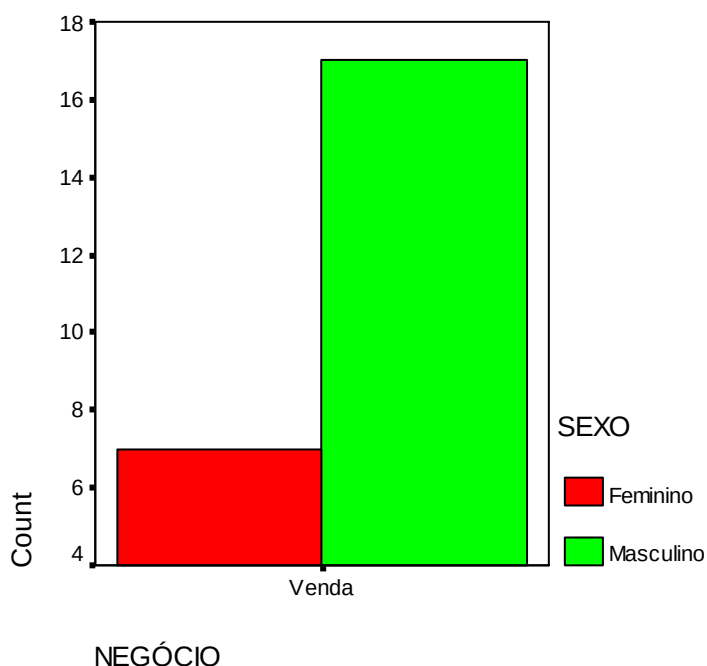


GRÁFICO 6 – TRABALHO: VÁRIOS

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Anúncios de venda de cativos - Periódicos jornalísticos: Correio da Victoria, Jornal da Victoria e o Espírito Santense.

As mulheres cativas, voltadas para o trabalho doméstico, prescindiam de maiores gastos com sua especialização. No entanto, em algumas ocupações como a de costureiras, seu número era significativo (conforme tabela 14).

Por outro lado, os anúncios de compras, vendas e aluguéis de cativos publicados pelos periódicos jornalísticos não permitem entrever, em alguns casos, as facetas conturbadas dessas negociações, as quais não estavam isentas de conflitos. Por meio da análise dos autos criminais foi possível constatar a ocorrência de negócios de compra, venda e troca de cativos mal sucedidos, que envolviam tentativas de estelionatos, dos quais participavam senhores e escravos. Esses negócios podiam trazer prejuízos financeiros e morais para os senhores e acarretar mudanças de vida radicais para os cativos.

Um desses conflitos ocorreu no ano de 1857 originando uma acusação de estelionato contra Manoel Ferreira das Neves que teria tentado finalizar, em seu benefício, uma escritura de doação de um escravo chamado Victorino, cuja posse era de Alexandra Maria Francisca. O segundo tabelião do Judiciário da Cidade, Antonio Augusto Nogueira da Gama, em seu esclarecimento prestado à Justiça, declarou que o réu procurou-o e perguntou se era necessária a presença do

vendedor ou do comprador no caso da feitura de um contrato. O tabelião respondeu que não era possível a realização de um contrato sem a presença das duas partes envolvidas, contudo, a confirmação da documentação e o fechamento da negociação ficavam por conta do tabelião. Assim, consoante Antonio Augusto Ferreira da Gama

Com esta resposta retirou-se Pereira das Neves, e voltou no dia quinze seguinte, ao cartório, entregando-me a distribuição supra transcrita; ainda falou –me sobre o lavramento da escritura, como que querendo que eu a lavrasse no cartório, independente da outorga da doadora, pois dizia-me ele:- a doadora não sabe ler, nem escrever, quem assina por ela é o seu procurador João dos Santos Lisboa, pessoa honrada, e de muita probidade, por isso não pode duvidar=: disse-lhe que eu era o primeiro a reconhecer as qualidades de Santos Lisboa, mas que reconhecendo tão bem, que a lei me impunha, rigorosamente, o dever de tomar outorga, não podia deixar de ir a casa da doadora Alexandra; a vista disto nada mais me tornou Ferreira das Neves, e retirou-se [...].²²⁷

Nesse mesmo dia o tabelião visitou a casa da pretensa doadora e “lendo-lhe a distribuição ficou surpreendida, pôs as mãos na cabeça, gritando que era falsa semelhante doação, que ela nunca pretendeu fazer, que lhe queriam roubar seus bens”²²⁸. Manoel Ferreira das Neves não se encontrava presente no momento da aferição da negociação e, segundo o testemunho do tabelião, nunca procurou saber o resultado da visita. Contudo após o andamento do processo e do depoimento de várias testemunhas constatou-se que a viúva Alexandra Maria Francisca havia assinado um bilhete de doação do escravo em nome do réu por esse sempre ter-lhe prestado bons serviços. Ao ser chamado novamente para apresentar declarações, o tabelião admitiu que

e não declarou naquela ocasião tudo o que sabia.[...] foi por esperar que lhe fosse perguntado ou pelo Juiz ou pela Promotoria, e tanto que ele mesmo testemunha o tem declarado a todo mundo, isso por ter sido ele o mesmo que passou na qualidade de procurador da doadora o bilhete de doação. Disse mais que explica a contradição existente entre o bilhete de doação e a oposição da doadora à escritura da mesma doação à má fé da doadora [...].²²⁹

O caso foi julgado improcedente com a justificativa de ter havido má fé por parte de Alexandra Maria Francisca, já que ela havia feito, em nome do réu, um bilhete de

²²⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1857**. Acusado: Manoel Ferreira Neves. Vítima: Alexandra Maria Francisca, pág. 4.

²²⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1857**. Acusado: Manoel Ferreira Neves. Vítima: Alexandra Maria Francisca, pág. 4.

²²⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1857**. Acusado: Manoel Ferreira Neves. Vítima: Alexandra Maria Francisca, pág. 28.

doação, e depois negou concluí-la por meio de uma escritura. Quanto ao escravo Victorino, antes do término do processo havia sido retirado do poder de sua senhora e encontrava-se preso na cadeia da Cidade de Vitória. Não se sabe a mando de quem. Suspeitou-se que foi a mando de Manoel Ferreira das Neves.

Outra negociação mal sucedida ocorreu numa troca de escravas entre Juliana Maria da Encarnação, autora do processo, e Manuel Ferreira Dias, considerado réu. Juliana Maria da Encarnação, por meio de seu procurador e filho Candido Maria da Silveira, repassou um valor de 250.000 réis a Manuel Ferreira Neves por ser sua escrava considerada de valor inferior à do acusado. Tentando-se evitar o pagamento da meia sisa²³⁰, a troca foi documentada como sendo “orelha por orelha”, ou seja, uma pela outra. No entanto, após a negociação, Juliana Maria da Encarnação percebeu que a escrava de Manuel Ferreira Dias era “doida”²³¹ e a troca foi desfeita, mas o acusado não devolveu a diferença em dinheiro sendo incriminado judicialmente por Juliana Maria da Encarnação. A testemunha Bernardino de Senna, caixeiro da loja onde foram negociadas as escravas, fez o seguinte relato:

[...] Pela testemunha foi declarado que na ocasião em que se iam passar os papéis Candido Maria da Silveira disse ao réu que se devia pagar a sisa da diferença da troca das duas escravas; mas pelo réu foi dito que não valia pena pagar aquela bagatela pelo que então se passaram os papeis declarando que a troca era feita de orelha por orelha.[...].²³²

A finalização do auto criminal foi dado pelo não comparecimento da autora e nem de seu procurador no prazo discriminado pela Justiça para oficializar o desenrolar da acusação. Cabe observar que Juliana Maria da Encarnação e Manuel Ferreira Dias, ao se negarem a pagar o imposto determinado pelo Império, concorreram em outro crime passível de punição. Poderia ser anulada a troca das escravas, e tanto um

²³⁰ Pagar-se-á também em todo este Estado do Brasil para a minha Real Fazenda meia sisa, ou cinco por cento do preço dos escravos ladinos, que se entenderão todos aqueles que não são havidos por compra feita aos negociantes de negros novos, e que entram pela primeira vez no país, transportados da Costa de África. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1809, (1808/1889), pág.70. Coleção das Leis do Império do Brasil. Coleção Publicada pela imprensa Nacional. Disponível em www.camara.gov.br. Acesso dia 26 de maio de 2009. Ver estudo sobre a instauração desse imposto em FERNANDES, Guilherme Vilela. Tributação e escravidão: o comércio da meia sisa sobre o comércio de escravos na província de São Paulo: 1809-1850. Pesquisa (Iniciação Científica) - Instituto de Economia, UNICAMP/FAPESP. In: **Almanack brasileiro**, nº 2, São Paulo: [s.n.], nov/2005. p.102-113.

²³¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1857**. Acusado: Manoel Ferreira Neves. Vítima: Alexandra Maria Francisca, pág. s/n.

²³² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1857**. Acusado: Manoel Ferreira Neves. Vítima: Alexandra Maria Francisca, p. s/n.

como outro poderiam ser multados em igual parte do valor sonegado. Essas multas poderiam ser aplicadas tanto no caso de sonegação total do imposto de uma compra ou venda de cativos, na declaração de um preço menor do que o realmente estipulado em uma negociação ou, como o referido auto criminal demonstra, uma troca com restituição de valores não declarados. Provavelmente, os dois envolvidos na negociação estavam cientes das represálias que poderiam sofrer e optaram pelo abandono do processo.

No ano de 1868, em outra negociação conflituosa envolvendo cativos, Heliodoro Gomes de Azambuja Meirelles trocou seu escravo João, de dezesseis anos, padeiro, por dois relógios, com o joalheiro Alexandre Lehman. O escravo foi repassado ao joalheiro por meio de uma procuração dando-lhe plenos direitos sobre o escravo. Alexandre Lehman teria que vendê-lo, descontar o valor dos dois relógios (um total de 900.000 réis), e devolver o valor restante a Heliodoro Gomes de Azambuja Mairalles. O escravo foi vendido por Lehman pelo valor de 1:400\$000 réis (um conto e quatrocentos mil réis), que, assim, teria que devolver ao ex-senhor do escravo uma quantia de 500.000 réis (quinhentos mil réis). Não conseguindo finalizar a negociação com o recebimento do montante que restava, Heliodoro abriu queixa contra o joalheiro Alexandre Lehman. No entanto, menos de um mês se passou e Heliodoro retirou a queixa. Na desistência do auto criminal, Heliodoro alegou que “desistia da queixa, que dera contra Alexandre Lehman, por haver esse chegado a um acordo, indenizando ao queixoso o que lhe estava a dever, e consta de sua dita queixa”²³³.

Nesses autos analisados observamos, primeiramente, que os cativos ficavam à mercê dos resultados dos conflitos e das possíveis mudanças resultantes. Porém, nem sempre o escravo apenas observava, esperava ou sofria as conseqüências do desenrolar dessas desastrosas transações comerciais. O uso de outras formas de estelionatos, nas quais os cativos deixavam de serem simples objetos negociados para participarem de forma ativa, também faziam parte do cotidiano dos cativos. No ano de 1859, um escravo chamado Luiz, pertencente a Manoel Pinto Ribeiro, foi considerado réu em um auto criminal de estelionato. O cativo solicitou a um caixeiro

²³³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1868**. Acusado: Alexandre Lehman. Vítima: Heliodoro Gomes de Azambuja Meirelles, pág. 9.

para escrever uma carta em nome de outra pessoa pedindo dinheiro emprestado a Manuel Nunes Pereira, conhecido negociante da região. O caixeiro redator da dita carta trabalhava na venda de Domingos Rodrigues, e se chamava Francisco Fernandes Cypreste. Ele afirmou em seu depoimento que

Foi ele respondente quem escreveu essa carta a pedido do pardo Luis, escravo de Manuel Pinto Ribeiro, o qual escravo chegando a taberna onde ele respondente é caixeiro, pediu-lhe para escrever uma carta, e perguntando-lhe ele respondente para que era essa carta, disse-lhe o mesmo pardo que era para o senhor Manuel Nunes pedindo nove mil reis emprestado em nome de um homem que esta na cadeia.[...].²³⁴

No depoimento prestado ao delegado por Adrião Nunes Pereira, filho de Manuel Nunes Pereira, Adrião afirmou que estava junto de seu pai trabalhando no negócio da família quando chegou o pardo Luis e lhe entregou uma carta. Após ler a carta a entregou para seu pai, o qual logo desconfiou da veracidade da letra. Manuel Nunes Pereira perguntou ao escravo quem havia mandado aquela carta e o mesmo respondeu ser o Senhor Fraga de Carapina, que estava preso e pediu a ele para entregar a carta e levar de volta a resposta. Continuando o depoimento, Adrião Nunes Pereira afirmou então que seu pai

[...] Manda que ele respondente leve nove mil reis que na carta se pedia, e vá até a cadeia afim de ver se o dito estava com efeito ali na cadeia, e cumprindo respondente a ordem de seu pai, saiu com o pardo, e quando chegaram em frente do Palácio da Presidência o dito pardo quis deixar a ele respondente, dizendo ter pressa a fazer umas compras, mas insistindo ele respondente pediu que o mesmo pardo o seguisse até a cadeia, ali chegaram e por que ele respondente não achasse o dito Fraga e visse que tendo sido mentira do dito pardo disse ao comandante da guarda que ali detivesse o mesmo pardo e que ele respondente vinha de tudo dar parte ao Doutor Chefe de Polícia. [...]²³⁵

Durante todo o processo tentou-se confirmar a participação do caixeiro no golpe, mas Francisco Fernandes Cypreste negou veementemente e nenhuma testemunha o acusou. O escravo Luis, ao apelar ao Tribunal da Relação, foi condenado a duzentos açoites e ao uso de ferros no pescoço durante quinze dias. Francisco Fernandes Cypreste foi condenado, em primeira instância, a dois meses de prisão.

Pelos autos criminais até aqui demonstrados, percebemos que essas negociações conflituosas davam-se no cotidiano da região de Vitória e adjacências entre pessoas

²³⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1859**. Acusado: Luiz, escravo de Manoel Pinto Ribeiro. Vítima: Manoel Nunes Pereira, p. 6.

²³⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1859**. Acusado: Luiz, escravo de Manoel Pinto Ribeiro. Vítima: Manoel Nunes Pereira, p. 10.

conhecidas e, provavelmente, esses conflitos colocavam em “xeque” a reputação dos indivíduos envolvidos. O receio dos danos econômicos levava à utilização da Justiça como um último recurso para a solução dos conflitos, mas havia o descarte desse procedimento quando aparecia outra solução menos onerosa moralmente. Foi o que ocorreu no segundo e no terceiro auto criminal, em que ambas as partes envolvidas poderiam ser penalizadas pela Justiça.

Outro aspecto clarificado pela análise demonstrou, por meio do percurso trilhado pelo pardo Luis, que o cativo nem sempre era apenas um expectador dos acontecimentos ou uma propriedade que era comprada ou vendida. Pelo contrário, também sabia utilizar, e utilizava, em muitos casos, os caminhos da ilegalidade, mesmo sabendo das terríveis consequências que poderia advir de seus atos.

4.3 ALUGA-SE UM ESCRAVO?

O aluguel de escravos constituía-se numa prática comercial comumente utilizada pelos senhores de escravos nas grandes e pequenas cidades coloniais brasileiras. Os senhores que possuíam cativos, além do necessário, alugava-os a terceiros conseguindo um bom rendimento para si e para a manutenção de seus escravos. No cotidiano citadino era possível alugar um ou mais escravos por um dia, uma semana, um mês, um ano ou por mais tempo. Para prazos curtos, o contrato com o senhor do escravo era verbal e, para períodos mais longos, contratavam-se por meio de documento lavrado em cartório, onde se previa a duração do aluguel, os serviços a serem prestados e o preço. Em alguns casos, o senhor, que necessitasse da mão-de-obra de um ou mais escravos, ao alugá-los, ficava responsável pelo alojamento, alimentação, roupas e cuidados médicos necessários. Se o escravo adoecesse, no contrato era acrescido os dias perdidos.²³⁶ Os proprietários dos escravos de aluguel ofereciam seus serviços e estabeleciam o tipo de trabalho e a forma de pagamento e, ensinando ao escravo alguma arte ou ofício. O proprietário poderia valorizar sua mão-de-obra e aumentar o montante recebido pelos serviços prestados pelo mesmo. Algranti²³⁷ denominou os negócios de aluguel de mão-de-obra escrava como “sistema de aluguel” que, segundo a autora, não era específico da cidade. Ela

²³⁶ MATTOSO, 1984.

²³⁷ ALGRANTI, 1988, p. 49.

informa que desde os primórdios da colônia era comum o emprego dessa alternativa para amenizar a escassez de mão-de-obra no período das colheitas.

Nos anúncios dos periódicos jornalísticos da cidade de Vitória constatou-se a existência de uma prática constante de aluguel de mão-de-obra escrava. Neles conviviam oferta e procura de trabalhadores de aluguel, sendo que a procura pela mão-de-obra é o tipo de anúncio mais recorrente no período analisado. Os anúncios aparecem de forma regular (diariamente), demonstrando a constância dessa prática.

Alguns anúncios de oferta de aluguel de mão-de-obra escrava eram mesclados com a venda de cativos, como acontece no anúncio de 30 de agosto de 1871, inserido no Espírito-Santense:

Anúncios

Na casa nº. 9 da Praça Municipal há duas escravas, que se alugam por 14\$rs mensais, para serviço de casa e rua. Há também duas mulatinhas, bonitas peças! Que se vendem por preço cômodo. O dono do prédio está autorizado a alugar aquelas, e vender estas.

Nota-se, com freqüência, que a mão-de-obra solicitada para o aluguel poderia ser livre ou escrava. Em alguns casos percebe-se a preferência pelo trabalhador escravo ou constata-se a predileção pelo trabalhador livre. Como verificamos nos exemplos abaixo - anúncios do dia 13 de abril de 1871 do periódico O Espírito-Santense; do dia 03 de março de 1858, do Correio da Victória; e do dia 03 de junho de 1857, também do Correio da Victória:

Anúncios

Na padaria à ladeira do Sacramento nº8 admitem-se trabalhadores livres ou escravos.

Precisa-se de dois pedreiros hábeis para a obra da matriz de Vianna; dá-se a preferência a escravos, e trata-se com o respectivo vigário.

Aluga-se uma escrava que saiba cozinhar e fazer compras para uma casa de pequena família: prefere-se livre. Para tratar nesta typ.

A maior parte dos anúncios referia-se ao trabalho doméstico, porém há ocorrência de outros tipos de ocupações necessitadas de mão-de-obra alugada, como o trabalho rural e o urbano. Cabe esclarecer que nessas outras formas de serviços também se acentua os pedidos por trabalhadores escravos e/ou livres. Como a limpeza da cidade de Vitória que ficava por conta de escravos alugados, geralmente, dos que se encontravam presos na cadeia, sendo que o serviço de iluminação

pública utilizava os serviços de cativos, contudo dava-se preferência aos homens livres. Observe o anúncio do dia 04 de abril de 1857, no Correio da Vitória:

Os encarregados da inspeção da iluminação publica convidam as pessoas, á quem convier para o serviço da mesma iluminação, com o vencimento diário de 800 reis., preferindo aos escravos pessoas livres, - Victoria 03 de abril de 1857.

Quanto mais ocupações o escravo fosse capaz de desenvolver mais lucrativo ele seria para seu senhor que poderia empregá-lo tanto nos serviços domésticos, como nos urbanos e rurais, dependendo da necessidade de mão-de-obra do mercado.

A economia provincial, no período destacado, permaneceu baseada, principalmente, na agricultura. Porém, nota-se que a dinâmica econômica da Província e, especificamente, da região central, tendo a cidade de Vitória e suas adjacências como palco, era baseada principalmente em duas riquezas, ou seja, na posse de terras e de escravos. Entretanto pesquisas recentes revelaram que a economia da cidade de Vitória ia além das plantações tradicionais e envolvia outras atividades econômicas como os empréstimos, o comércio de secos e molhados e o aluguel de imóveis e escravos. Nessa dinâmica econômica o escravo representava um papel fundamental tanto nas propriedades rurais localizadas em torno da cidade de Vitória, como em sua área central. Assim, é possível entender que o próprio negócio de aluguel de mão-de-obra tornou-se uma opção econômica para os senhores dessa região.

Havia negociações de aluguel de escravos, tanto no caso de oferta como de procura, motivadas pela falta de mão-de-obra escrava ou por necessidades específicas de cada proprietário, que era levado a procurar por essa alternativa comercial, quando necessário. No período estudado, a procura por mão-de-obra, tanto masculina como feminina, apresenta-se em maior número. Precisa-se, em sua maior parte, de escravos domésticos do sexo feminino e urbanos do sexo masculino. Vejamos os dados nos gráficos abaixo:

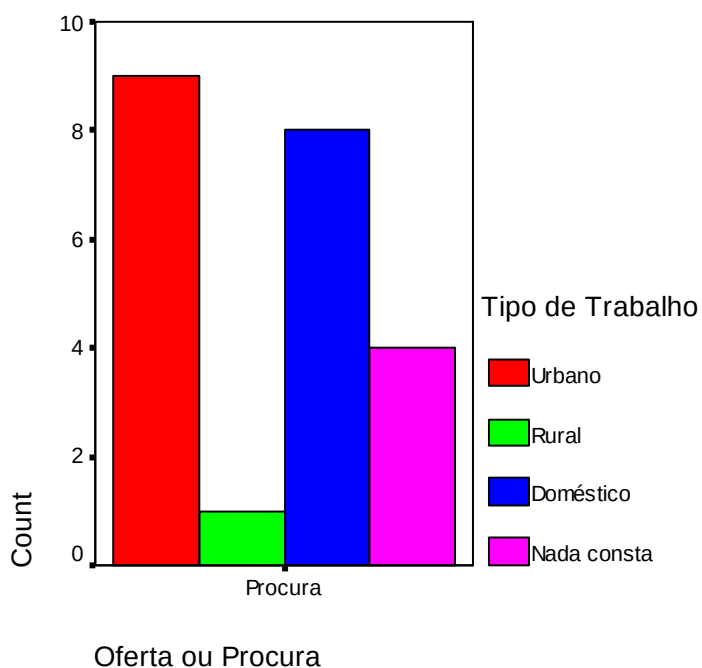


GRÁFICO 7 – SEXO DO ESCRAVO - MASCULINO

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Anúncios de aluguel de cativos - Periódicos jornalísticos: Correio da Victoria dos anos de 1849, 1850, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1864, 1869, 1870 e 1871. Os exemplares referentes ao Jornal da Victoria dos anos de 1864, 1867, 1868 e 1869 e os exemplares referentes ao Espírito Santense dos anos de 1870 e 1871.

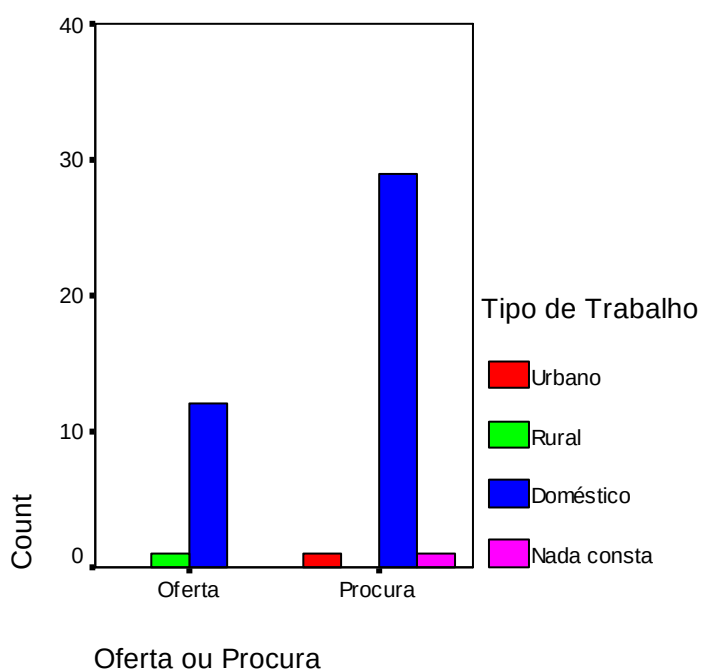


GRÁFICO 8 – SEXO DO ESCRAVO - FEMININO

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Anúncios de aluguel de cativos - Periódicos jornalísticos: Correio da Victoria dos anos de 1849, 1850, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1864, 1869, 1870 e 1871. Os exemplares referentes ao Jornal da Victoria dos anos de 1864, 1867, 1868 e 1869 e os exemplares referentes ao Espírito Santense dos anos de 1870 e 1871.

Incluem-se aos escravos domésticos as crianças, de sexo masculino, que aparecem como pajens e as amas-de-leite. Existia para o trabalho doméstico a exigência de escravos de boa saúde, higiênicos, fiéis e de bom comportamento. Percebe-se, assim, a exigência do enquadramento dos escravos alugados a certo padrão de higiene e de comportamento moral, dentro do modelo social do período. Era exigida aos escravos, pelos seus contratadores temporários, dentre outras qualidades morais, principalmente, a fidelidade.

Notemos que aos escravos domésticos eram exigidas várias aptidões como a agilidade para a feitura de rendas e doces e os cativos que desenvolviam atividades mais especializadas, geralmente, exerciam mais de uma profissão e também trabalhavam na agricultura. Aparece a utilização do aluguel de mão-de-obra escrava pelo governo da Província em construções de porte como na abertura de estradas e pelo poder municipal em serviços mais comuns como na iluminação das ruas e na limpeza pública da cidade. Na obras particulares como as construções de residências também se utilizavam a mão-de-obra escrava alugada.

Cabe, finalmente, atentar para uma questão fundamental. Naqueles anúncios em que se necessitava alugar um escravo para os vários serviços demonstrados acima (urbanos, domésticos e rurais), isto é, nos anúncios de “Precisa-se alugar...”, observamos a preferência, em vários casos, por pessoas livres. Verifiquemos os gráficos abaixo:

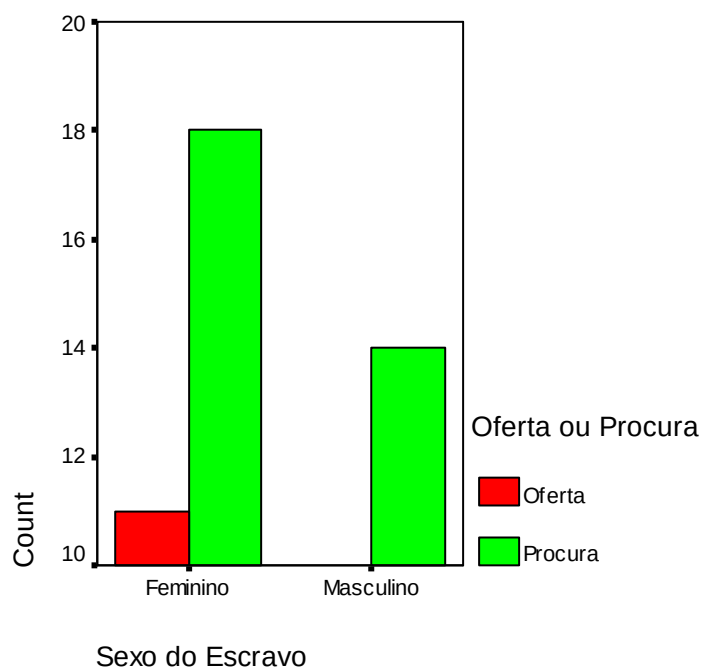


GRÁFICO 9 – MÃO-DE-OBRA: ESCRAVO

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Anúncios de alugéis de cativos - Periódicos jornalísticos: Correio da Victoria dos anos de 1849, 1850, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1864, 1869, 1870 e 1871. Os exemplares referentes ao Jornal da Victoria dos anos de 1864, 1867, 1868 e 1869 e os exemplares referentes ao Espírito Santense dos anos de 1870 e 1871.

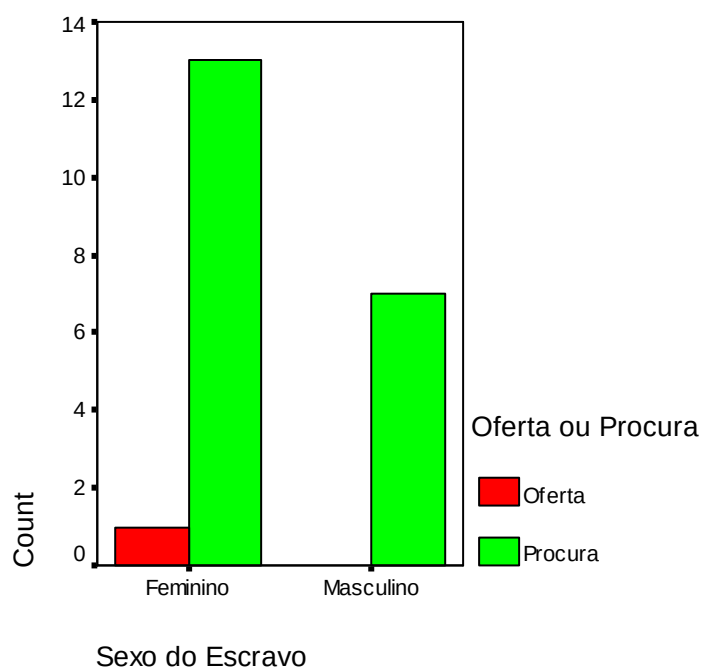


GRÁFICO 10 – MÃO-DE-OBRA: LIVRE OU ESCRAVO

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Anúncios de alugéis de cativos - Periódicos jornalísticos: Correio da Victoria dos anos de 1849, 1850, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1864,

1869, 1870 e 1871. Os exemplares referentes ao Jornal da Victoria dos anos de 1864, 1867, 1868 e 1869 e os exemplares referentes ao Espírito Santense dos anos de 1870 e 1871.

Pode-se, dessa forma, atentar para a existência de uma camada populacional livre e pobre que desempenhava os mesmos ofícios exercidos também pelos cativos no mercado de aluguel de mão-de-obra. Essa característica não fazia parte apenas da cidade de Vitória e suas adjacências. Em Curitiba, no Paraná, segundo Graf²³⁸, os “alugados” podiam ser livres ou escravos, também predominava a demanda pelo sexo feminino para ocupações domésticas.

A explicação para a configuração de um mercado de aluguel de mão-de-obra não exclusivamente escravo, na cidade de Vitória e seus arredores, pode estar calcada no fato de que, no período de 1800 a 1830, Vitória contou com uma população cativa que permaneceu entre os marcos de 32% e 70% da população total da região.²³⁹ A população composta por negros libertos, pardos, mulatos e mestiços, sempre representou a maior parte dos indivíduos. No ano de 1872 de um total de 30.266 habitantes somente 7.349 foram designados como brancos enquanto 15.720 indivíduos eram livres e miscigenados, ou seja, 68,59% do total populacional da região (ver tabela 15 acima).

Cabe destacar, por outro lado, a participação dos imigrantes na formação dessa população da Província do Espírito Santo e, conseqüentemente, dessa população pobre que precisava trabalhar. É a partir da instalação da colônia da Santa Izabel em 1847, com a vinda de 140 suíços e 222 alemães, que a imigração no Espírito Santo toma maior impulso. A população imigrada, de diversas formas, se relacionou com a população livre e com os escravos na cidade de Vitória. Esse fato é corroborado por um estudo sobre sociabilidades no cotidiano da população capixaba, de Geraldo Antônio Soares²⁴⁰, que na segunda metade do século dezenove, observou a existência de imigrantes de várias nacionalidades como espanhóis e italianos, trabalhando na área mais urbanizada da cidade, nas profissões de negociantes, carroceiros, marinheiros e em outras ocupações diversas. Eis, então, que, possivelmente, essa população imigrada, que necessitava

²³⁸ GRAF, Márcia Elisa de Campos. História social do trópico brasileiro: o escravo no cotidiano: através dos anúncios de jornais paranaenses. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TROPICOLOGIA, 1., 1986, Recife. **Anais...** Recife: FUNDAJ/Massangana, 1987, p. 117-122.

²³⁹ MERLO, 2003, p. 23 a 40.

²⁴⁰ SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. In: **Dimensões** - Revista de História da UFES, Vitória: UFES/CCHN, nº16, 2004.

trabalhar, desempenhava os mesmos ofícios exercidos pela população mestiça livre pobre e pelos escravos.

Por fim, dentre esses grupos sociais menos favorecidos economicamente, nos quais havia também brancos, provavelmente, formou-se um contingente de mão-de-obra heterogênea e pobre, porém livre, que necessitava de trabalho. Essa parcela da população, vivendo em condições materiais bastante parecidas com a dos escravos, exercia as mesmas ocupações oferecidas à escravaria e era também “alugada” para os fins citados.

4.4 TRANSGRESSÃO E PROTEÇÃO

Justino, escravo de Dona Maria, viúva de João Alves de Oliveira, escravo ganhador, morador da Cidade de Vitória. Com idade de 30 anos, pouco mais ou menos, era solteiro e filho legítimo de Manoel e Martinha, escravos de José Pires. No ano de 1868, Justino foi vítima de uma tentativa de assassinato por parte do oficial de justiça Benedito de Souza Cardeal, também morador da Cidade de Vitória. Em seu auto de perguntas Justino relata que naquela tarde havia se dirigido à casa de Leonides José de Almeida com o propósito de apanhar uma carta para seu irmão, morador da Pedra da Mulata. Encontrou Leonides jantando em companhia de outras pessoas, inclusive do réu Benedito. O dono da casa lhe ofereceu um copo de vinho e o jantar. Justino aceitou o convite e com o copo de vinho e o prato de comida sentou-se na mesa para comer. Ao beber o vinho Justino alegou em seu depoimento que “o reo presente lhe dirigio insultos promettendo fazer-lhe conhecer o seu lugar de escravo facto este que foi observado pelo dono da casa Leonides(...)”²⁴¹.

Leonides José de Almeida era um tipógrafo de 25 anos de idade, solteiro e morador de Vitória. Em seu depoimento descreveu um diálogo entre Justino e o réu Benedito inexistente nas declarações de Justino “e tendo bebido encostou-se a uma das portas da casa onde cospiu, a isso o reo presente pediu uma vassoura para limpar o cuspe desse negro”, respondendo Justino que “se era escravo era de sua senhora que quanto a cor erão iguais(...)”²⁴². Outra testemunha, Maria Fernanda das Dores,

²⁴¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Auto criminal de Tentativa de homicídio, 1868, acusado: Justino, escravo de João Alves de Oliveira, vítima: Benedito Souza Cardeal, p.7.

²⁴² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Auto criminal de Tentativa de homicídio, 1868, acusado: Justino, escravo de João Alves de Oliveira, vítima: Benedito Souza Cardeal, p. 9.

de 25 anos, solteira e costureira, descreveu o mesmo diálogo do seguinte modo “encostando-se a uma das portas da casa teve de cuspir no chão: a isto o reo presente dissera seo negro não cuspa no chão” e Justino respondera “que se era negro era de sua senhora e que negro por negro também o reo era negro(...)”²⁴³. Após esses acontecimentos, depois de ter se retirado da casa de Leonides, Justino sofreu a tentativa de assassinato por parte de Benedito. Observa-se neste auto criminal que os indivíduos envolvidos, um escravo e o outro livre, freqüentavam os mesmos espaços sociais, mantinham relações pessoais em comum e eram negros. Ser designado e comparado a um negro por um escravo, numa sociedade em que a designação de “negro” remetia à condição de cativo, pareceu ser o estopim da discórdia por parte de Benedito que além de livre era um oficial de justiça. Por outro lado, Justino pareceu estar bem ciente tanto das diferenças impostas pela sociedade em que vivia, quanto da igualdade proporcionada pela cor entre ele e Benedito.

O caso do escravo Justino alerta para essas e outras nuances dessa complexidade social, ou seja, o reconhecimento da condição de escravo pelo próprio cativo e o vínculo que esse alega ter apenas com sua proprietária, pois “se era escravo era de sua senhora [...]”²⁴⁴. Justino reconhece sua condição escrava, porém, apenas sua senhora poderia agir para com ele com autoridade de proprietária. Esse elo, existente entre Justino e sua senhora torna compreensível os pactos de proteção entre senhores e cativos e as possíveis dissensões observadas entre os mesmos. Assim, para uma melhor elucidação dessas nuances apresentamos mais três autos criminais ocorridos no espaço mais urbanizado da cidade de Vitória, dois de furto e um de furto e receptação.

O primeiro auto criminal de furto tem como réu o escravo Bernardo de propriedade de Antonio Ferreira da Rocha. O crime ocorreu em Vitória, o escravo foi acusado de furtar café de um paiol localizado no armazém de gêneros pertencente a Manoel Pinto Aleixo e Martins, no ano de 1854. Assim foram qualificados o processo e o auto de perguntas, respectivamente:

²⁴³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Auto criminal de Tentativa de homicídio, 1868, acusado: Justino, escravo de João Alves de Oliveira, vítima: Benedito Souza Cardeal, p. 12.

²⁴⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto criminal de Tentativa de homicídio, **1868**. Acusado: Justino, escravo de João Alves de Oliveira. Vítima: Benedito Souza Cardeal, p. 9.

[...]o subdelegado fez as perguntas seguintes como se chama, de onde é natural, onde reside e escravo de quem é. Respondeu chamar se Bernardo natural desta cidade e nela res... digo residir[...] respondeu que poucos dias antes da festa de Santa Catarina tendo saído de casa de seu senhor de manha para ir para o ganho[...]²⁴⁵

[...] Em que te ocupas? Respondeu que anda ao ganho. Aqui na cidade, ou fora dela? Respondeu que umas vezes na cidade, e outras fora dela [...].²⁴⁶

Percebemos que o escravo Bernardo não possui um ofício determinado, tendo respondido em seu auto de perguntas que “anda ao ganho”, tanto na região da cidade, como fora da mesma. Trata-se de um típico escravo ganhador, sem ocupação específica, saindo da casa de seu senhor, diariamente, sem rumo, em busca de alguma remuneração.

O furto foi realizado por um buraco feito no fundo do paiol de café. Segundo o Corpo de delito efetuado no local do furto, o mesmo ocorria há algum tempo, e haviam sido furtadas vinte e quatro arrobas de café, somando um prejuízo total de 96 mil reis.

Um marinheiro, judeu, chamado Domingos Jose Sevino, amigo de Bernardo, foi acusado de ser cúmplice no crime. O escravo vendeu o café a duas pessoas da cidade que foram chamadas para prestar depoimentos. Ao vender o produto furtado o escravo afirmava que o café havia sido mandado da roça pelo seu pai para ser vendido ou, em outras ocasiões, que o café pertencia a Domingos Jose Sevino. O escravo possuía pai, mãe e irmão, também escravos. Cabe destacar as relações estreitas que o escravo mantinha com indivíduos pertencentes a outros grupos sociais, tanto na efetivação do furto, quanto na venda do café, sendo Domingos e os compradores do produto furtado, homens livres.

Outro ponto importante nesse auto criminal foi a desistência da ação por parte de Manoel Pinto Aleixo, proprietário do paiol de café. Veja o depoimento de Bernardo: [...] Sabes por que razão Manoel Pinto Aleixo desistiu da ação criminal contra ti? Respondeu que não sabe. Não sabes que ele fizesse algum conchavo com seu senhor? Respondeu que não.²⁴⁷

²⁴⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Bernardo: escravo de Antonio Ferreira da Rocha. Vítima: Manoel Pinto Aleixo e Martins, p. s/n.

²⁴⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Bernardo: escravo de Antonio Ferreira da Rocha. Vítima: Manoel Pinto Aleixo e Martins, p. 6.

²⁴⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Bernardo: escravo de Antonio Ferreira da Rocha. Vítima: Manoel Pinto Aleixo e Martins, p. 30.

Então, o proprietário de Bernardo era suspeito de fazer acordos com a vítima do roubo, o dono do paiol de café, para libertar Bernardo sem grandes conseqüências. Cabe inferir, primeiramente, que a remuneração recebida pelo escravo ganhador, em alguns casos, representava a única fonte de cuja exploração seu senhor retirava seus rendimentos. Assim sendo, a prisão do escravo não era interessante para seu senhor que procurava alternativas, como negociações com as vítimas dos crimes, para livrar seu escravo e, assim, disponibilizá-lo para o trabalho.

No segundo auto criminal de furto, ocorrido no ano de 1854, na cidade de Vitória, um escravo chamado Marcollino, sapateiro, é acusado de arrombar e furtar aproximadamente 500 mil reis em uma venda de propriedade de Antonio Luiz do Nascimento. Um forro chamado Simeão, marceneiro, também foi acusado do delito. Vejamos o depoimento do forro Simeão:

Respondeu chamar-se Simião de Amorim de idade de vinte e dois anos filho de uma escrava de Ignacia Correia de Amorim Pinta, estado solteiro e natural desta mesma cidade ocupar-se no ofício de marceneiro, sabe ler e escrever.²⁴⁸

Simeão possuía uma tenda na cidade, onde trabalhava. Apesar de ser forro, Simeão mantinha uma ligação estreita com sua ex-senhora. Mantinha, da mesma forma, relações com o caixeiro da venda furtada, advindo desse fato a desconfiança da participação de Simeão no crime. Observemos o depoimento de José Dias de Sousa:

Foi perguntado se era costume Simeão achar-se sempre na venda de Antonio Luis e se o caixeiro tinha liberdade com ele, disse que sabe por ver que algumas vezes dirigindo-se ele a casa, digo a venda de Antonio Luís achava aí Simeão e pelos modos que o caixeiro a ele se dirigia parecia haver muita liberdade[...]nunca o viu do balcão para dentro[...]²⁴⁹

Logo após o furto, o ex-escravo foi visto pagando dívidas e comprando objetos como roupas de luxo, chapéu e uma flauta.

Marcollino, como Simeão, trabalhava em uma tenda na cidade, e freqüentava a venda de Antonio Luis. Vejamos o depoimento de Marcollino:

[...] foi-lhe perguntado se era de costume ele freqüentar a venda de Antonio Luis, respondeu que só ia por ocasiões de comprar alguma coisa e que

²⁴⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Marcollino, escravo de Vitória Pereira de Jesus e Simeão de Amorim. Vítima: Antonio Luiz do Nascimento, p. s/n.

²⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Marcollino, escravo de Vitória Pereira de Jesus e Simeão de Amorim. Vítima: Antonio Luiz do Nascimento, p. 14.

algumas vezes parava quando achava na dita venda com quem conversar [...] mais que esta conversa demorava meia hora pouco mais ou menos [...] foi-lhe mais perguntado a que horas do dia e o lugar que foi preso, respondeu que seria duas horas do dia de uma quinta-feira em que foi feita sua prisão tendo este lugar na tenda onde trabalhava [...]²⁵⁰

A despeito de ser escravo, o ofício de sapateiro desenvolvido no meio urbano por Marcollino, possibilitava ao escravo manter relações com vários moradores da cidade e freqüentar lugares públicos em horários noturnos.

Como indicou o primeiro auto criminal apresentado, também nesse caso houve intervenção de terceiros para a absolvição dos réus. A ex-senhora de Simeão entrou em negociações com a vítima do furto para que esse fosse absolvido da culpa, demonstrando a manutenção de fortes vínculos entre Simeão e sua ex-senhora. Observemos o depoimento de Ignácio Pereira de Jesus:

[...] foi-lhe perguntado se sabia se a senhora de Simeão havia dito, a senhora que foi do Simeão tinha feito algum trato particular com a Antonio Luis para indenizá-lo do prejuízo para ele Antonio Luis não proceder contra Simeão respondeu que sabe por ouvir dizer que tudo isto se deu e que também sabe por ouvir dizer que Antonio Luis já se achava embolsado da importância do roubo [...]²⁵¹

Cabe destacar que o forro Simeão era um ex-escravo crioulo, de vinte e dois anos, que sabia ler e escrever.

Acompanhe o terceiro processo de furto e receptação, neste caso, de diversas mercadorias, no valor de 429 mil e 166 reis, ocorrido em Vitória, no armazém de propriedade de Manuel Pinto Netto, no ano de 1855. Vejamos os autos de perguntas do réu escravo Claudino, pertencente ao Coronel Gonsalo Pereira Sampaio e de Domingos, escravo do Major Francisco de Paula Xavier:

[...] Como se chama. Respondeu que chama-se Claudino - Que ofício tem? Respondeu que o de sapateiro. Com quem trabalha? Respondeu que com o mestre José da Costa, a quem o entregou seu senhor, Gonçalo Pereira Sampaio [...]²⁵²

²⁵⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Marcollino, escravo de Vitória Pereira de Jesus e Simeão de Amorim. Vítima: Antonio Luiz do Nascimento, p. 11.

²⁵¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Marcollino, escravo de Vitória Pereira de Jesus e Simeão de Amorim. Vítima: Antonio Luiz do Nascimento, p. 19.

²⁵² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto e Receptação, 1855**. Acusado: Claudino: escravo do Coronel Gonçalo Pereira Sampaio e Domingos escravo do Major Francisco de Paula Xavier. Vítima: Manoel Pinto Netto, p. 5.

[...] Respondeu que chama-se Domingos, escravo do Major Paula, e ocupar-se do ofício de sapateiro, na tenda de José Joaquim da Costa[...] ²⁵³

Os dois escravos envolvidos no crime eram sapateiros e trabalhavam na companhia do mesmo mestre, José Joaquim da costa. Observemos o depoimento do escravo Claudino:

[...] trabalha a jornal? Respondeu que sim - De quem é esse jornal? Respondeu que de seu senhor. Você tem dias de trabalho para si? Respondeu, que tem sábado e domingo, e alem disto seu senhor lhe dá roupa, assim como comida [...] ²⁵⁴

Apesar de Claudino ser um escravo especializado e trabalhar na companhia de um mestre de ofício, seu ganho era a jornal. Recebia folga nos dias de sábado e domingo para conseguir remuneração para si, e, assim, satisfazer algumas de suas necessidades materiais, além de receber comida e roupas de seu senhor. Vejamos o depoimento do escravo Domingos:

[...] Estás a jornal? Respondeu que o que faz entrega a seu senhor. Tem algum dia da semana para si: Respondeu que tem sábado e domingo. Em que loja trabalhas? Respondeu que na do Jose Joaquim da Costa. Compras couro e o que é preciso para as obras? Respondeu que o mestre é quem dá. Então de que o mestre dá, é que tiras para seu senhor? Respondeu que sim.
[...] tu alimentas-te, e veste-te a tua custas? Respondeu que alimenta-se a custa de seu senhor; e veste-se a custa dele interrogado e também de seu senhor [...] ²⁵⁵

Do mesmo modo, o escravo Domingos trabalhava a jornal. O escravo recebia a remuneração de seu mestre e a repassava integralmente para seu senhor. Obtinha os dias de sábado e domingo para si e o fornecimento de comida e roupa.

As informações do auto criminal não deixam claro se os escravos Claudino e Domingos recebiam de seus senhores alguma gratificação retirada do ganho diário de seus ofícios. Contudo, o escravo Claudino mantinha dívidas com um alfaiate que giravam em torno de 12 mil reis. Observemos o depoimento de Claudino:

²⁵³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto e Receptação, 1855.** Acusado: Claudino: escravo do Coronel Gonçallo Pereira Sampaio e Domingos escravo do Major Francisco de Paula Xavier. Vítima: Manoel Pinto Netto,, p. 9.

²⁵⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto e Receptação, 1855.** Acusado: Claudino: escravo do Coronel Gonçallo Pereira Sampaio e Domingos escravo do Major Francisco de Paula Xavier. Vítima: Manoel Pinto Netto,, p. 5-8.

²⁵⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto e Receptação, 1855.** Acusado: Claudino: escravo do Coronel Gonçallo Pereira Sampaio e Domingos escravo do Major Francisco de Paula Xavier. Vítima: Manoel Pinto Netto,, p. 54.

Com tão pequeno trabalho, como seja o do sábado e domingo pode se andar tão limpo como anda? Respondeu que seu senhor quer que ele ande limpo; e que em casa do já dito Bernardino tem uma conta de roupa, que tem comprado, o que ainda deve; e a qual há de importar tais a dose mil reis[...]²⁵⁶

As mercadorias roubadas foram vendidas a dois receptadores, homens livres, chamados José Dias de Souza e Manoel Joaquim Gomes.

Neste auto criminal como nos outros dois relatados acima, constata-se a interferência dos senhores dos escravos no resultado do processo. O escravo Domingos foi absolvido e retirou-se a queixa contra o escravo Claudino. Houve baixa na culpa dos dois receptadores. Observemos a apelação aos jurados em nome do proprietário do escravo Domingos:

Senhores jurados
[...] com a prisão deste seu escravo, cujo jornal ajudava a satisfazer a pequena despesa diária para manutenção de sua família; é, sim, Senhores, desta forma que se quer empurrar para o tumulto um velho, cujo viver tem sido sempre respeitado por todos destas e de outras Províncias, que com ele tiveram relações.²⁵⁷

Portanto, utilizou-se como justificativa para a absolvição do cativo a sua importância fundamental para a manutenção da família de seu senhor.

Analisando as características do trabalho escravo nos espaços mais urbanizados da Cidade de Vitória e comparando os três autos criminais demonstrados, constata-se que o primeiro faz referência a um típico escravo “ao ganho”, sem profissão específica, sendo ele próprio responsável em conseguir seus clientes e suas tarefas. Os dois autos criminais posteriores revelam o trabalho especializado de escravos no qual, provavelmente, houve a interferência do senhor na especialização dos escravos e na obtenção de um local para eles exercerem o seu ofício. Esses escravos especializados recebiam ganhos diários, repassando o valor integral para seus senhores, sem receberem gratificação. Não se pode afirmar, com clareza, como se estabelecia a relação de trabalho e nem de remuneração entre esses senhores e seus escravos. Parece que não havia gratificação para os cativos, sendo

²⁵⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto e Receptação, 1855.** Acusado: Claudino: escravo do Coronel Gonçallo Pereira Sampaio e Domingos escravo do Major Francisco de Paula Xavier. Vítila: Manoel Pinto Netto,, p. 5.

²⁵⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto e Receptação, 1855.** Acusado: Claudino: escravo do Coronel Gonçallo Pereira Sampaio e Domingos escravo do Major Francisco de Paula Xavier. Vítila: Manoel Pinto Netto,, p. 62.

que esses recebiam comida e roupa, revertendo seus ganhos para seu senhor, e dispunham do sábado e domingo para angariar seu próprio sustento. Esses escravos eram trabalhadores mais especializados, mas que recebiam pagamento diário, como o escravo ao “ganho” e contavam com a intervenção de seus senhores na relação com seus clientes, isto é, os donos do negócio em que o escravo atuava. Não foi possível determinar a relação comercial entre os senhores desses escravos e os proprietários dos negócios. Não foi possível também determinar se o escravo havia sido alugado para o dono do negócio em que exercia a ocupação ou se existia uma relação de amizade entre esses indivíduos que possibilitava a atuação dos cativos nos estabelecimentos. Assim, torna-se difícil determinar se esses escravos eram alugados ou se eram “ao ganho”, apesar de uma maior especialização e de um local específico de trabalho, considerando que um escravo alugado pressupõe um contrato de aluguel, mesmo oral, entre seu senhor e um cliente interessado no ofício do cativo.

Outra face da atuação do senhor em relação ao trabalho e à vida cotidiana de seu cativo, contudo, ficou claramente exposta nesses autos criminais, isto é, sua interferência para mantê-los longe das punições decorrentes do julgamento da justiça do período, diante dos crimes cometidos por eles. Pode-se analisar, assim, o caso do forro Simeão. O pagamento de dívidas, com o dinheiro do furto, fato citado em um dos autos criminais relatados acima, revela que havia, por parte desses escravos, preferencialmente, a busca da simples manutenção de suas necessidades básicas com o produto dos crimes. Tratava-se da satisfação de desejos mais imediatos. Mesmo sob o ponto de vista econômico, a compra da liberdade poderia parecer longínqua, pois, como já discutido, os cativos revertiam os ganhos angariados cotidianamente para seus senhores, ficando apenas com o que conseguiam arrecadar aos sábados e domingos. Todavia, apesar de quase impossível, a liberdade foi conquistada pelo forro Simeão, possivelmente, por ser um escravo especializado e trabalhar na área urbana da Cidade, podendo, assim, arrecadar o suficiente para comprar sua liberdade, ou por possuir algum outro tipo de ligação com sua ex-senhora (apesar de não ser possível detectar, por meio da fonte analisada, como se dava essa relação). De qualquer forma, é incontestável a dependência existente entre os dois, visto que sua ex-senhora concedeu-lhe a

liberdade e depois fez conchavos para livrá-lo da prisão. E mesmo após alforriar Simeão, provavelmente, ainda vivia da arrecadação do ofício dele.

Essa atitude, dos proprietários, de tentar impedir a prisão dos cativos, ficou bem definida nos três autos criminais apresentados. Esse fato leva a crer que apesar de não se saber qual o valor específico arrecadado pelos escravos em seus ganhos diários, essa quantia era extremamente importante para seus senhores. Cabe ainda atentar para a dependência configurada nessa relação de trabalho, tanto entre o senhor, que dependia economicamente do escravo, quanto do escravo, que necessita do apoio de seu senhor em ocasiões de dissensões e conflitos com a justiça, como as demonstradas nesses autos criminais dos cativos trabalhadores do meio urbano de Vitória e seu envolvimento com a prática de furtos.

A análise do trabalho escravo no cotidiano da cidade de Vitória revelou a configuração de redes de relações que envolviam os cativos com outros grupos sociais desse centro urbano e expôs também a existência de estreitos laços entre senhores e cativos. Além da liberdade de ir e vir usufruída pelos cativos no seu cotidiano de trabalho, eles se relacionavam com livres, forros e com outros escravos, tendo acesso aos mesmos espaços de convivência social frequentados pela população em geral. As vendas, os comércios e as ruas também pertenciam aos escravos. A relação entre senhor e escravo, nesse mundo urbano, dependia da existência de uma proximidade e de um entendimento fundamental, no que concerne ao cotidiano, às relações sociais e às condições de trabalho entre os senhores, os grupos sociais menos favorecidos e os escravos. Pode-se deduzir, além disso, que apesar de haver liberdade de locomoção e de relações sociais para o cativo, essa rotina de trabalho apresentava nuances diversas e não prescindia de fortes vínculos econômicos ou afetivos, certamente. Parece que, independente do tipo de ambiente e do trabalho desenvolvido, o cotidiano expunha o cativo e seu senhor a situações limites em que o elo ou a desunião entre eles, muito mais que o tipo de trabalho e de ambiente, tornava-se fundamental para a resolução de conflitos e dissensões particulares ou com a justiça instituída.

4.5 O DIAMANTE DE MAXIMIANO

Morse, ao comparar os princípios organizadores constitutivos do corpo político da América Ibérica e Inglesa, destacou a América do Norte como uma nação herdeira

do individualismo, do pacto social e do Protestantismo, características legadas pela Inglaterra. Contrariamente, a colônia brasileira, tributária das tradições Ibéricas, possuía um estado vinculado à religião católica e uma sociedade orgânica e hierarquizada.²⁵⁸ Na Anglo-América, de acordo com Weber & Pierucci²⁵⁹, o trabalho foi incorporado como algo positivo e necessário para a salvação da alma humana. O autor aborda a influência das religiões protestantes no incentivo ao desenvolvimento das habilidades humanas e ao acúmulo de riqueza, fatos vistos como uma dádiva divina. Esses preceitos religiosos, entre outros fatores, teriam possibilitado o desenvolvimento do Capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. Na América Ibérica, o trabalho estava desvinculado da acumulação de riquezas pelas premissas da Igreja Católica, e permaneceu ligado aos grupos sociais instalados na base da hierarquia social. No caso do Brasil o trabalho foi intimamente associado à escravidão negra, sendo visto de forma negativa. Porém, Mattos²⁶⁰ aponta para uma possível mudança nessa visão trabalhista, ocorrida no final do século XIX, que atingiu livres e escravos.

Já na segunda metade do século XIX, consoante Hebe Maria Mattos²⁶¹, foi possível perceber alterações nas condições sociais mantenedoras do exercício do padrão cultural, citado por Guedes. Conforme a autora, os não-brancos, geralmente remetidos à condição de escravos, deixaram de ser percebidos como exceções controladas devido ao aumento da ocorrência de compras de alforrias. Por outro lado, a grande abrangência que prevalecia no padrão de posse dos cativos foi revertida e houve aumento no número de brancos empobrecidos. Fatores decorrentes da proibição do tráfico atlântico e do conseqüente aumento do preço dos cativos.

A autora concluiu que a valorização da autonomia passou a ser um elemento básico para se definir o sentido de liberdade “um sentido de liberdade alternativo à aspiração senhorial e de uma ética do trabalho dissociada do estigma do cativo”

²⁵⁸ MORSE, Richard Mcgee. 1922. **O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas** / Richard M. Morse; tradução Paulo Neves. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²⁵⁹ WEBER, Max & PIERUCCI, Antônio Flávio. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

²⁶⁰ MATTOS, 1998.

²⁶¹ MATTOS, 1998, Ibid. p.93 a 104.

²⁶². Contudo, não se deve esquecer que para a vida dos cativos o significado do trabalho e dos prováveis espaços de liberdade conquistados por eles poderiam estar muito longe dos ideais de produção econômica mantidos pelo Império e de ascensão social dos cidadãos livres e proprietários da época. Sidney Chalhoub²⁶³ demonstra, em seu estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro, a construção cotidiana de várias visões de liberdade comuns à percepção de escravos, libertos e mesmo senhores. O autor cita o exemplo da escrava Cristina, que alforriada condicionalmente, usufruía de uma liberdade associada pela cativa ao “viver sobre si”, ou seja, vivia só, de seu próprio sustento e em separado de sua senhora, sem pagar jornais e sem dar conta de sua vida a ninguém, a não ser quando requisitada pela senhora.

Cabe esclarecer que não se quer afirmar que os escravos reconheciam o trabalho como um caminho para a obtenção de ascensão social como no sentido moderno, no entanto o fato de poder “viver sobre si” criava visões e lutas reais por uma liberdade designada como “a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém” ²⁶⁴. Ao contrário da conquista de acumulação econômica e ascensão social do mundo moderno, a motivação para o trabalho poderia advir do fato de esse ser um caminho plausível para a manutenção desses “espaços de liberdade” e, provavelmente, para a compra da alforria. A liberdade poderia parecer mais próxima para um cativo que labutava em sua pequena lavoura vendendo o excedente de sua produção e para aquele que trabalhava ao ganho ou alugado, podendo amealhar economias deduzidas dos pagamentos aos seus senhores.

Têm-se, assim, o entrelaçamento de dois pontos fundamentais relacionados ao dia-a-dia do cativo, ou seja, o trabalho e a liberdade. E como tantas outras questões ligadas à escravidão africana essa também não deixa de ser contraditória. Havia a possibilidade de o escravo conquistar a liberdade por meio do trabalho, que também o escravizava.

Para observar mais de perto esse cotidiano de trabalho dos escravos e a busca da liberdade, limitada ou não, cumpre acompanhar os “passos” de uma cativa chamada

²⁶² MATTOS, 1998, Ibid. p.103.

²⁶³ CHALHOUB, 1990, p.114.

²⁶⁴ CHALHOUB, 1990, p. 80.

Claudina, pertencente a Anna Maria da Conceição. No ano de 1866 Claudina foi acusada em um auto criminal de insultar a vítima, Liberato Francisco Pinto da Victoria, denominando-o de ladrão. O depoimento de Liberato Francisco Pinto da Victoria é este:

Diz Liberato Francisco Pinto da Victoria, morador em Taiobaia Distrito do Queimado, que estando ele manso, e pacífico ora em sua casa, ora em seu serviço, e assim tendo sido já muitas vezes agredido verbalmente por Claudina escrava de d. Anna de tal moradora também em Taiobaia, acontece que dentre as descomposturas proferiu ao supp. o nome de ladrão. Ora, Ilmo Srn", como semelhante procedimento, é reprovado, e consta as deposições do art.236, S 2º do Cod. Crim. Chamar qualquer individuo de ladrão, muito mais uma escrava chamar a um homem livre. [...].²⁶⁵

Claudina Maria da Conceição, apesar de ser tida como escrava na abertura do processo comprou sua alforria por quinhentos mil réis nove dias antes do início do mesmo. A ré afirmava ser costureira, trabalhar com café e com fianças.

Por meio da análise do auto criminal foi possível perceber que Claudina possuía um protetor livre, chamado Jose de Barcellos Machado. A motivação que levou à abertura do processo extrapolava uma simples queixa de injúria, o real motivo do conflito era uma disputa por posse de terras, existente entre o irmão de Claudina, também protegido por Jose de Barcellos Machado e o próprio Jose de Barcellos Machado contra Liberato, autor do processo, e Jovino, irmão de Liberato. Sendo que a própria Claudina trabalhava nessas terras. Deve-se ressaltar que o autor Liberato Francisco Pinto da Victoria tratava-se de um forro. Observemos a defesa apresentada a favor da ex-escrava Claudina:

É público e notoriamente sabido que entre Jovino, Liberato e José de Barcellos, e João Barbosa; tem corrido questões no juizo de Paz, deste distrito havendo ate uma sentença no mesmo juizo, a qual julgou Liberato, e seu irmão Jovino senhor de parte de um terreno, e cafés, sendo este somente os que foram plantados por Francisco de tal conhecido por Francisco França sendo o mesmo terreno e mais cafés pertencentes a José de Barcellos Machado, e hoje esta parte de Jose de Barcellos Machado pertence a João Barbosa, o primeiro carregão da Ré Claudina, e o segundo seu irmão. O irmão do autor querendo sem título algum chamar-se ao domínio do terreno e cafés, de João Barbosa, foi ao dito cafezal e extorquiou toda plantação do mesmo João Barbosa (...)²⁶⁶

²⁶⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Injúria, 1866**. Acusada: Claudina Maria da Conceição. Vítima: Liberato Francisco Pinto da Victoria, p. 2.

²⁶⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Injúria, 1866**. Acusada: Claudina Maria da Conceição. Vítima: Liberato Francisco Pinto da Victoria, p. 5.

Pode-se, então, destacar pontos importantes clarificados por esse processo, como a presença de relações familiares fortes entre os escravos, relações conflituosas entre escravos e forros motivadas pelo fator econômico, relações de escravos com homens livres, o acesso desses grupos sociais menos favorecidos à posse de bens móveis e imóveis e a maneira como este acesso é possibilitado. Nesse caso, vislumbra-se a relação amorosa de Claudina com o seu protetor Jose de Barcellos Machado como um dos caminhos possíveis à ascensão das cativas, pelo menos econômica, na sociedade capixaba oitocentista. Por outro lado, Claudina trabalhava na plantação de café, atuava como costureira e ainda emprestava dinheiro a juros. O trabalho diário fazia parte do cotidiano da escrava que, provavelmente, vislumbrava, também por meio dele, a esperança de um futuro melhor. Outro ponto tornou-se esclarecedor nesse processo, o fato de Claudina ter comprado sua liberdade nove dias antes da abertura do processo. No depoimento prestado em seu auto criminal, ao ser indagada sobre a compra de sua alforria a escrava declarou que a havia comprado antes do início do dito processo porque não queria passar pela humilhação de ser chicoteada. Pareceu que a liberdade oficial não fazia falta para Claudina até o momento em que seria tratada efetivamente como uma escrava.

Da mesma forma, outro auto criminal do ano de 1856 demonstra o dia-a-dia de um escravo chamado Eleutério, propriedade de Joanna Maria de Jesus, acusado de assassinar Francisco dos Santos Fraga. Eleutério era um cativo solteiro, de trinta e cinco anos. Em seu depoimento afirmou que morava no sítio de sua senhora, em Cariacica, e trabalhava de carpinteiro, algumas vezes no próprio sítio ou na casa de terceiros onde prestava seus serviços. A primeira testemunha ouvida foi Jose Joaquim Pereira Lima, lavrador, casado e morador do mesmo local onde ocorreu o assassinato. Joaquim Pereira Lima afirmou que Eleutério havia assassinado Francisco dos Santos Fraga após uma discussão motivada pelo fato de Eleutério ter passado em frente da casa da vítima e não ter tirado o chapéu. Uma das partes do diálogo ocorrido entre o réu e a vítima e relatado pela testemunha foi a seguinte:

=Seu filho da puta, você passa por branco e não tira o chapéu? Respondeu Eleutério que filho da puta era ele Fraga, que ele não havia de tirar o chapéu às portas: Tornou-lhe Fraga: espera filho da puta que te dou a resposta; e lançando mão de um gramarim avançou sobre Eleutério, que já

ia em distancia talvez de sessenta passos e começou a atirar-lhe porretadas, (...) ²⁶⁷

No decorrer da discussão e do ataque de Fraga ao escravo o chapéu de Eleutério caiu no chão, dizendo o escravo ao dito Fraga:

- meu senhor se a duvida de vossa mercê comigo é por causa do chapéu, ele ali está no chão: á estas palavras respondeu Fraga então você já conhece que negro tira chapéu aos brancos; Eleutério disse que já conhecia: perguntou finalmente se Eleutério sabia que ele Fraga o podia comprar? Eleutério disse que sabia. Dada essa resposta Fraga mandou que Eleutério pegasse o chapéu: respondeu Eleutério que visto isso o chapéu ficava no chão, e ele retirava-se, e seguiu de fato, e fraga tornou para trás; vendo Eleutério que Fraga tinha dado as costas, voltou para apanhar o chapéu, mas como Fraga pudesse ver que Eleutério voltava, partiu sobre ele, e deu-lhe uma porretada, e as segundas disparou-lhe Eleutério a espingarda empregando-lhe a carga de chumbo sobre a última costela do lado direito. ²⁶⁸

Eleutério foi reconhecido, ao final do auto criminal, como o autor do assassinato, mas foi absolvido por ter sido “violentado por força ou por medo irresistível” ²⁶⁹.

Pode-se observar no relato da testemunha que o escravo Eleutério possuía um alto grau de autonomia, tanto social, espacial e de comportamento diante da sociedade na qual estava inserido. Era oficial de carpinteiro, possuía total liberdade de movimentação, usava uma indumentária que não o diferenciava de um indivíduo branco e andava armado pelas ruas onde transitava, durante o dia e à noite, mesmo estando longe de sua residência. Vivia como um livre em tantos aspectos que a vítima, Francisco dos Santos Fraga, acreditou ser necessário lembrá-lo de sua condição de escravo. Outra testemunha afirmou que a rixa entre Eleutério e Fraga dava-se por causa de mulheres. Outro ponto esclarecedor desse cotidiano de Eleutério, ou seja, um escravo que disputava mulheres com um branco. Provavelmente, para Eleutério e Claudina, o fato de “viverem sobre si” dava-lhes uma sensação de liberdade cotidiana permitindo que vivessem como livres. Entretanto, em ocasiões limite, onde conflitos e dissensões ocorriam, a primeira forma de repreender os escravos era lembrando-lhes da escravidão à qual eram submetidos. Possivelmente, foi por causa de apenas possuir uma liberdade limitada

²⁶⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Assassinato, 1856**. Acusado: Eleutério, escravo de Joana Maria de Jesus. Vítima: Francisco dos Santos Fraga, p.18.

²⁶⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Assassinato, 1856**. Acusado: Eleutério, escravo de Joana Maria de Jesus. Vítima: Francisco dos Santos Fraga, p. 18.

²⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Assassinato, 1856**. Acusado: Eleutério, escravo de Joana Maria de Jesus. Vítima: Francisco dos Santos Fraga, p. 59.

que o escravo Maximiano viu na descoberta de uma pedra de diamante a chance de se tornar um homem realmente livre.

Maximiano era um escravo morador de Viana, pertencente a Maria do Carmo Braga. Trabalhava como pedreiro e pintor na cidade de Vitória. No ano de 1861 o escravo indagou vários moradores da cidade sobre a autenticidade de uma pedra de diamante que havia ganhado de sua mãe, Severina, moradora da Pedra da Mulata. Essa pedra teria sido achada há muitos anos atrás em um córrego no lugar denominado Jacaruaba Pequena e encontrava-se guardada e fora dada a ele como um presente. O cativo supôs ser um diamante porque a pedra cortava vidro, como ele alega ter tido oportunidade de experimentar diversas vezes. Contudo, apareceu outra versão para a descoberta da pedra durante o decorrer do processo, Maximiano teria feito uma escavação em um terreno e encontrado a pretensa pedra de diamante, fato negado pelo escravo. Observemos o auto de pergunta feito ao cativo:

Perguntado o que sabe acerca de uma escavação feita nos terrenos denominados- Detraz do Colégio, desta cidade? Respondeu que na semana passada começou a cavar o chão naquele lugar para tirar pedras para empregá-las em obras do seu ofício de pedreiro; e tendo encontrado uma pedra grande não a pôde tirar, e por isso talvez alguém pensando que aquela escavação era por causa de dinheiro foi continuá-la até abalar a pedra e tirar á noite do lugar(...)²⁷⁰

Ganhada como presente da mãe, ou achada em uma escavação, sendo a segunda hipótese mais verossímil, o fato é que Maximiano, provavelmente, percebeu naquela descoberta uma chance para mudar sua realidade. Provavelmente, o cativo ouviu comentários sobre a Lei imperial cujo conteúdo determinava que “aquele que manifesta diamante de 20 quilates e para cima, era liberto, indenizando-se ao senhor com 400\$”²⁷¹. Maximiano percorreu vários locais da Cidade levando a pretensa pedra de diamante consigo. Pretendia confirmar a autenticidade da mesma. Observe parte do depoimento de José Manuel Barrozella “[...] há dez ou doze dias apareceu em sua casa aquele preto Maximiano com uma pedra do tamanho de uma noz [...] disse-lhe depois que havia levado a casa de um Antonio

²⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto de Perguntas ao escravo Maximiano, 1861**, propriedade de Anna Maria do Carmo Braga, p. s/n.

²⁷¹ Lei de 24 de dezembro de 1734. MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. Fonte digital. Digitalização e edição em papel de 1866, Rio de Janeiro- Typografia Nacional- Rua da Guarda Velha, 2008. <http://www.scribd.com/doc/3824085/A-Escravidao-no-Brasil-Vol-I-Agostinho-Marques-Perdigao-Malheiros?autodown=pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2009.

mineiro que a tomou para examinar [...]”²⁷². Em outro depoimento o português Manoel Joaquim Ramos, charuteiro, casado, conta sua versão do encontro com Maximiano e seu diamante “[...] Respondeu que a um mês pouco mais ou menos apareceu-lhe o crioulo Maximiano com uma pedra enrolada em um pano [...].”²⁷³ O cativo indagou várias pessoas sobre a autenticidade da pedra, no entanto, foi com o pedreiro Antonio José da Luz que o caso de Maximiano e seu diamante chegou ao fim. Vejamos o depoimento de Antonio José da Luz:

[...] Respondeu que a quinze dias mais ou menos Maximiano chamava a ele respondente a uma loja na rua do Egípto, onde tem sua ferramenta de pedreiro, e aí demonstrando um pano mostrou-lhe uma pedra(...) ele respondente levou consigo a pedra para a tenda do ferreiro que dizem ser escravo do Convento da Penha, e que é morador junto a Banca, e que ele pelo nome não conhece e pediu-lhe licença para servir de sua forja sem porem lhe declarar para que fim [...].²⁷⁴

Ao ser indagado sobre o ocorrido, o escravo Ignacio, ferreiro da referida ferraria onde Antonio José da Luz levou a pedra de diamante, deu o seguinte depoimento:

Respondeu chamar-se Ignácio, natural de São Matheus, ter idade de vinte e oito para vinte e nove anos, ser solteiro, com ofício de ferreiro e residir a rua da Banca desta cidade, sendo escravo de Maria Pinto Gomes[...]lembra-se de ter ido a sua casa o referido Antonio da Luz e pedir-lhe licença para acender um charuto na forja [...] e continuou a estar como d’antes na porta, olhando para rua, e que foi esta a única vez que Luz foi á sua tenda.²⁷⁵

No final de suas declarações o escravo Maximiano afirmou ter entregado a pedra a Antonio da Luz e recebeu, do mesmo, pedaços de borra de ferro:

Que depois lhe tendo José Manoel Barrozella dito que ele respondente devia entregar a pedra a um mineiro, que a conhecesse para a examinar, o respondente entregou-a a Antonio da Luz, que lhe disse ser necessário levá-la ao fogo, e vindo com o respondente a tenda do ferreiro João Linhard, alemão, estava fechada a porta, e então Antonio da Luz ficou-se com Ela dizendo que ia queimá-la na tenda do ferreiro do Porto das Lanchas e no dia seguinte as nove horas entregou a ele respondente uns pedaços de borra de ferro [...].²⁷⁶

²⁷² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto de Perguntas ao escravo Maximiano, 1861**, propriedade de Anna Maria do Carmo Braga, p. s/n.

²⁷³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto de Perguntas ao escravo Maximiano, 1861**, propriedade de Anna Maria do Carmo Braga, p. s/n.

²⁷⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto de Perguntas ao escravo Maximiano, 1861**, propriedade de Anna Maria do Carmo Braga, p. s/n.

²⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto de Perguntas ao escravo Maximiano, 1861**, propriedade de Anna Maria do Carmo Braga, p. s/n.

²⁷⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto de Perguntas ao escravo Maximiano, 1861**, propriedade de Anna Maria do Carmo Braga, p. s/n.

O auto de perguntas, sem finalização, não permitiu saber o desfecho desse caso. Maximiano, por sua vez, alega que foi enganado por Antonio da Luz porque esse teria ficado com seu diamante devolvendo-lhe as borras de ferro.

O auto de perguntas ao escravo Maximiano permite entrever aspectos do dia-a-dia desse cativo que, primeiramente, conhecia e se relacionava com uma grande gama de pessoas da Cidade, tanto livres como escravos. Percorria ruas e vielas, tanto de dia como de noite. Trabalhava como pedreiro e pintor. Porém, possivelmente, o fato de “viver sobre si” não era suficiente para Maximiano. O cativo vislumbrou uma nova vida, por meio da pedra de diamante, e recebeu em troca algumas borras de ferro.

Eis, então o cotidiano de três cativos que viviam de seu trabalho e, provavelmente, no caso de Eleutério e Maximiano, sustentavam suas senhoras. Entretanto, mesmo vivendo como se livres fossem, não deixavam de buscar melhorar sua realidade e de lutar pela liberdade tão sonhada, tanto por meio do trabalho como trilhando outros caminhos que a vida lhes apontava. O fato de ser mulher ou escrava não impossibilitou Claudina de trabalhar e buscar mudar sua realidade, mesmo dentro das possibilidades oferecidas pelo contexto social do período. Decerto, tanto Claudina como Eleutério, se tivessem encontrado uma pedra de diamante, falsa ou não, teriam sonhado, como Maximiano, com a possibilidade de alcançar, mais rapidamente, a carta de alforria. No caso de Maximiano o sonho de liberdade transformou-se, por boa ou má fé de Antonio da Luz, em borras de ferro, enquanto para Claudina a liberdade lhe sorriu por quinhentos mil réis e a incumbência de cuidar de sua senhora até o fim de seus dias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos, inicialmente, as mudanças ocorridas na historiografia brasileira acerca da escravidão, que levaram a uma valorização dos estudos sobre as especificidades das economias e das sociedades regionais. A história da escravidão no Brasil, após ser basicamente atrelada a análises econômicas e generalizadoras, voltou-se para o estudo do regional e do cotidiano. Esses estudos colocaram em “xeque” a visão econômica tradicional e levaram à busca de alternativas, tanto no campo da pesquisa econômica e política quanto no da historiografia brasileira sobre a escravidão. Assim, o escravismo passou a ser observado levando-se em conta as especificidades de cada região, com o respaldo de intensas pesquisas documentais, trazendo à tona a necessidade de se rever limitações impostas à análise histórica. O estudo do cotidiano escravista revelou uma intrincada rede de relações sociais em que o escravo se inseria como mais um elemento que construía sua própria história e que buscava, no dia-a-dia, melhorar sua condição social.

Numa retrospectiva de autores e obras demonstramos as mudanças ocorridas na historiografia capixaba da escravidão. Como na historiografia brasileira, o escravismo esteve atrelado, num certo momento, a análises econômicas generalizadoras ou sofria com a falta de pesquisas empíricas. No entanto, recentemente, com a valorização de regiões anteriormente tidas como irrelevantes pela historiografia tradicional e a busca pelo levantamento e análises de *corpus* documentais locais, ocorreram mudanças historiográficas significativas que estão clarificando temas anteriormente desconhecidos sobre a escravidão capixaba, como é o caso da formação de famílias escravas, a relação dos escravos com a justiça instituída, o cotidiano e suas relações sociais. Têm-se, assim, delineado um novo caminho. Cabe destacar que essas mudanças só foram possíveis após movimentos, em prol da preservação e utilização de fontes primárias locais, surgidos na Universidade Federal do Espírito Santo, como o ocorrido no ano de 1972 e encabeçado por professores como Renato Pacheco. E, na atualidade, à criação do programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES, que incentiva produções voltadas para a necessária ampliação da história capixaba.

Ao traçar, de maneira geral, alguns aspectos da Província do Espírito Santo, especificamente da cidade de Vitória, como centro e capital da Província, observamos a formação de um espaço urbano na região Central extremamente diversificado em seus aspectos geográficos, físicos e humanos. Houve um constante crescimento da população provincial, e não obstante a frequente alusão da historiografia tradicional à decadência dessa região central nota-se um crescimento por meio de mudanças econômicas e sociais.

Os resultados desta pesquisa também corroboraram com a constatação de continuidade de práticas escravistas já antigas na cidade de Vitória e adjacências, detectadas desde antes do início do século XIX. O alto índice de crianças presentes nas escravarias, o constante equilíbrio numérico entre o sexo dos cativos e a comum concentração escrava na segunda faixa etária (15-40 anos), idade mais reprodutiva, denotam que as práticas cotidianas dos senhores de escravos tiveram duração até a segunda metade do século XIX e possibilitaram a formação e a estabilização de famílias escravas. Provavelmente a falta de recursos disponíveis apontada por Campos²⁷⁷ como uma das causas da busca pelos proprietários capixabas em manter uma prática de reprodução via natalidade tenha se agravado nos anos posteriores à proibição do tráfico de escravos, após 1850. Porém, outra hipótese pode ser considerada. A opção pela formação de famílias, como foi visto, com raízes bem antigas, possivelmente levou à criação de laços familiares e de relações sociais locais que mantiveram e serviram como incentivo para a continuidade dessa característica e acabou saindo do controle direto dos senhores a possibilidade de interferir nessas práticas sem causar conflitos em meio aos escravos. Cabe lembrar que em Vitória e adjacências ampliou-se uma sociedade na qual a maioria da população era formada por indivíduos escravos e livres miscigenados, certamente uma característica, em parte, decorrente dessas formações familiares escravas.

Em relação a esses arranjos familiares escravos, relacionando os resultados obtidos pela divisão das escravarias por faixa de tamanhos dos plantéis e a formação familiar encontrada, podemos deduzir que havia na cidade de Vitória e suas adjacências três grupos diferenciados de escravos.

²⁷⁷ CAMPOS, 2006.

Havia um grupo de famílias escravas antigas, cuja formação era nuclear e na qual os escravos estavam alocados preferencialmente na segunda e terceira faixa etária e eram oficialmente casados. Essas famílias concentravam-se, principalmente, nos serviços de lavoura.

Outro grupo bem delineado era o de famílias matrifocais formadas, principalmente, por escravas mães solteiras com filhos escravos. Essas famílias indicam a existência de uma maioria de uniões consensuais (no caso da possível presença de companheiros nesse meio familiar). As escravas solteiras mães de família estavam concentradas no serviço de lavoura, porém eram prioritárias nos serviços domésticos e também atuavam nos serviços especializados. Como terceiro grupo destacava-se também, nessas escravarias, o grupo de escravos maiores de 12 anos que não possuíam famílias.

Além das aferições acima, observamos, ao longo da primeira metade do século XIX, especificamente após o ano de 1827, uma pequena redução no quantitativo de escravos da região, até o ano de 1856, provavelmente causado pelas Leis Imperiais, visando ao fim do tráfico atlântico. No entanto, na década de setenta do século XIX, constatamos uma recuperação na posse escrava dessa região, que apesar de mais concentrada nas mãos de poucos senhores, não deixou de crescer em números absolutos. Vislumbramos, então, uma região Central capixaba sempre dependente, economicamente, da mão-de-obra escrava, e, por isso, concordamos com Almada²⁷⁸ quando ela diz que não houve escoamento dos cativos para regiões agrícolas do Sul. Por outro lado, discordamos da autora em relação à estagnação da região, pois uma região estagnada não seria capaz de manter e aumentar seu contingente de escravos. Embora o fim do tráfico atlântico tenha provocado o aumento da sempre recorrente concentração escrava, durante o século XIX, nas mãos de poucos grandes senhores, os dados arrolados em 1876 apontam para um significativo aumento no número dos médios proprietários e sua primazia como detentores da maioria dos cativos. Os dados apontaram da mesma forma, para um reordenamento no emprego dos trabalhadores livres e escravos. A recorrente maioria cativa comumente centrada em ocupações rurais pareceu aumentar no período de 1850 a

²⁷⁸ ALMADA, 1984.

1876, com a saída de importantes contingentes populacionais do espaço mais urbanizado da região em direção às suas roças. Porém, a diversificação em relação à ocupação dos cativos, que ficava principalmente por conta dos proprietários com plantéis formados por menos de 19 indivíduos não deixou de ocorrer. Essa diversidade está em consonância com a região estudada, pois demonstra a complementação entre o espaço físico e social de uma pequena cidade e seus arredores, onde, mesmo em número reduzido, comparando com outras cidades brasileiras do período, o cativo era utilizado em incontáveis tarefas.

Essa diversificação do trabalho escravo está diretamente ligada ao alto número de mulheres e crianças encontradas nas escravarias, baseadas, principalmente, na reprodução endógena e na consequente formação de famílias. As análises aqui perpetradas indicaram uma grande utilização de mulheres e crianças nos serviços de lavoura, concentrados no espaço mais ruralizado da região, e seu emprego também nos serviços domésticos e pertencentes ao ambiente citadino. Assim, inferimos que as características econômicas e sociais dessa região permitiam absorver, em igualdade de condições, homens, mulheres e crianças. Esse tipo de conformação escrava, entendemos, ia de encontro às características econômicas, sociais e culturais da região. Concluindo que numa região em que o arranjo familiar escravo é de importância fundamental na formação e ampliação das escravarias, durante mais de um século, cabe deduzirmos, também, sobre a possibilidade de ter se formado nessa região, correntes de parentesco, apadrinhamento e, consequentemente, ascensão social por meio de alforrias. Sendo esses temas passíveis de aprofundamento em futuros trabalhos.

Estudos realizados em grandes cidades imperiais brasileiras, como o Rio de Janeiro e Salvador, destacaram a enorme gama de ocupações onde os escravos labutavam. Essas ocupações ofereciam aos cativos espaços de autonomia e a possibilidade de comprarem a liberdade e, ainda que de forma restritiva, ascender socialmente. O trabalho realizado nas regiões citadinas era vantajoso para os cativos, mas, não menos para os senhores que, em alguns casos dependiam diretamente do ganho diário desses escravos para sobreviverem. Ao analisarmos o cotidiano de trabalho dos cativos na região, observamos que a cidade de Vitória e suas adjacências não prescindiam de aspectos parecidos com as cidades imperiais citadas. Os escravos

desenvolviam as mais diversas atividades, tanto dentro de seu espaço mais urbanizado, em suas ruas e vielas, quanto em suas roças.

Em relação ao trabalho escravo realizado nessas paragens, podemos atentar para a existência de uma camada populacional livre e pobre que desempenhava os mesmos ofícios exercidos também pelos cativos no mercado de aluguel de mão-de-obra. A explicação para tal configuração na cidade de Vitória e seus arredores pode estar calcada no fato de que Vitória sempre contou, em todo o século XIX, como já demonstrado, com uma maioria de população cativa e livre miscigenada. Entre 1800 e 1830 a população cativa permaneceu entre 32% e 70% da população total da região.²⁷⁹ A população composta por negros libertos, pardos, mulatos e mestiços, sempre representou a maior parte dos indivíduos. No ano de 1872, da soma de 30.266 habitantes, somente 7.349 foram designados como brancos, enquanto 15.720 indivíduos eram livres e miscigenados, ou seja, 68,59% do total populacional da região.

Destacamos também, a participação dos imigrantes na formação dessa população da Província do Espírito Santo e, conseqüentemente, da população pobre livre que precisava trabalhar. Além do trabalho, a proximidade cotidiana permitia a formação de redes de relações que envolviam os cativos com outros grupos sociais da cidade. Além da liberdade de ir e vir usufruída pelos cativos na rotina de trabalho, eles se relacionavam com livres, forros e com outros escravos, tendo acesso aos mesmos espaços de convivência social frequentados pela população. As vendas, os comércios e as ruas também “pertenciam” aos escravos. A relação entre senhor e cativo, nesse mundo urbano, dependia da existência de uma proximidade e de um entendimento fundamental, no que concerne ao cotidiano, às relações sociais e às condições de trabalho entre os senhores, os grupos sociais menos favorecidos e os escravos.

Podemos, ainda, elencar que apesar de haver liberdade de locomoção e de relações sociais para o cativo, esse cotidiano de trabalho apresentava nuances diversas e não prescindia de fortes vínculos econômicos ou afetivos. Parece que, independente do tipo de ambiente e do trabalho desenvolvido, a vida costumeira expunha o cativo

²⁷⁹ MERLO, 2003, p. 23-40.

e seu senhor a situações limites em que o elo ou a desunião entre escravo e senhor, muito mais que o tipo de trabalho e de ambiente, tornava-se fundamental para a resolução de conflitos e dissensões particulares ou com a justiça instituída. No cotidiano da região base de análise, entre pessoas conhecidas, inclusive os escravos, davam-se relações conflituosas que colocavam necessariamente em “xeque” a reputação dos indivíduos livres envolvidos e traziam mudanças para a vida dos cativos. O receio dos danos econômicos levava à utilização da Justiça como um último recurso para a solução dos conflitos, mas ela era descartada quando aparecia outra solução moralmente menos onerosa. Os cativos nem sempre eram apenas um expectador dos acontecimentos ou uma propriedade comprada ou vendida. Pelo contrário, também sabiam utilizar e utilizavam, em muitos casos, os caminhos da ilegalidade em relação à Justiça estabelecida.

Frisamos para finalizarmos, que mesmo que o cotidiano e o trabalho desempenhado pelos cativos possibilitassem aos escravos uma liberdade que os permitisse viver como se livres fossem, a carta de alforria não deixava de ser desejada. Utilizavam-se, então, de brechas oferecidas pelo trabalho, como a possibilidade de acumular pecúlios, liberdade de movimentos para contatos com livres, formando uma teia de relações dentro da qual tentavam transformar sua realidade, ou mesmo das vias ilegais. Assim, o trabalho que escravizava também oferecia o caminho para a tão sonhada liberdade.

6 REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Geral do Município de Vitória. Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876.

Arquivo Geral do Município de Vitória. **Licença requerida à Câmara Municipal de Victoria em 26 de janeiro de 1847** por Victoria Francisca da Conceição.

Arquivo Geral do Município de Vitória. **Ofício remetido à Camara Municipal de Cariacica em 12 de dezembro de 1857**, por Joaquim Pereira Leite de Aguiar, Fiscal e Cariacica.

Arquivo Geral do Município de Vitória. **Ofício remetido à Camara Municipal de Victoria em 07 de janeiro de 1868**, por Pinto Aleixo, Fiscal de Victoria.

Arquivo Geral do Município de Vitória. Ofício remetido à Camara Municipal de Victoria em 24 de março de 1857, pelo Barão de Itapemirim.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Mappa da populasam da Freguezia de Nossa Senhora da Penha de Aldeã Velha**; pertencente ao ano de 1843. Censos capixabas. Disponível em www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acesso em 21/01/2009.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de agressão física, 1865**. Acusado: Francisco Pereira da Cruz e Honório Barboza da Silva. Vítima: Marcolino, escravo de Bernardino Pinto Ribeiro.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1857**. Acusado: Manoel Ferreira Neves. Vítima: Alexandra Maria Francisca.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Estelionato, 1868**. Acusado: Alexandre Lehman. Vítima: Heliodoro Gomes de Azambuja Meirelles.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Bernardo: escravo de Antonio Ferreira da Rocha. Vítima: Manoel Pinto Aleixo e Martins.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto, 1854**. Acusado: Marcollino, escravo de Vitória Pereira de Jesus e Simeão de Amorim. Vítima: Antonio Luiz do Nascimento.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de homicídio, 1862**. Acusado: escravo Damião. Vítima: Liberto Gregório.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de infração de posturas, 1866**. Acusado: Francisco Xavier Coutinho.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Tentativa de homicídio, 1868**. Acusado: Justino, escravo de João Alves de Oliveira. Vítima: Benedito Souza Cardeal.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto de Perguntas ao escravo Maximiano, 1861**, propriedade de Anna Maria do Carmo Braga.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Assassinato, 1856.** Acusado: Eleutério, escravo de Joana Maria de Jesus. Vítima: Francisco dos Santos Fraga.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Furto e Receptação, 1855.** Acusado: Claudino: escravo do Coronel Gonçallo Pereira Sampaio e Domingos escravo do Major Francisco de Paula Xavier. Vítima: Manoel Pinto Netto.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Auto criminal de Injúria, 1866.** Acusada: Claudina Maria da Conceição. Vítima: Liberato Francisco Pinto da Victoria.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 07 de março de 1857, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Jornal da Victoria, 22 de janeiro de 1868, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 13 de junho de 1857, p.4**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 16 de novembro de 1850, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 04 de dezembro de 1850, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 02 de fevereiro de 1857, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 12 de fevereiro de 1857, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 21 de abril de 1858, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 17 de junho de 1871, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 30 de janeiro de 1850, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 23 de março de 1867, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Jornal da Victoria, 16 de outubro de 1867, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 13 de outubro de 1855, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 06 de abril de 1850, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 29 de abril de 1854, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 10 de outubro de 1855, p.4.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 27 de julho de 1849**, p.4.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 15 de julho de 1857**, p.4.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Espírito Santense, 30 de agosto de 1871**, p.4.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Espírito Santense, 30 de agosto de 1871**, p.4.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Espírito Santense, 13 de abril de 1871**, p.4.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 03 de março de 1858**, p.4.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Periódico Jornalístico: Correio da Victoria, 03 de junho de 1857**, p.4.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no Dia da Abertura da Sessão Ordinária de 1861 pelo Presidente Jose Fernandes da Costa Pereira Junior.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim primeiro vice-presidente da província do Espírito Santo entregou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. Jose Mauricio Fernandes Pereira de Barros no dia 8 de março de 1856, Victoria, Typografia Capitaniense de P A d' Azeredo, 1856.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório com que o Exm. Snr. Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Jose Mauricio Fernandes Pereira de Barros passou a administração da Província ao Exm. Snr. Commendador Jose Francisco de Andrade e Almeida Monjardim Segundo Vice-Presidente no dia 13 de fevereiro de 1857.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório de Francisco Ferreira Correia, lido na Sessão Ordinária do ano de 1871, Victoria.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório de Presidente de Província apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da Sessão Ordinária de 1861 pelo Presidente Jose Fernandes da Costa Pereira Junior.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório do Presidente de Província Antônio Alves de Souza Carvalho de 1861.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do dia 1º de março de 1848, Rio de Janeiro, Typ. do Diário, de N. L. Vianna.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo o Bacharel José Bonifácio d'Azambuja dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província na Sessão Ordinária de 24 de maio de 1852.

Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1809, (1808/1889), pág.70. Coleção das Leis do Império do Brasil. Coleção Publicada pela imprensa Nacional. Disponível em www.camara.gov.br. Acesso em: 26 de maio de 2009.

Lei de 24 de dezembro de 1734. MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. Fonte digital. Digitalização e edição em papel de 1866, Rio de Janeiro- Typografia Nacional- Rua da Guarda Velha, 2008. <http://www.scribd.com/doc/3824085/A-Escravidao-no-Brasil-Vol-I-Agostinho-Marques-Perdigao-Malheiros?autodown=pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2009.

Lei do Ventre Livre, de 28 de agosto 1871. Disponível em: www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolição-e-a-vinda-dos-imigrantes-europeus/lei-do-ventre-livre. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico, Geographico e Estatístico da Província do Espírito Santo**, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 volumes. **Dados sobre o Espírito Santo**. Disponível em www.cebrap.org.br/recenseamentos/01/index.html. Acesso em 08/12/2007.

RUBIM, Francisco Alberto. Memória Estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817, Vitória, 30 de março de 1818. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XIX (terceira série), 1900, p.161-84

RUBIM, Brás da Costa. Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1862, tomo XXV.

VASCONCELLOS Ignácio Accioli de. **Memória Statistica da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé, Arquivo Público Estadual, Vitória, 1978.

VASCONCELLOS, J. M. P de. **Cathecismo Histórico e Político seguido de Máximas e Pensamentos de Diversos Autores**. Victoria, Typografia de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859.

_____. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Victoria, Typographia de P. A D'Azeredo, Rua da Praça Nova nº. 3, 1858.

WILBERFORCE, Edward. **Ingleses na costa. Impressões de um aspirante da marinha sobre o Espírito Santo em 1851**. Tradução: Eliziane Andrade Paiva. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Academia Espírito-Santense de Letras, Cultural, ES, 1989.

LIVROS

AGUIAR, Maciel de. **Os últimos zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão**. Maciel de Aguiar.- Porto Seguro (BA): Brasil - Cultura, 2001.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808- 1822**. [S.l.]:Vozes Ltda. 1988.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850/1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava em Salvador: 1811-1860**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

ARAUJO, Ricardo B. **Guerra e paz**: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo**: marcha de penetração do território. Viana: [s.n.], 1976.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1871. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, UFES, Vitória, 2009.

BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica**: resumo histórico. Vitória/ES: Renato Pacheco, 1951.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro/Vitória: Cátedra/DEC, 1987.

_____. **Esforço Industrial na República do Café**: o caso do Espírito Santo – 1889/1930. Vitória, 1982. Obra original: _____. **Esforços e industrializantes na Primeira República**: o Espírito Santo. 1979. 155f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Rio de Janeiro, 1979.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e Caridade**: as irmandades religiosas na cidade de Vitória. Vitória: Multiplicidade, 2004.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. Serra/ES: Grafitusa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais**: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Comércio varejista em Vitória**: 1790-1820. Relatório final de pesquisa, Orientadora: Adriana Pereira Campos, Departamento de História, UFES, 2005. Mimeo.

_____. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo**- 1790 a 1822. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, UFES, Vitória, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CLÁUDIO, Afonso. **Insurreição de Queimados**: um episódio da história da província do Espírito Santo. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo, sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística**. Victoria: Typografia do Espírito Santense, 1879 (cópia do Arquivo Público Estadual)

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1987.

_____. **Sobrados e mocambos**. São Paulo: José Olympio, 1968.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

JESUS, Rafael de. **Fortunas capixabas**: posse de terras e escravos em Vitória: 1850-1872. 2007. 36f. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, UFES, Vitória, 2007. Mimeo.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial**: economia e sociedade. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômica/Pioneira, 1982.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**: 1808-1850. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, J. E. Franklin. **Economia colonial capixaba**. Vitória: Cuca Cultura Capixaba, fev/1977.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **À Sombra da escravidão: negócios e família escrava: Vitória/ES: 1800-1830.** 2003. 123f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2003.

MESQUITA, Letícia Nassar Matos. **A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX: a revelação de Adelina Lírio.** Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

MORSE, Richard Mcgee. **O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas.** Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

NOVAES, Maria Stella. **A escravidão e a abolição no Espírito Santo.** Vitória: IHGES, 1963.

_____. **Relicário de um povo: o santuário de Nossa Senhora da Penha: no Espírito Santo: Brasil.** Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1958.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo.** 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Cia das letras, 1989.

SALETTTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo: 1888-1930.** Vitória: EDUFES, 1996.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.** Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1974.

SCHUARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Tradução: Jussara Simões. Bauru/SP: EDUSP, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.** São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão.** São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro: século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEBER, Max & PIERUCCI, Antônio Flávio. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

CAPÍTULOS DE LIVROS

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. *In: LE GOFF, Jacques. A História Nova.* Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. *In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (Org.). Passados recompostos: campos e canteiros da história.* Tradução: Marcella Mortara & Annamaria Skinner. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1995. p. 233-242.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e creolização: a capitania do Espírito Santo: 1790-1815. In: FRAGOSO, João *et al.* **Nas Rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES, 2006.

GINSBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BOUTIER, Jean.; BOUTRY, Philippe.; JULIA, Dominique.. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor: Porto Feliz: São Paulo: Século XIX. In: FRAGOSO, João *et al.* (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES; Lisboa: IICT, 2006. p. 447-488.

MACHADO, Cacilda. Casamentos de escravos e negros livres e a reprodução da hierarquia social em uma área distante do tráfico Atlântico: São José dos Pinhais/PR: Passagem do XVIII para o XIX. In: FRAGOSO, João *et al.* (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES; Lisboa: IICT, 2006. p. 489-516.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da independência à Vitória da ordem. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano. In: KOSMINSKY, Ethel V; LÉPINE, Claude & PEIXOTO, Fernanda A. (Org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru/SP: EDUSC, 2003. p. 83-114.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 103-118.

THOMPSON, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. In: Antônio Luigi Negro & Sérgio Silva (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas/SP: UNICAMP, 2001. p. 305-352.

ARTIGOS E REVISTAS

CACILDA, Machado & FLORENTINO, Manolo. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos: século XIX. In: **Afro-Ásia**, nº 24, 2000. p. 511-70.

CAMPOS, Adriana Pereira. Abolicionistas, negros e escravidão. **Dimensões**: Revista de História da UFES. Vitória: UFES/CCHN, nº 10, 2002. p. 574-607.

FERNANDES, Guilherme Vilela. Tributação e escravidão: o comércio da meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo: 1809-1850. Pesquisa (Iniciação Científica) - Instituto de Economia, UNICAMP/FAPESP. In: **Almanack braziliense**, nº 2, São Paulo: [s.n.], nov/2005. p.102-113.

FLORENTINO, Manolo. Introdução. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 26, nº 52, jul-dez/2006.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. História social do trópico brasileiro: o escravo no cotidiano: através dos anúncios de jornais paranaenses. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TROPICOLOGIA*, 1., 1986, Recife. **Anais...** Recife: FUNDAJ/Massangana, 1987. p. 117-122.

LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades: 1777-1829. *In: Estudos econômicos*, Departamento de Economia da FEA-USP, São Paulo, v. 28, nº 1, jan-mar/1998.

MARCONDES, Renato Leite. **A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870.** USP. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101028.pdf. Acesso em 09/02/2009.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. A ilusão das terras devolutas: colonização particular, exploração madeireira e grilagem: 1889-1930. *In: Dimensões - Revista de História da UFES*, Vitória: UFES/CCHN, nº 17, 2005.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **O trabalho de crianças escravas na Cidade de Salvador-1850-1888.** *Revista Afro - Ásia*, 32, 2005, 159-183.

RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. *In: Dimensões - Revista de História da UFES*, Vitória: UFES/CCHN, nº17, 2005.

SOARES, Geraldo Antônio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. *In: Dimensões - Revista de História da UFES*, Vitória: UFES/CCHN, nº16, 2004. p. 57-80.

_____. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 26, nº 52, jul-dez/2006. p. 79-114.

_____. Gilberto Freyre: historiador da cultura. *In: Afro-Ásia*, UFBA, nº 27, 2002. p. 223-248.

_____. Quando os escravos fugiam: província do Espírito Santo: últimas décadas da escravidão. *In: Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 29, nº 1, jun/2003. p. 53-72.

VELLASCO, Ivan de Andrade. O controle da violência criminal em uma comarca de Minas Gerais: século XIX. *In: Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 29, nº 2, 2003. p.79-102.

SUGESTÕES DE LEITURA

ELKINS, Stanley M. **Slavery**: a problem in American Institutional and intelectual life. Chicago: The University of Chicago Press, 1959.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Martins Fontes, 1942.

TANNENBAUM, Frank. **El negro em las Américas. Esclavo e ciudadano.** Buenos Aires: Paidós, 1968.

WADE, Richard. **Slavery in the cities the south**: 1820-1860. Londres: Oxford University Press, 1977.

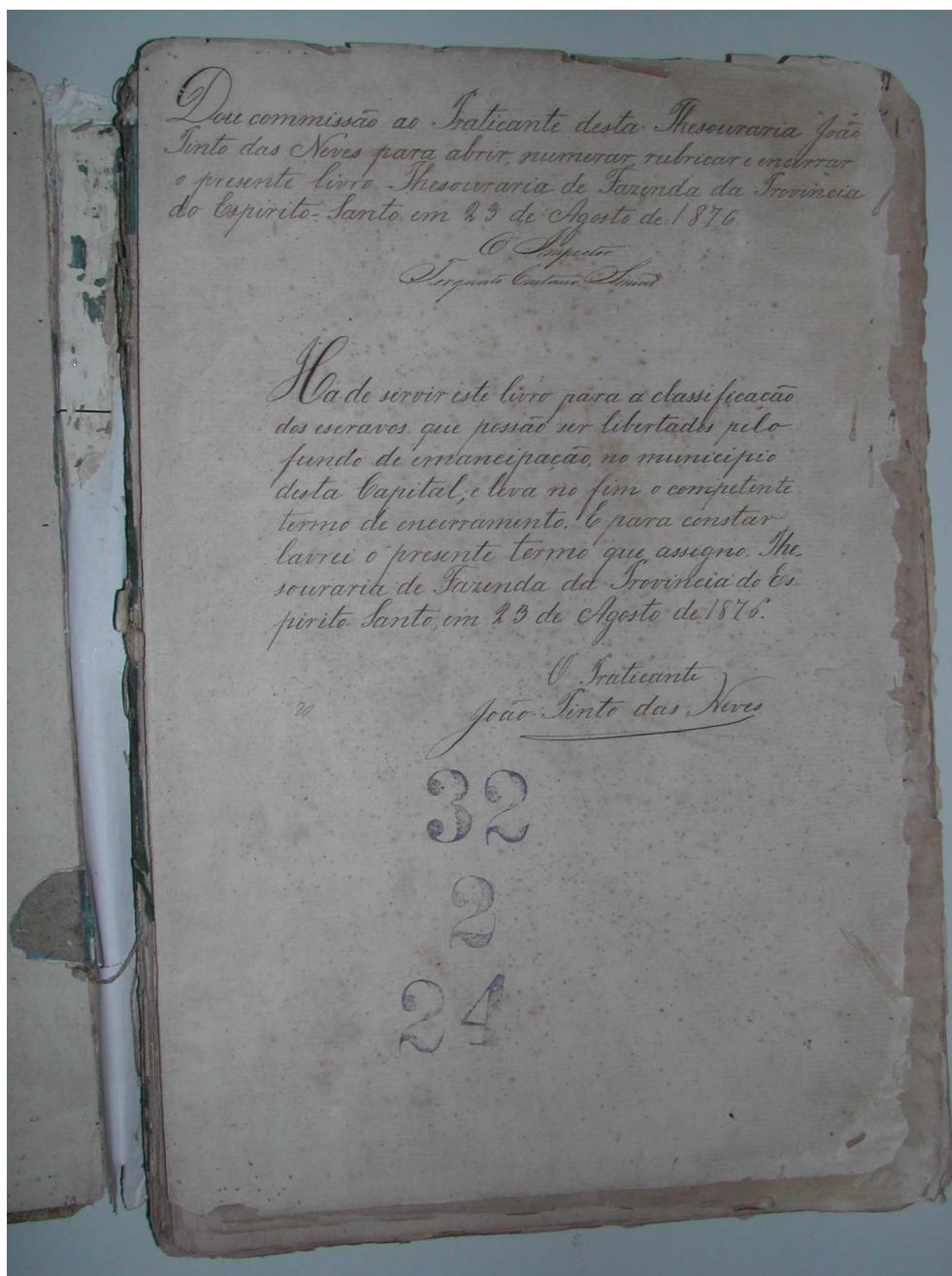
ANEXOS

ANEXO 1



Fotografia 1- Fonte: Planta da parte da Província do Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias, organizada na Inspetoria Geral das Terras e Colonização Pelos Engenheiros C. Cintra e C. Rivierre, Rio de Janeiro, 1878. Localizado na Biblioteca Central da UFES.

ANEXO 2



Fotografia 2- Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

ANEXO 3

Provincia de Espírito Santo

Município da Cidade de Victoria 27 de Setembro de 1876

Classificação dos escravos para serem

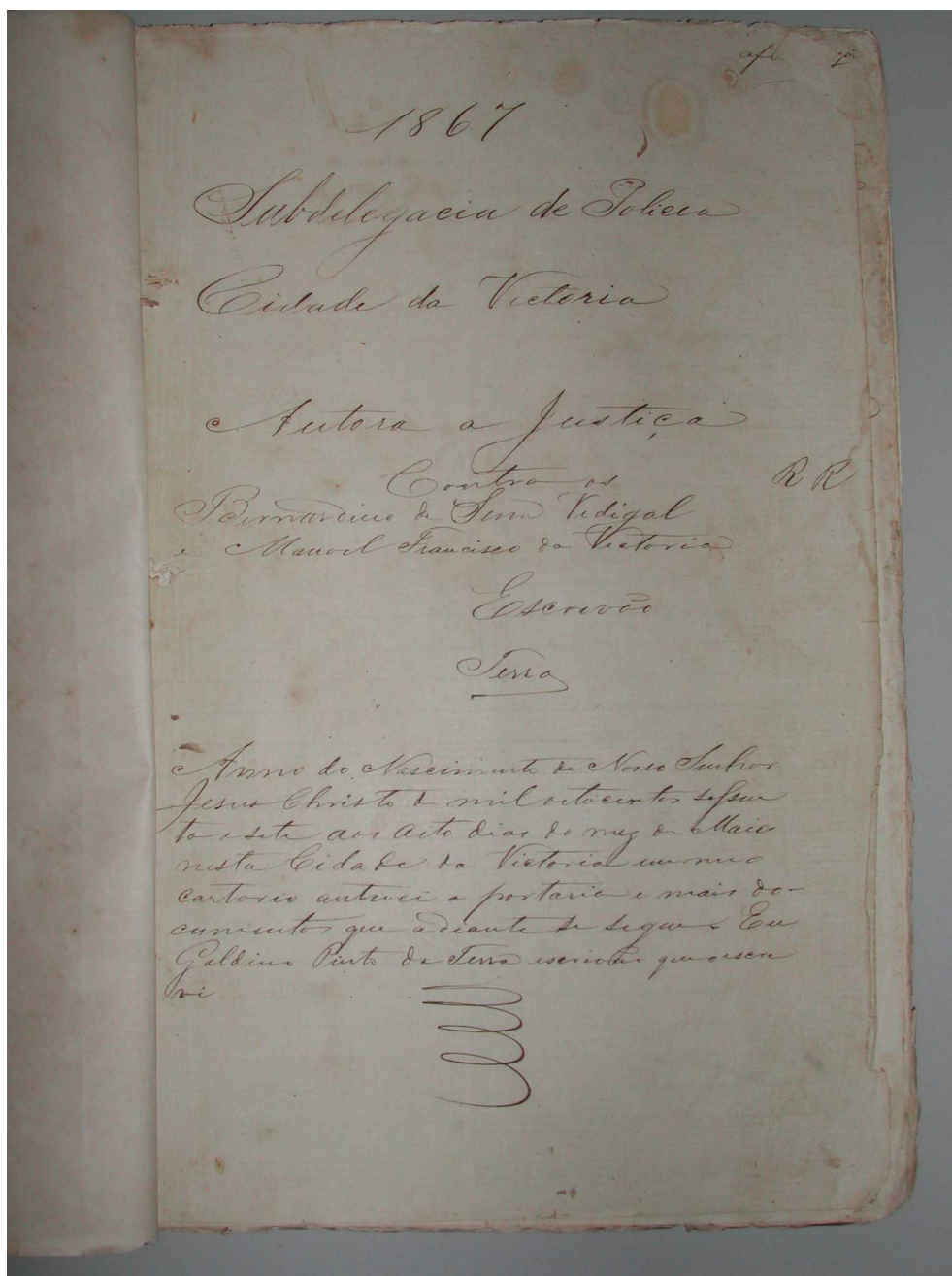
libertados pelo fundo de emancipação.

N.º da escravidão	Nome	Côr	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas de família	Morali- dado
172	Manoella	Parda	16 annos					
180	Julia	Parda	10 "					
183	Augusta	Parda	11 "	Solteira	Cozinheira	Aptda		
189	Francisco	"	19 "	"	Arquiteto	"		
187	Julia	"	14 "	"	Costureira	"		
189	Ignacia	Parda	27 "	"	Cozinheira	"		
190	Thomazina	Parda	23 "	"	Cozinheira	"		
195	Candido	Parda	12 "	"	Pequeno	"		
198	Manoel	Parda	32 "	"	"	"		
199	Thomazina	"	22 "	"	"	"		
200	Julia	"	18 "	"	"	"		
201	Francisco	"	14 "	"	Cozinheira	"		
203	Augustina	"	10 "	"	Cozinheira	"		
212	Francisco	Parda	17 "	"	Cozinheira	"		
214	Julia	"	22 "	"	Cozinheira	"		
217	Julia	"	22 "	"	Cozinheira	"		

Valor	Nome do Senhor	Observações
	Manoel Pinto da Silva e Sousa	
	Albino da Silva e Sousa	
	Antonio José de Mattos Pereira	
	"	
	João Antonio Pereira Junior	
	Carolina Pinto de Santa e Silva	
	"	
	Manoel Pinto da Silva e Sousa	
	Luiz Pinto de Silva	
	Francisco Gomes de Aguiar	
	João Barbosa das Neves	
	Rosa d'Almeida Campos	
	Joanna Pinto de Santa e Silva	
	João Baptista de Silva	
	"	
	Francisco Pinto de Santa e Silva	

Fotografia 3- Fonte: Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município

ANEXO 4



Fotografia 4- Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Auto criminal do ano de 1867.
Autor: a Justiça. Réus: Bernardino de Senna Vidigal e Bernardino Francisco da Victoria.

ANEXO 5



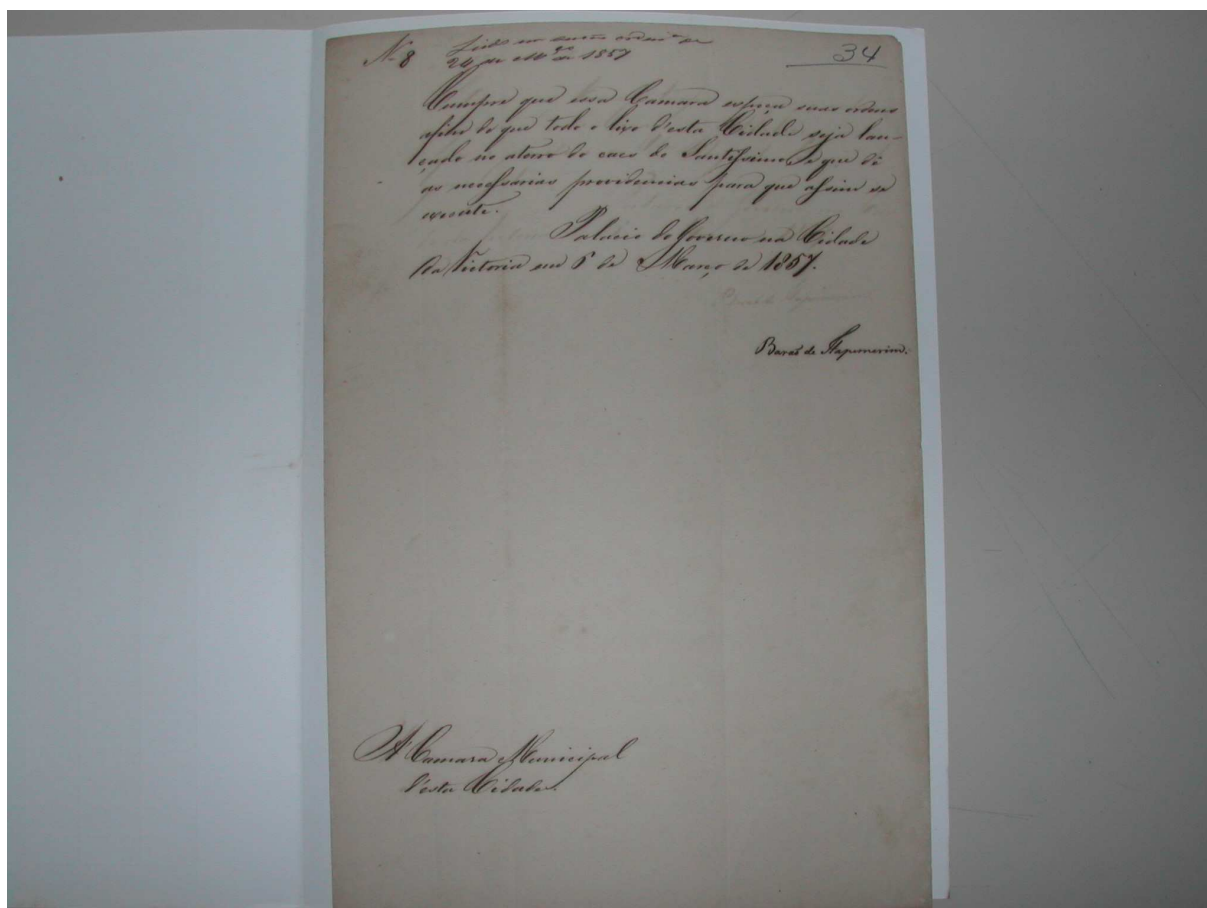
Fotografia 5 - Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo- Periódico jornalístico: Correio da Victoria de 02 de julho de 1859.

ANEXO 6



Fotografia 6 - Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo- Periódico jornalístico: Correio da Victoria de 02 de julho de 1859.

ANEXO 7



Fotografia 7- Fonte: Arquivo Geral do Município de Vitória. Ofício remetido à Câmara Municipal de Vitória em 24 de março de 1857, pelo Barão de Itapemirim.

ANEXO 8

Relação das Fábricas da Freguesia de Cariacica

<i>Nome dos Proprietários</i>	<i>Fábricas</i>					<i>Forças de esmola</i>	<i>Forças de esmola</i>
	<i>Alcofane</i>	<i>Café</i>	<i>Alcofane</i>	<i>Alcofane</i>	<i>Alcofane</i>		
1. Manuel Pereira da Conceição	300	=	=	20	30	6	<i>Forças de esmola</i>
2. Antonio de Jesus de Almeida	300	=	=	30	30	8	
3. Francisco de Jesus de Freitas	300	=	=	=	=	9	
4. Manuel Gomes Pereira	300	200	300	13	20	5	<i>Forças de esmola</i>
5. Joaquim José Cardozo	30	30	=	=	30	3	
6. Gaspar de Mello de Almeida	200	=	=	16	20	9	
7. Joaquim José do Nascimento	100	200	200	20	20	6	<i>Forças de esmola</i>
8. D. Maria Francisca de Jesus	50	=	=	30	40	14	
9. Antonio Farias	=	=	500	40	30	5	
10. Francisco Farias	=	=	800	30	40	7	<i>Forças de esmola</i>
11. D. Geltrudes M. da Fonseca	=	=	1000	=	=	=	
12. Ignacio Pinto da Rocha	500	=	=	=	=	2	
13. Alphonso Pinto Castro	100	16	=	16	32	5	<i>Forças de esmola</i>
14. D. Luiza Correia de Sacramento	600	40	=	20	12	12	
15. Manuel de Jesus Pinto Castro	200	30	=	=	=	3	
16. Joaquim Pereira Machado	300	=	=	30	60	20	

Fotografia 8 – Fonte: Relação de parte dos proprietários de fábricas e seus respectivos produtos e mão-de-obra da Freguesia de Cariacica – 1852. Fonte: Ofício remetido ao governo da Província do Espírito Santo pela Câmara Municipal de Cariacica no ano de 1852. Arquivo Geral do Município de Vitória.

ANEXO 9

Mappa da População da Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldeia Velha pertencente ao anno de 1843.

18

<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>	<i>Nomes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Idade</i>	<i>Naturalidade</i>	<i>Estado</i>	<i>Officio</i>	<i>Observações</i>
1		João de Alencar	Primeiro	36	Porto	Carreira	escrivente	
2		Antônio de Alencar	"	29	Porto	"	"	
3		João de Alencar	"	21	Porto	"	"	
4		Francisco de Alencar	"	21	Porto	"	"	
5		Caetano de Alencar	"	21	Porto	"	"	
6		Cor. Francisco de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
7		Pêta de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
8		Maria de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
9		João de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
10		Agostinho de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
11		Bernardino de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
12		Felipe de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
13		João de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
14		Agostinho de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
15		Marcelino de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
16		Antônio de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
17		Bernardino de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
18		Agostinho de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
19		Bernardino de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
20		Cor. Francisco de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
21		André de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
22		Maria de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
23		Chuncho de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
24		Leandro de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
25		Chuncho de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
26		Bernardino de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
27		João de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	
28		Antônio de Alencar	Porto	21	Porto	"	"	

Fotografia 9 - Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo, Mapa da população da Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldeia Velha; pertencente ao ano de 1843. Censos capixabas. Disponível em WWW.ape.es.gov.br/index2.htm. Acesso em 21/01/2009.